



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 006/007

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE FEVEREIRO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 006**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Ofícios.....	03
Requerimentos	14
Projetos de Lei	17
Pequeno Expediente:	
Dep. Natálio Stica	34
Dep. Reni Pereira	37
Dep. José Domingos Scarpellini	38
Dep. Elton Carlos Welter	39
Dep. Artagão Júnior	39
Grande Expediente:	
Dep. Neivo Beraldin	40
Horário das Lideranças:	
Liderança do PT	
Dep. Natálio Stica	35
Liderança do Bloco PP/PSB	
Dep. José Domingos Scarpellini	43
Liderança do Bloco PTB/PL/PMRB	
Dep. Jocelito Canto	44
Liderança do PFL	
Dep. Plauto Miró Guimarães	45
Liderança do PSDB	
Dep. Valdir Rossoni	46
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	48
Discussão / Votação:	
2ª Discussão	49
1ª Discussão	50
Requerimentos	54
Encerramento da Sessão Ordinária.....	54
Publicações:	
Diretoria Geral	
Portaria DAT	54

DIÁRIO Nº 007**SUMÁRIO**

Mesa Executiva.....	56
Presenças.....	56
Abertura da Sessão	56
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
Redação Final	56
1ª Discussão	57
Encerramento da Sessão	58

DIÁRIO Nº 006**004ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 004ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
22 DE FEVEREIRO DE 2006**

*(quarta-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Elza Correia e pelo Sr. Deputado Cesar Seleme.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Carlos Simões, Cesar-Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse,

Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (41). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Geraldo Cartário, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Hermes Fonseca, Luiz Accorsi, Mauro Moraes e Miltinho Pupio (09); e em viagem representativa os Srs. Deputados Pedro Ivo Ilkiv, André Vargas, Luciana Rafagnin e Rafael Greca (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme artigo 88, parágrafo 1º do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

OFÍCIO 330-GAB

Curitiba, 10 de fevereiro de 2006.

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa augusta Casa de Leis, por intermédio de V. Exa. o incluso anteprojeto de lei, que visa reajustar os níveis de vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, a tabela de gratificação de função e alterar os artigos 2º, inciso II, parágrafo 1º e 3º, inciso II, ambos da Lei nº 13.665/2002, que trata da gratificação de produtividade, conforme justificativa em anexo.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, revela-se oportuno ensejo para reiterar a V. Exa. a garantia de minha especial estima e respeito.

(a) LUIZ EDUARDO TRIGO RONCAGLIO

Procurador-Geral de Justiça em exercício

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto propõe o reajuste dos níveis de vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná (artigo 3º), da tabela de gratificação de função (artigo 4º) e a alteração dos artigos 2º, inciso II,

parágrafo 1º e 3º, inciso II, ambos da Lei nº 13.665/2002, que trata da gratificação de produtividade (artigos 1º e 2º). Por fim, o artigo 5º concede autorização ao Procurador-Geral de Justiça para fixar, mediante regulamento e uma vez atendidos os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, os valores da gratificação a ser concedida aos ocupantes de cargos em comissão e efetivo pelo exercício de encargos especiais.

Enfatiza-se que este anteprojeto de lei está sendo reapresentado em razão do veto exarado pelo Exmo. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, no projeto aprovado por essa egrégia Assembléia Legislativa em dezembro de 2005, por omissão da demonstração, na justificativa do respectivo anteprojeto, do atendimento às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O reajuste dos níveis de vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, no percentual de 12%, visa reparar, ainda que em parte, os efeitos da ausência da revisão geral anual, direito dos servidores públicos previsto no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, não concretizado não obstante a reconhecida e declarada mora do Estado quanto a esta revisão (ADIn nº 2.493-1, rel. Min. Ilmar Galvão, j. em 19.12.2001), devidamente notificada ao Governo anterior. O reajuste ora proposto também se ampara no preceito contido no artigo 39, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal e objetiva repor o salário dos servidores do Ministério Público em níveis condignos e compatíveis com a responsabilidade de suas relevantes funções, posto que o último ocorreu em julho de 2002 e no lapso temporal compreendido entre esta data e dezembro de 2005 houve perda do poder aquisitivo de aproximadamente 43,15% (quarenta e três vírgula quinze por cento).

Quanto à alteração dos artigos 2º, inciso II, parágrafo 1º e 3º, inciso II, ambos da Lei nº 13.665/2002, que institui a gratificação de produtividade, tem por objetivo elevar de 0,01 para 0,015 sobre o vencimento básico dos servidores o fator de cálculo da mencionada gratificação, critério de contraprestação pecuniária que este Ministério Público entende, além de justo de grande eficiência para a Administração, posto que fulcrado em prévia e judiciosa avaliação de desempenho funcional. Junto com o reajuste proposto e pelo mesmo motivo colima a parcial recomposição salarial dos servidores, enfim o respeito à dignidade humana proclamada na Constituição Federal como um dos fundamentos da República (artigo 1º, inciso III), bem como a efetividade da garantia da irreduzibilidade de vencimentos (artigo 37, inciso XV).

A adequação da tabela da gratificação de função, criada no âmbito institucional pela Lei nº 11.455/96, decorre da necessidade de compatibilizar os respectivos valores com os encargos de supervisão e coordenação atribuídos a servidores, em diversos setores desta Instituição, para maior eficiência dos serviços de apoio institucional.

Em relação à autorização para que o Procurador-Geral de Justiça fixe, mediante regulamento, os valores a

serem concedidos a título de gratificação pelo exercício de encargos especiais, cumpre salientar que tal vantagem é concedida aos ocupantes de cargos em comissão e de cargos efetivos que prestam assessoramento superior. Atualmente adota esta Instituição a tabela fixada pelo Poder Executivo, pretendendo possuir tabela própria a fim de estabelecer valores condizentes com as funções desenvolvidas pelos citados cargos, bem como para se coadunar com a dotação orçamentária e disponibilidade financeira existente para suportar a despesa. Salienta-se que as disposições dos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal foram plenamente observadas, consoante se verifica dos Anexos ao presente anteprojeto.

Conforme estudos realizados no setor administrativo desta Instituição, o impacto financeiro na folha de pagamento na hipótese do reajuste de 12% dos níveis de vencimentos será de 0,0240%; na hipótese do reajuste da gratificação de produtividade será de 0,0334% e na hipótese de reajuste da gratificação de função será de 0,0002%, totalizando 0,0619%, tendo a referida despesa previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 14.977/2005).

Observa-se que no cálculo do impacto financeiro, à exceção da gratificação de produtividade, não se deixou de considerar a despesa com os serviços inativos.

Por igual, demonstrou o estudo realizado que o impacto, em percentual, na despesa total com pessoal da Instituição, será de 0,062%, donde resultou a conclusão de que não ensejará a superação dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Vale dizer, a despesa total com pessoal prevista para 1,62% da Receita Corrente Líquida, passará com o somatório dos reajustes propostos (0,062%) para 1,69% da Receita Corrente Líquida, portanto bem abaixo do limite prudencial (95% de 2%, conforme artigo 22, parágrafo único) definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal para o Ministério Público, ou seja 1,9%, bem como do limite de alerta (90% a 2%, conforme artigo 59, parágrafo 1º, inciso II), ou seja 1,8%.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O artigo 2º, II, parágrafo 1º, da Lei nº 13.665, de 04 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“II - no mínimo, 30 (trinta) pontos por servidor.

§ 1º Cada ponto corresponde ao valor de 0,015 (quinze milésimos) sobre o vencimento básico do servidor.”

Art. 2º O artigo 3º, II, da Lei nº 13.665 de 04 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“II - o valor correspondente a 30 (trinta) pontos, quando percebida por um período inferior a 60 (sessenta) meses.”

Art. 3º Os níveis de vencimentos do quadro de servidores e do quadro de Oficial de Promotoria do Ministério Público do Estado do Paraná, ficam reajustados na forma dos anexos I e II respectivamente.

Art. 4º A tabela de Gratificação de Função do Ministério Público do Estado do Paraná, fica reajustada na forma dos anexos III, desta lei.

Art. 5º A gratificação pelo exercício de encargos especiais de que tratam os artigos 172, inciso VIII e 178, ambos da Lei nº 6.714, de 16 de novembro de 1970, passa a ser concedida aos ocupantes de cargos de provimento em comissão e efetivo do Ministério Público do Estado do Paraná, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do dia 1º de outubro de 2005.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I

TABELAS DE VENCIMENTOS DO QUADRO DE SERVIDORES

TABELA I		
GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO		
NÍVEL	TABELA	PROPOSTA
1	845,66	947,14
2	865,06	968,87
3	885,34	991,58
4	906,08	1.014,81
5	927,30	1.038,58
6	949,02	1.062,90
7	971,26	1.087,81
8	994,02	1.113,30
9	1.017,30	1.139,38
10	1.041,14	1.166,08
11	1.065,52	1.193,38
12	1.090,48	1.221,34
13	1.116,04	1.249,96
14	1.142,18	1.279,24
15	1.168,94	1.309,21
16	1.196,32	1.339,88
17	1.224,36	1.371,28
18	1.253,04	1.403,40
19	1.282,38	1.436,27
20	1.312,44	1.469,93
21	1.343,18	1.504,36
22	1.374,64	1.539,60

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO I
TABELAS DE VENCIMENTOS DO QUADRO DE SERVIDORES

TABELA II		
GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO		
NÍVEL	TABELA	PROPOSTA
1	1.395,72	1.563,21
2	1.428,42	1.599,83
3	1.461,90	1.637,33
4	1.496,14	1.675,68
5	1.531,20	1.714,94
6	1.567,08	1.755,13
7	1.603,80	1.796,26
8	1.641,36	1.838,32
9	1.679,82	1.881,40
10	1.719,18	1.925,48
11	1.759,46	1.970,60
12	1.800,70	2.016,78
13	1.842,88	2.064,03
14	1.886,06	2.112,39
15	1.930,24	2.161,87
16	1.975,48	2.212,54
17	2.021,76	2.264,37
18	2.069,12	2.317,41
19	2.117,60	2.371,71
20	2.167,22	2.427,29
21	2.218,00	2.484,16
22	2.269,98	2.542,38

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO I
TABELAS DE VENCIMENTOS DO QUADRO DE SERVIDORES

TABELA III		
GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR		
NÍVEL	TABELA	PROPOSTA
1	2.661,84	2.981,26
2	2.724,22	3.051,13
3	2.788,04	3.122,60
4	2.853,36	3.195,76
5	2.920,22	3.270,65
6	2.988,64	3.347,28
7	3.058,66	3.425,70
8	3.130,32	3.505,96
9	3.203,68	3.588,12
10	3.278,74	3.672,19
11	3.355,56	3.758,23
12	3.434,18	3.846,28
13	3.514,64	3.936,40
14	3.596,98	4.028,62
15	3.681,26	4.123,01
16	3.767,52	4.219,62
17	3.855,78	4.318,47
18	3.946,12	4.419,65
19	4.038,58	4.523,21
20	4.133,20	4.629,18
21	4.230,06	4.737,67
22	4.329,16	4.848,66

ANEXO II
TABELAS DE VENCIMENTOS DO QUADRO DE OFICIAIS DE PROMOTORIA

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO PROPOSTA			
TABELA ÚNICA		TABELA ÚNICA		TABELA ÚNICA		TABELA ÚNICA	
GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO I		GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO I		GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO I		GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO I	
NÍVEL	VALOR	NÍVEL	VALOR	NÍVEL	VALOR	NÍVEL	VALOR
1	470,36	12	651,08	1	526,80	12	729,21
2	484,47	13	670,61	2	542,61	13	751,08
3	499,00	14	690,73	3	558,88	14	773,62
4	513,97	15	711,46	4	575,65	15	796,84
5	529,39	16	732,80	5	592,92	16	820,74
6	545,27	17	754,78	6	610,70	17	845,35
7	561,63	18	777,43	7	629,03	18	870,72
8	578,85	19	800,75	8	648,31	19	896,84
9	595,83	20	824,77	9	667,33	20	923,74
10	613,71	21	849,51	10	687,36	21	951,45
11	632,12	22	875,00	11	707,97	22	980,00

ANEXO III
TABELA DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Denominação	nº de funções	Valor	Denominação	nº de funções	Valor
GF1	30	146,15	GF1	30	163,69
GF2	30	194,85	GF2	30	218,23
GF3	30	243,57	GF3	30	272,80

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA COM A LEI
ORÇAMENTÁRIA ANUAL E COMPATIBILIDADE
COM O PLANO PLURIANUAL E COM A LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, na qualidade de ordenador de despesas do Ministério Público do Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, DECLARA que o aumento de despesa decorrente da proposta de anteprojeto de lei que propõe alteração no artigo 2º, II, parágrafo 1º, e o artigo 3º,

II, da Lei nº 13665, de 04 de junho de 2002, que trata da gratificação de produtividade, reajustar os níveis de vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e a tabela de gratificação de função, prevista no montante anual de R\$ 7.331.701,73 (sete milhões, trezentos e trinta e um mil, setecentos e um reais e setenta e três centavos), **tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual** - Lei Estadual nº 14977, de 28 de dezembro de 2005 **e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias** - Lei Estadual nº 14783, de 14 de julho de 2005.

Curitiba, 10 de fevereiro de 2006.

(a) LUIZ EDUARDO TRIGO RONCAGLIO
Procurador-Geral de Justiça em Exercício

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ANEXO I
ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

(Artigo 16, inciso I e artigo 17, parágrafo 1º da Lei Complementar Federal nº 101/2000)

O reajuste dos níveis de vencimentos dos servidores do quadro próprio do Ministério Público do Estado do Paraná, da gratificação de produtividade e da tabela de gratificação de função gerará um impacto orçamentário-

financeiro nos gastos com pessoal e encargos no exercício de 2006 no montante de R\$ 9.714.504,80 (nove milhões, setecentos e quatorze mil, quinhentos e quatro reais e oitenta centavos). Nesse total está incluída uma parcela de despesas de competência do próprio ano, equivalente a R\$ 7.331.701,73 (sete milhões, trezentos e trinta e um mil, setecentos e um reais e setenta e três centavos) e outra parcela correspondente ao período de outubro a dezembro de 2005, no valor de R\$ 2.382.803,07 (dois milhões, trezentos e oitenta e dois mil, oitocentos e três reais e sete centavos). Esta última afetará apenas o exercício financeiro de 2006.

Estimativa do impacto orçamentário-financeiro do reajuste

Em R\$ 1,00

Descrição	Nº de Servidores	2006	2007	2008
Pessoal Ativo	511	9.104.745,45	7.032.299,24	7.196.855,04
Pessoal Inativo	38	609.759,35	460.195,73	460.195,73
Total	549	9.714.504,80	7.492.494,97	7.657.050,77

De forma a melhor visualizar o reflexo nas despesas de pessoal e encargos, provenientes das alterações propostas em cada espécie de remuneração, a

tabela a seguir demonstra o impacto orçamentário-financeiro dos reajustes, segregando os valores relativos a cada verba.

Estimativa do impacto orçamentário-financeiro - por tipo de verba salarial

Em R\$ 1,00

Descrição	2006	2007	2008
Reajuste de 12% dos níveis de vencimento	3.769.463,88	2.905.674,81	2.967.893,85
Reajuste da Gratificação de Produtividade de 0,01 para 0,015	5.244.540,27	4.046.304,49	4.136.528,34
Reajuste de 12% da Gratificação de Função	33.564,02	25.924,09	26.530,71

METODOLOGIA DE CÁLCULO

Os reajustes propostos foram aplicados nas verbas salariais correspondentes a cada cargo individualmente. A soma de todos os cargos corresponde a um custo mensal de R\$ 549.877,63 (quinhentos e quarenta e nove mil, oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e três centavos). Com base nesse valor calcula-se a verba anual, incluindo o 13º salário e o terço de férias. Para os exercícios de 2007/ 2008 a previsão de despesa do pessoal ativo tomou por base a estimativa de 2006 acrescida de 2,34% (dois vírgula trinta e quatro por cento) a cada ano, refletindo dessa maneira a progressão funcional nos respectivos níveis da carreira.

A gratificação de produtividade é variável e depende de avaliação funcional prévia. Exclusivamente para efeito de cálculo do impacto, foi considerada pelo valor máximo, tendo como premissa a concessão integral da gratificação a todos os servidores.

Curitiba, 10 de fevereiro de 2006.

(a) LUIZ EDUARDO TRIGO RONCAGLIO
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ANEXO II
DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM DE RECURSOS PARA CUSTEIO
(Artigo 17, parágrafo 1º da Lei nº 101/2000)

O aumento de despesa decorrente da presente proposta de anteprojeto de lei está contemplado na Lei nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005 (Lei Orçamentária Anual). Nela se inclui o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o presente exercício, dotações orçamentárias 0901.02062262.392 - Administração dos Serviços do MP e 0901.09272999.004 - Encargos com Inativos e Pensionistas - MP, fonte de recursos 100 - Ordinário Não Vinculado. **Mencionado aumento comprometerá 3,06% (três vírgula zero seis por cento) do orçamento para pessoal e encargos em 2006.**

Demonstração da origem dos recursos**Em R\$ 1,00**

Descrição	2006	2007	2008
Previsões Orçamentárias			
Previsão Orçamentária total do MP	263.427.236,00	282.789.138,00	304.281.112,00
Dotação para pessoal e encargos	239.539.225,00	257.145.358,04	276.688.405,25
Origem dos Recursos			
Transferências Financeiras do Tesouro - LDO	263.427.236,00	282.789.138,00	304.281.112,00
Superávit financeiro de 2005	4.500.571,00	-	-
Total dos recursos financeiros	267.927.806,80	282.789.138,00	304.281.112,00
Destinação dos Recursos			
Previsão do gasto com pessoal e encargos antes do reajuste	232.334.812,03	249.411.420,71	268.366.688,68
Impacto do reajuste	7.331.701,73	7.492.494,97	7.657.050,77
Parcela do reajuste relativa ao exercício de 2005	2.382.803,07	-	-
Total da previsão com gasto de pessoal e encargos após o reajuste	242.049.316,83	256.903.915,68	276.023.739,45
Saldo dos Recursos após o Reajuste			
Origens dos Recursos deduzidas das Destinações de recursos	25.878.489,97	25.885.222,32	28.257.372,55

Os gastos serão custeados com recursos financeiros do Ministério Público, oriundos principalmente das transferências financeiras, conforme ficou evidenciado no quadro anterior. **Há saldos positivos de recursos financeiros, mesmo após o reajuste, nos três exercícios analisados.** Os orçamentos totais previstos para a instituição são suficientes para cobrir as necessidades adicionais advindas do reajuste pretendido.

A alocação de tais dotações orçamentárias, bem como a previsão de aplicação das mesmas cabe ao Ministério Público, consoante normas estabelecidas nos artigos 114 e 115 da Constituição Estadual.

Em seguida são apresentadas as despesas provenientes das alterações propostas, segregadas por tipo de verba salarial:

Demonstração do Impacto por Tipo de Verba Salarial**Em R\$ 1,00**

Descrição	2006	2007	2008
Reajuste de 12% nos níveis de vencimento	3.769.463,88	2.905.674,81	2.967.893,85
Reajuste da Gratificação de Produtividade de 0,01 para 0,015	5.244.540,27	4.046.304,49	4.136.528,34
Reajuste de 12% da Gratificação de Função	33.564,02	25.924,09	26.530,71
Reflexo do reajuste conjunto de 12% nos níveis de vencimento e da Gratificação de Produtividade	666.936,63	514.591,58	526.097,87
Total do Reajuste	9.714.504,80	7.492.494,97	7.657.050,77

METODOLOGIA DE CÁLCULO

A dotação orçamentária do Ministério Público para o exercício de 2006 corresponde a R\$ 263.427.236,00

(duzentos e sessenta e três milhões, quatrocentos e vinte e sete mil e duzentos e trinta e seis reais). A previsão orçamentária para 2007 e 2008 foi projetada pela Secre-

taria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, adotando como parâmetro as estimativas de crescimento da Receita não Financeira estabelecidas na LDO de 2006 em seu Anexo I, Tabela 5 - Metas Fiscais para o período 2006-2008.

A previsão dos gastos com pessoal e encargos antes do reajuste foi calculada com base na Folha de Pagamento do mês de janeiro de 2006, incluindo o 13º salário e o terço de férias e excluindo a parcela relativa a despesas de exercícios anteriores, dado seu caráter eventual. As estimativas da dotação orçamentária e dos gastos com pessoal e encargos relativos a 2007 e 2008 foram obtidas adotando-se os mesmos critérios da LDO, ou seja, perspectivas de crescimento de 7,35% (sete vírgula trinta e cinco por cento) e 7,6% (sete vírgula seis por cento) em cada ano, aplicados em cascata sobre os respectivos montantes de 2006. As transferências financeiras do Tesouro são idênticas às previsões orçamentárias, em conformidade com a Constituição Estadual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado.

Curitiba, 10 de fevereiro de 2006.

(a) LUIZ EDUARDO TRIGO RONCAGLIO
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ANEXO III
IMPACTO FINANCEIRO NAS DESPESAS COM
PESSOAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
(Artigo 19 e artigo 20 da Lei
Complementar Federal nº 101/2000)

Referida proposta de anteprojeto de lei acarreta um aumento da despesa correspondente a R\$ 7.331.701,73 (sete milhões, trezentos e trinta e um mil, setecentos e um reais e setenta e três centavos) anuais, representando 0,062% (zero vírgula zero sessenta e dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o exercício de 2006. Tal importe de despesas não compromete o limite de gastos com pessoal e encargos da Instituição, de acordo com o que preceitua a Lei Complementar Federal 101/2000 - LRF, pois ficará em 1,69% (um vírgula sessenta e nove por cento) da Receita Corrente Líquida, abaixo do limite prudencial definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 22, parágrafo único) que para o Ministério Público é de 1,9% (um vírgula nove por cento). A parcela da despesa corresponde ao exercício anterior (outubro a dezembro/2005) no montante de R\$ 2.382.803,07 (dois milhões, trezentos e oitenta e dois mil, oitocentos e três reais e sete centavos), desde que consignada em rubrica própria, é deduzida do total dos gastos com pessoal, consoante artigo 19, parágrafo 1º da Lei Complementar nº 101/2000.

A execução financeira anual foi prevista com base na Folha de Pagamento correspondente ao mês de janeiro de 2006, incluindo o 13º salário e férias e excluindo a parcela relativa a despesas de exercícios anteriores, haja vista sua eventualidade. A Receita Corrente Líquida prevista foi obtida através de informação da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

O quadro a seguir demonstra o **impacto financeiro do reajuste na despesa com pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná no exercício de 2006:**

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PREVISÃO DO IMPACTO DO REAJUSTE NAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS
NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006

LRF, artigo 55, inciso I, alínea "a", Anexo I

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR Jan a Dez/2006
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	233.984.812,03
Pessoal Ativo	177.723.438,06
Pessoal Inativo e Pensionistas	54.611.373,97
Outras despesas de pessoal (art. 18, parágrafo 1º da LRF)	1.650.000,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (artigo 19, parágrafo 1º da LRF e Res. 7598/2002-TC) (II)	(41.538.136,54)
Despesas de Exercícios Anteriores	(2.731.724,99)
Imposto de Renda Retido na Fonte (Res. 7598/2002-TC)	(22.491.453,86)
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	(16.314.957,69)
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)	-
Contribuições Patronais	-
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV)=(I-II+III)	192.446.675,49
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(V)	11.844.651.567,94
% do total da despesa com pessoal para fins de apuração do limite - TDP sobre a RCL (IV/V) *100	1,62%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, artigo 20 da LRF) - 2%	236.893.031,36
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, artigo 22 da LRF) - 1,9%	225.048.379,79
LIMITE PARA ACRÉSCIMO DA FOLHA DE PESSOAL - ATÉ 1,9%	32.601.704,30

Demonstrativo do Impacto da proposta de reajuste *

Descrição	Impacto do Reajuste		Total da Despesa com Pessoal após o Reajuste	
	Valor	% da RCL	Valor	% da RCL
Reajuste de 12% nos níveis de vencimentos	2.844.878,40	0,0240%	195.291.553,89	1,65%
Reajuste da Gratificação de Produtividade	3.958.143,60	0,0334%	196.404.819,09	1,66%
Reajuste da Gratificação de Função	25.331,33	0,0002%	192.472.006,82	1,62%
Total Geral	7.331.701,73	0,0619%	199.778.377,22	1,69%

* Excluídas as despesas de exercícios anteriores.

No exercício financeiro de 2005, as despesas com pessoal do Ministério Público ficaram em 1,36% (um vírgula trinta e seis por cento) da Receita Corrente Líquida,

conforme Demonstrativo da Despesa com Pessoal do 3º quadrimestre de 2005, elaborado de conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, transcrito abaixo:

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2005

LRF, artigo 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR Jan a Dez/2005
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	226.745.607,54
Pessoal Ativo	168.139.380,08
Pessoal Inativo e Pensionistas	57.097.792,25
Outras despesas de pessoal (artigo 18, parágrafo 1º da LRF)	1.508.435,21
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (artigo 19, parágrafo 1º da LRF e Res. 7.598/2002-TC) (II)	(84.318.933,12)
Despesas de Exercícios Anteriores	(43.483.584,66)
Imposto de Renda Retido na Fonte (Res. 7.598/2002-TC)	(28.033.572,49)
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	(12.801.775,97)
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)	-
Contribuições Patronais	-
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I - II + III)	142.426.674,42
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	10.453.925.829,20
% do total da despesa com pessoal para fins de apuração do limite - TDP sobre a RCL (IV/V) * 100	1,36%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, artigo 20 da LRF) - 2%	209.078.516,58
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, artigo 22 da LRF) - 1,9%	198.624.590,75

Curitiba, 10 de fevereiro de 2006.

(a) LUIZ EDUARDO TRIGO RONCAGLIO
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA

ANEXO IV

COMPROVAÇÃO DE QUE A DESPESA CRIADA OU
AUMENTADA NÃO AFETARÁ AS METAS DE
RESULTADOS FISCAIS
(Artigo 17, parágrafo 2º da Lei nº 101/00)

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que os atos que criarem ou aumentarem as despesas obrigatórias de caráter continuado deverão ser acompanhados de com-

provação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais e seus efeitos financeiros devem ser compensados pelo aumento permanente de receita e pela redução permanente de despesas.

Preliminarmente, impende salientar que os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal devem ser interpretados levando-se em consideração que vários deles, embora se destinem a todos os Poderes e órgãos, foram concebidos tendo como paradigma o Poder Executivo. Portanto, na sua interpretação e aplicação deverão ser consideradas as peculiaridades próprias de cada Poder e órgão.

O Ministério Público, dada a sua destinação constitucional específica, não tem meios de promover o aumento permanente de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo ou alteração/majoração

de tributos, cuja competência é do próprio ente federado, por meio do respectivo Poder Executivo, não estando a instituição ministerial, por isso, diretamente vinculada à observação de resultados fiscais. Apenas de maneira indireta contribui para atendimento das metas fiscais, quanto utiliza sua autonomia administrativa e funcional na execução das tarefas de previsão e execução orçamentária, observando as normas que tratam do processo financeiro (Plano Plurianual, LDO, LOA) e usando os recursos disponíveis para manutenção da sua atividade-fim dentro dos princípios do direito administrativo e financeiro.

Compensação da despesa, de duração continuada, também não poderá ser efetivada com recursos financeiros oriundos de operações de créditos, transferências voluntárias ou receita vinculada a outra despesa. Conforme já demonstrado nos anexos anteriores, as despesas da Instituição são custeadas com recursos do tesouro estadual - Fonte 100 - Ordinário Não Vinculado. Mas, por outro lado, sendo os recursos vinculados, o Ministério Público não está impedido de realizar a compensação estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal, dentro

dos limites do seu orçamento, posto que ele próprio alocará os montantes 114 e 115 da Constituição Estadual. Ademais, mencionada despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária e compatibilidade com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Cumprе ressaltar que o Ministério Público, para cumprimento de sua destinação constitucional, onde sobrepõe a defesa social, possui como instrumento precípua, indispensável e insubstituível o elemento humano (pessoal). Para consecução de sua atividade-fim (executada por seus membros com o auxílio dos servidores) o Ministério Público consome mais de 90% (noventa por cento) de seu orçamento, dependendo da receita líquida do Estado para pagamento de pessoal, conforme quadro a seguir. Como não há outra fonte de receita, torna-se praticamente impossível realizar a compensação prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, embora possa, em determinadas circunstâncias, ter de se valer de ajuste orçamentário utilizando-se de parte dos restantes 10% destinados a outras despesas correntes e de capital para pagamento de pessoal.

Demonstrativo da Previsão Orçamentária						
R\$ 1.000						
Discriminação	2006		2007		2008	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pessoal e Encargos	239.539	91%	257.145	91%	276.688	91%
Outras Despesas Correntes	17.816	7%	19.127	7%	20.581	7%
Investimentos	6.072	2%	6.517	2%	7.012	2%
Total do Orçamento	263.427	100%	282.789	11,65	304.281	11,25
Participação do reajuste no orçamento total:						
12% nos níveis de vencimento	3.769	1,43%	2.906	1,03%	2.968	1,00%
Gratificação Produtividade	5.245	1,99%	4.046	1,43%	4.137	1,36%
Gratificação de Função	34	0,01%	26	0,01%	27	0,01%
Total do reajuste proposto	9.715	3,69%	7.492	2,65%	7.657	2,52%

A Lei Estadual nº 14.783, de 14 de julho de 2005, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício de 2006, traz no Anexo I

- Metas Fiscais, Tabela 5, o demonstrativo das metas fiscais anuais para o período de 2006-2008, transcrito a seguir:

Metas Fiscais para o período 2006-08, Preços Correntes						
Discriminação	2006		2007		2008	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. Receita Não financeira	14.382.650	13,57	15.440.431	13,98	16.614.300	14,45
II. Despesas Não financeiras	13.795.269	13,01	14.754.579	13,35	15.911.273	13,83
III. Resultado Primário	587.381	0,55	685.852	0,62	703.027	0,61
IV. Saldo Devedor da Dívida	12.768.243	12,04	12.873.317	11,65	12.935.232	11,25
V. Resultado nominal	362.388	0,34	105.074	0,10	61.915	0,05

Analisando o demonstrativo constante do item 5 do Anexo I da Lei de Diretrizes Orçamentárias, resta comprovada a existência de margem de expansão para

despesas de caráter continuado no Estado do Paraná da ordem de R\$ 64.414 mil, conforme transcrito na tabela seguinte:

Saldo da Margem de Expansão em 2006	
Discriminação	2006
1. Arrecadação de Tributos e Contribuições	981.047
2. Transferências Constitucionais e Legais	245.059
3. Saldo (1-2)	735.988
4. Saldo já utilizado	651.574
Pessoal (concursos, reestruturações, promoções, etc)	587.983
Manutenção de Novas Penitenciárias e Educandários	54.000
Precatórios	6.180
PASEP	23.411
5. Margem de Expansão	64.414

Por derradeiro, inobstante as justificativas apresentadas quanto à comprovação da não afetação das metas fiscais, cabe afirmar que os gastos advindos do reajuste ora proposto serão cobertos integralmente com recursos financeiros do Ministério Público, conforme dotação orçamentária definida pela instituição, delimitada pelo percentual de participação na Receita Líquida Estadual, em consonância com a Constituição Estadual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, não afetando, deste modo, as metas fiscais do Estado para o período 2006/2008.

Curitiba, 10 de fevereiro de 2006.

(a) LUIZ EDUARDO TRIGO RONCAGLIO
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA

ANEXO V
INFORMAÇÕES E RELATÓRIOS DE ANÁLISE

DO IMPACTO NO TOTAL DE DESPESAS DO
ESTADO FORNECIDOS PELAS SECRETARIAS
DE ESTADO DA FAZENDA E SECRETARIA DE
ESTADO DO PLANEJAMENTO E
COORDENAÇÃO GERAL

OFÍCIO Nº 017/2006-GAB

Curitiba, 06 de fevereiro de 2006.

Sr. Procurador-Geral:

Em atenção ao Ofício nº 127/2006-GAB, estou encaminhando informação da Coordenação da Administração Financeira do Estado/Sefa, com os esclarecimentos e relatórios solicitados.

Ao ensejo, apresento meus protestos de respeito e consideração.

HERON ARZUA
Secretário de Estado da Fazenda

Valores Preliminares - Sujeitos a alterações									
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL Referente a Dezembro/2005					ESTADO			LRF410M	
DESPESA COM PESSOAL	VISÃO MENSAL				QUADRIMENSTRAL			ANUAL	
	Set/2005	Out/2005	Nov/2005	Dez/2005	1º Quadr. Jan-Abr	2º Quadr. Maio-Ago	3º Quadr. Set-Dez	No Ano Jan a Dez 2005	Últ. 12 meses Jan/2005 a Dez/ 2005
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	425.241.012,98	404.354.055,70	474.776.468,51	881.498.937,30	1.603.013.564,79	1.663.380.756,45	2.185.870.474,49	5.452.264.795,73	5.452.264.795,73
Pessoal Ativo	289.651.370,92	270.760.676,36	344.034.057,79	611.557.831,30	1.118.317.828,69	1.168.741.861,72	1.516.003.936,37	3.803.063.626,78	3.803.063.626,78
Pessoal Inativo e Pensionistas	143.271.721,83	142.172.119,17	148.388.378,39	282.183.114,27	553.199.558,80	571.803.789,56	716.015.333,66	1.841.018.682,02	1.841.018.682,02
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	7.682.079,77	8.578.739,83	17.645.967,6	12.242.008,27	68.503.822,70	77.164.894,83	46.148.795,54	191.817.513,07	191.817.513,07
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demis. Volunt.	(2.461.186,44)	1.841.698,02	(6.915.268,28)	2.136.484,27	8.276.304,81	15.374.738,85	(5.398.272,43)	18.252.771,23	18.252.771,23

Valores Preliminares - Sujeitos a alterações									
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL Referente a Dezembro/2005				ESTADO				LRF410M	
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp. de Exerc. Anteriores	4.454.858,71	472.708,26	19.244.159,60	6.253.271,31	38.421.231,31	38.923.995,45	30.424.997,88	107.770.224,64	107.770.224,64
Inativos e Pension. de Rec. Vinculados	5.688.407,50	6.264.333,55	5.317.076,35	3.852.252,69	21.806.286,58	22.866.160,53	21.122.070,09	65.794.517,20	65.794.517,20
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º da LRF) (II)	17.242.322,23	15.877.572,11	21.815.810,83	33.647.441,42	70.126.677,31	62.100.136,50	88.583.146,59	220.809.960,40	220.809.960,40
Repasses Previdenciários ao Regime Próprio de Prev. Social (III)	8.008.800,76	8.112.684,76	8.265.154,04	22.848.245,04	19.415.558,75	30.229.556,35	47.234.884,90	96.880.000,00	96.880.000,00
Contribuições Patronais	8.008.800,76	8.112.684,76	8.265.154,04	22.848.245,04	19.415.558,75	30.229.556,35	47.234.884,90	96.880.000,00	96.880.000,00
TOTAL DA DESP. LÍQUIDA C/ PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV)=(I+II+III)	450.492.135,97	428.344.312,57	504.857.433,38	937.994.624,06	1.692.555.800,85	1.755.710.449,30	2.321.688.505,98	5.769.954.756,13	5.769.954.756,13
RECEITA COR- RENTE LÍQ. - RCL (V)	812.922.880,43	907.126.190,78	866.901.844,79	1.071.203.917,10	3.408.280.649,64	3.387.490.346,46	3.658.154.833,10	10.453.925.829,20	10.453.925.829,20
% do TOTAL DA DESP. COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP Sobre a RCL (IV/V)	55,42	47,22	58,24	87,56	49,66	51,83	63,47	55,19	55,19
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <60%>	487.753.728,26	544.275.714,47	520.141.106,87	642.722.350,26	2.044.968.389,78	2.032.494.207,88	2.194.892.899,86	6.272.355.497,52	6.272.355.497,52
Limite Pruden- cial (§ único, art. 22 da TRF) - <57%>	463.366.041,85	517.061.928,74	494.134.051,53	610.586.232,75	1.942.719.970,29	1.930.869.497,29	2.085.148.254,87	5.958.737.722,64	5.958.737.722,64
Limite do Tribu- nal de Contas - <90% do Limite Máximo>	438.978.355,43	489.848.143,02	468.126.996,18	578.450.115,23	1.840.471.550,80	1.829.244.787,09	1.975.403.609,87	5.645.119.947,77	5.645.119.947,77

FONTE: SEFA/CAFE - Sistema SIAF (processado)

Nota: Base LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

**SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E
COORDENAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO**

INFORMAÇÃO Nº 26/2006

ASSUNTO:

Solicitação por parte do Ministério Público dos relatórios de impacto e previsão orçamentária, como também o de despesas de pessoal.

REFERÊNCIA:

Ofício nº 128/2006 - GAB do Ministério Público do Estado do Paraná.

Analizando a solicitação em referência temos a informar que:

A dotação orçamentária do Ministério Público para o exercício de 2006 corresponde ao montante de R\$ 263.427.236,00 (duzentos e sessenta e três milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, duzentos e trinta e seis reais) segundo normas estabelecidas na Constituição do Estado do Paraná e na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado - LDO para o exercício financeiro de 2006.

A LDO - 2006 em seu Anexo I, Tabela 5 - Metas Fiscais para o período 2006 - 08, Preços Correntes estabelece as seguintes previsões de crescimento para a Receita não Financeira:

2007 - 7,35%

2008 - 7,60%

Adotando tal parâmetro de crescimento para projetar a previsão orçamentária do Ministério para os exercícios em referência teremos as seguintes estimativas:

2007 - R\$ 282.789.138,00

2008 - R\$ 304.282.112,00

A alocação de tais dotações orçamentárias, bem como a previsão de aplicação das mesmas deve ser feita pelo próprio Ministério Público consoante normas estabelecidas nos artigos 114 e 155 da Constituição Estadual.

O pleito em questão não apresenta qualquer cálculo ou informação relativa a previsão do aumento salarial pretendido.

Conforme estabelecem os artigos 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal a despesa com Pessoal do Ministério Público não poderá exceder 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida.

Considerando também que a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou Órgão referido no artigo 20 aumentar as despesas com pessoal. Usando tal parâmetro de 95% da Receita Corrente Líquida como limite e, as estimativas constantes da lei orçamentária de 2006, e as previsões constantes do Anexo I, Tabela 5 da LDO - 2006 teremos as seguintes estimativas para:

2006 - R\$ 11.252.419.078,00

2007 - R\$ 12.079.471.880,00

2008 - R\$ 12.997.511.743,00

Diante das análises procedidas entendemos que as despesas orçamentárias do Ministério Público devem obedecer aos parâmetros fixados nos artigos 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal e observar o limite financeiro com base no artigo 115 da Constituição do Estado do Paraná, fixadas para o exercício de 2006 em 3,7% (três vírgula sete por cento) na Lei Estadual nº 14.783 de 14 de julho de 2005 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado.

As tabelas constantes do anexo a esta informação sintetizam as previsões orçamentárias para o Ministério Público nos exercícios de 2006, 2007 e 2008, bem como apresentam as estimativas relativas a Receita Corrente Líquida para o mesmo período.

As declarações pertinentes à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, devem ser feitas pelo respectivo Ordenador de Despesa. É a informação.

Curitiba, em 31 de janeiro de 2006.

(a) ELIZABETH CRISTINA DE AZEVEDO

Coordenador Adjunta - COP/SEPL

ANEXO À INFORMAÇÃO Nº 26/COP/SEPL DE 30/01/2006

1. Estimativa da Receita Corrente Líquida - RCL - Base para aplicação dos artigos 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em R\$ 1,00			
RCL	2006	2007	2008
100%	11.844.651.661	12.715.233.558	13.681.591.308
95%	11.252.419.078	12.079.471.880	12.997.511.743
2%	225.048.381	241.589.438	259.950.235

2. Estimativa das dotações do Ministério Público, para ser utilizado como parâmetro financeiro global

Em R\$ 1,00			
% Receita Líquida	2006	2007	2008
3,7%	263.427.236	282.789.138	304.281.112

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 170

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.02.2006.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 181

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada da pauta e arquivamento do Projeto de Lei nº 632/2005, tendo em vista a existência de lei (nº 14.601, de 18/12/2004), que regulamenta a matéria.

Sala das Sessões, em 22.02.2006.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 169

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, e na condição de Vice-Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente desta Casa e Presidente do Conselho Estadual da Mulher do Paraná, comunicar a participação no Seminário Nacional: Controle Social nas Políticas Públicas de Saúde para as Mulheres, a realizar-se no período de 14 a 16 de março de 2006, em Brasília - Distrito Federal.

Sala das Sessões, em 22.02.2006.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 191

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, os adiante nominados, Deputados com assento nesta Casa de Leis, REQUEREM à Mesa a reserva do horário do Grande Expediente do dia 09 de maio de 2006 para a instalação da Frente Parlamentar Paraná-Itália, conforme requerimento aprovado em 30 de maio de 2005.

Sala das Sessões, em 22.02.2006.

(aa) HERMAS BRANDÃO
CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 172

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 23 de fevereiro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Extraordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 22.02.2006.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 175

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Ari Panquieri, ocorrido dia 21 de fevereiro corrente, no município de Colombo.

Sala das Sessões, em 22.02.2006.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 70 anos de idade faleceu o Sr. Ari Panquieri que era viúvo da Sra. Isaltina.

Deixou os filhos: Ari, Nelson e Júlio e as netas: Isabelle, Franciele, Camile, Cláudia, Juliane e Amanda. Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

Ari Panquieri, de saudosa memória, foi um dos pioneiros do Jardim Osasco (Colombo) e nosso companheiro de lutas políticas. O destino roubou-o ao convívio de seu entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que adorava despediu-se em lágrimas dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar o seu nome e cultivar sua memória. Imploramos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de Ari Panquieri, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Panquieri, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 182

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, para que seja consignado votos de congratulações a Deputada Cida Borghetti, pela iniciativa do encaminhamento do requerimento aprovada neste plenário em 05 de maio de 2005, indicando para que o município de Curitiba pudesse sediar a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre a Diversidade Biológica (COP8) e o 3º Encontro das Partes da Convenção do Protocolo de Cartegena ou Biossegurança (MOP3), em nossa Capital.

Sala das Sessões, em 22.02.2006.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Por iniciativa da Deputada Cida Borghetti, ao encaminhar a proposta à Ministra do Meio Ambiente, a Exma. Sra. Marina Silva, para que o município de Curitiba sediasse os eventos acima mencionados, nossa Capital receberá no próximo mês de março, representantes de mais de uma centena de representantes de países de várias partes do Mundo, que aqui discutirão os problemas que hoje afetam a população do mundo inteiro, e que tende a piorar para as gerações futuras caso não sejam encontradas soluções, que venham ao encontro do anseio de nossa população.

Nos dias atuais, vários são os males que afetam a saúde, e quando se pensa que um mal que pode se transformar em uma epidemia, já se vê através da imprensa, que outros males foram descobertos.

Esperamos que deste encontro em nossa Capital, os seus participantes possam encontrar as soluções, que tanto precisamos.

REQUERIMENTO Nº 168

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplausos ao Pastor Ival Teodoro da Silva, Presidente das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus, com sede no município de São José dos Pinhais, neste Estado.

Sala das Sessões, em 22.02.2006.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 177

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo ao casal Jair e Neusa Grein (Cantina Tarantella), pelos excelentes serviços prestados aos seus amigos e clientes.

Sala das Sessões, em 22.02.2006.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 176

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, REQUEREM à Mesa, ouvido o Plenário, sejam realizadas palestras sobre a “Amazônia, parte integrante do território brasileiro”, a serem apresentadas nesta Assembléia Legislativa e também na cidade de Londrina, pelo General da Reserva Paulo Correa de Assis, Primeiro Vice-Presidente do Clube Militar, na data do aniversário do Exército brasileiro.

Para a concretização do conteúdo desta proposta, o oficial-general em causa deverá ser convidado oficialmente por esta Casa de Leis, nos termos regimentais. As despesas decorrentes serão custeadas pelo Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 22.02.2006.

(aa) CESAR SELEME

JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O General Assis, durante sua carreira militar como oficial do Exército Brasileiro, serviu por diversas ocasiões na Região Amazônica, tendo realizado e funcionado como instrutor do curso de especialização de Guerra na Selva; como Coronel foi Chefe do Estado-Maior da 12ª Região Militar sediada em Manaus; como General de Brigada foi Chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia e adido militar do Brasil nos Estados Unidos, entre outras funções e comissões de natureza militar.

A oportunidade de sua apresentação decorre de manifestações expressadas por figuras representativas do meio internacional sobre propostas de gestão internacional do território amazônico, sob alegação de sua relevância para a comunidade dos povos e alegada incúria do Brasil e dos países amazônicos para com sua preservação; o que repelimos porque nosso Governo tem se empenhado em aplicar programas de desenvolvimento sustentável à região, onde residem mais de 20 milhões de patrícios nossos.

Por outro lado, se à época da colonização, com escassez de gente e de meios, nossos ancestrais souberam resguardar a Amazônia, não será agora que permitiremos ou iremos abandonar aquela metade do território nacional. Para isso, precisamos de uma forma ordenada de exploração daquele espaço de vasta dimensão, regulamentando a certificação das madeiras extraídas - sem a degradação da floresta amazônica - atraindo investimentos e aumentando a mão-de-obra, tendo em vista uma exploração de caráter sustentável que leve ao equilíbrio na manutenção da área florestal com o uso das áreas já abertas para o cultivo agropecuário - inclusive ao abrigo das compensações pelo bloqueio do carbono liberado para a atmosfera previstas pelo Protocolo Ambiental de Kyoto.

O que cumpre é reafirmar, por todos os meios, a condição da Amazônia como parte integrante do Território Brasileiro; repelindo as tentativas de relativização da soberania nacional sobre aquele espaço, expressas por alguns setores internacionais. Por isso se faz atual e oportuno o debate em torno da Amazônia, por especialistas e figuras de destaque como o ilustre militar ora proposto.

Para a apresentação aqui referida contamos com a colaboração do ilustre oficial do Exército na reserva, General Paulo Assis, cuja presença entre nós deverá contar com o prestigiamento e apoio da comunidade paranaense, arregimentada por entidades como o Movimento Pró-Paraná, o Fórum de Entidades Paranaenses Pró-Democracia, a Academia Brasileira de Direito Internacional, o Centro de Relações Internacionais do Paraná e a Associação Paranaense de Imprensa, entre outras.

REQUERIMENTO Nº 178

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Ministério dos Transportes e ao 9º Distrito Rodoviário Federal do DNIT-PR, solicitando informações oficiais sobre quantos e onde serão instalados os futuros postos de pedágio na rodovia federal que liga Curitiba a Rio Negro, no processo de privatização das rodovias federais no Paraná.

Sala das Sessões, em 22.02.2006.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Os municípios de Mandirituba, Fazenda Rio Grande e Quitandinha estão integrados ao Sistema de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba, onde os usuários se beneficiam com o preço baixo do transporte coletivo da Região Metropolitana. A instalação de postos de pedágio dentro de qualquer um desses municípios implicará em aumento do preço das passagens, independente do esforço da Prefeitura Municipal de Curitiba na manutenção da tarifa de R\$ 1,80 (um real e oitenta centavos). Não pretendendo interferir em assuntos federais, temos como responsabilidade zelar pelos munícipes dos três municípios acima citados, dos quais somos seus legítimos representantes na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Não podemos permitir em hipótese alguma que sob a alegação de que a privatização dessas estradas será benéfica para a sua manutenção e conservação, a União venha a colocar em risco a economia dos usuários do Sistema de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba, com a instalação de postos de pedágio onde por certo vai causar um problema social, o que este Parlamentar representante da região jamais poderá permitir.

REQUERIMENTO Nº 183

Senhor Presidente:

A Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Ministra do Meio Ambiente, Exma. Sra. Marina Silva, contendo votos de agradecimento, pelo prestígio demonstrado a esta Casa de Leis, atendendo requerimento de nossa autoria, para que o Município de Curitiba pudesse sediar a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre a Diversidade Biológica (COP8) e o 3º Encontro das Partes da Convenção do Protocolo da Cartagena ou Biossegurança (MOP3), em nossa

Capital, extensivo também ao Movimento Pró-Paraná - Ente de Integração e Relações Institucionais do Paraná, através do Comitê Cívico Cultural, que nos apoiou para o sucesso de nossa solicitação, como foi feito para que Curitiba fosse distinguida e sediada como a Capital Americana da Cultura no ano de 2002.

Sala das Sessões, em 22.02.2006.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Quando encaminhamos nosso requerimento para a aprovação no Plenário deste Poder Legislativo, já sabíamos que poderíamos contar com o apoio do Movimento Pró-Paraná, através de seu Presidente, o jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, que não mede esforços para trazer a Curitiba tudo aquilo que possa elevar internacionalmente o nome da Capital e do Estado do Paraná.

Contamos também com o apoio de nossos representantes no Congresso Nacional, além da infra-estrutura existente - em nossa Capital, e acima de tudo por Curitiba ser reconhecida, principalmente no exterior, como a Capital Ecológica do Brasil.

REQUERIMENTO Nº 187

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Murilo Xavier, solicitando providências urgentes no sentido de proporcionar condições para a reabertura da Santa Casa de Foz do Iguaçu, que teve suas atividades interrompidas por falta de recursos financeiros para a sua manutenção.

Sala das Sessões, em 22.02.2006.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 188

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando agilização na liberação de recursos para a construção do Hospital Regional, a ser construído no município de Foz do Iguaçu, conforme promessa do próprio Governador Roberto Requião.

Sala das Sessões, em 22.02.2006.

(a) CHICO NOROESTE

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 047/2006

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Trabalhadores com Material Reciclável e Meio Ambiente de São José dos Pinhais, com

sede e foro no município de São José dos Pinhais - Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.02.2006.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Trabalhadores com Material Reciclável e Meio Ambiente de São José dos Pinhais, tem como finalidade unir os agentes, pessoas físicas ou jurídicas, envolvidas na reciclagem de materiais orgânicos e/ou inorgânicos, sendo seus objetivos específicos: o incentivo à pesquisa científica e o desenvolvimento social, econômico sustentado e ecologicamente correto, voltado à preservação ambiental para a sadia qualidade de vida; promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, cívico, social, econômico e o bem-estar da comunidade; estimular o espírito de solidariedade entre os associados no sentido de promover o desenvolvimento da vida em grupo; congregar os associados apoiando suas legítimas aspirações; manter trabalho de cultura, educação, lazer e saúde em benefício dos associados e a comunidade, promovendo ampla e perfeita cordialidade entre os mesmos; colaborar com os poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na sua jurisdição, em projetos que estejam relacionados com os objetivos da associação.

PROJETO DE LEI Nº 048/2006

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. Seno Cláudio Lunkes.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.02.2006.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

As datas muitas vezes se perdem nos longes da memória e da distância. Não obstante, os feitos e as exitosas realizações possuem a vocação da eternidade. Os feitos e as obras se medem entre o querer e o realizar. E, essas variantes dos grupos humanos, só se concretizam porque entre eles sobressaem, homens talhados para a grandeza - liderar, formar, construir e edificar. Como dizem os poetas, "eles são espíritos de luz a derramar sobre seus semelhantes o idealismo que motiva a vontade que impulsiona, homens cujas vidas marcaram e marcam no tempo o fulgor de suas passagens". As perspectivas sobre os homens que lideram e realizam principiam-se nos pontos frágeis do começo das organizações, dos empreendimentos. As potencialidades dos líderes avaliam-se pela dimensão que conseguiram e conseguem

imprimir, ao longo do tempo, para solidificar e agigantar as organizações que lhe foram confiadas ou quiseram assumir.

É nesse processo delicado e complexo de construção, que transparece o verdadeiro espírito norteador de um grande homem: ausência de compromisso se não com o cargo, coerência e atitudes, determinações, confiança e força de liderança. Virtudes que inspiram e vislumbram o progresso. Tenho manifestado, em diversas ocasiões neste Parlamento, que as grandes realizações devem ser reconhecidas e, aplaudidos e laureados, aqueles que as protagonizam. Penso que reconhecer é base profunda de idealismo e, sobretudo, uma honra. E, não menos, um dever cultivá-lo.

É, por estas razões, que proponho a este Poder Legislativo que conceda o “título de cidadão honorário” a um ilustre paranaense de coração, nascido em terras gaúchas, mas cuja trajetória profissional, social e familiar enobrece o nosso Estado. Uma homenagem justa e merecida ao Sr. Seno Cláudio Linkes, ilustre Diretor-Presidente da Sicredi Central do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 049/2006

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Patobranquense de Estudos Espíritas, com sede e foro no município de Pato Branco.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.02.2006.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o elevado número de mortalidade e desnutrição infantil, em grande parte por problemas motivados pela ausência de orientação pré e pós-natal, situações estas que ocorrem com mais frequência na parcela da população pato-branquense que vive em estado de pobreza absoluta e que residem nos bairros mais pobres e distantes da cidade, desprovidos dos mais elementares e básicos recursos, é que nos colocamos para o auxílio dos mais necessitados. A entidade tem como um dos principais objetivos exercer atividades de natureza filantrópica, e assistencial à luz da doutrina espírita, buscando auxiliar ao próximo, sem qualquer distinção de credo, raça ou outras discriminações. Promovendo regularmente palestras sobre prevenção de doença materno-infantil e outras, através de seus sócios, colaboradores e agentes de saúde do município.

Além das atividades educativas, a entidade realiza trabalhos manuais, como confecções de acolchoados para crianças e adultos, aulas de tricô e crochê, etc.

Com ajuda e orientação das senhoras da sociedade de Pato Branco, são desenvolvidos trabalhos de costura de peças de vestuários e acolchoados, propiciando a inte-

gração fraternal entre as diferentes classes sociais da nossa comunidade, despertando assim, um sentimento de cooperação e de reciprocidade.

Além disso, orientando-se através do diálogo, para a educação moral, cívica, higiene e saúde, direitos e deveres, propicia-se desta maneira a auto-estima das mesmas e de seus familiares, portanto, realizando sempre os trabalhos de forma fraternal e de acordo com os objetivos e finalidades estatutárias da Sociedade Patobranquense de Estudos Espíritas.

PROJETO DE LEI Nº 050/2006

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a conceder isenção de pagamento de taxas de renovação da Carteira Nacional de Habilitação aos policiais da ativa, civis e militares.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.02.2006.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição comparece para o exame processual legislativo, consubstanciada no princípio da legalidade, moralidade e interesse público, pois os policiais, civis ou militares, em atividade no âmbito do Estado do Paraná, estão cumprindo suas missões em nome do bem-comum dos paranaenses e principalmente do Estado organizado, sendo justo que as taxas para renovação da Carteira Nacional de Habilitação destes servidores, sejam assimiladas pelo Poder Público, que impôs o requisito do porte de tal documento como *conditio sine qua nom* para o exercício da atividade policial.

Neste sentido, conclamo os nobres Pares desta Assembléia Legislativa e agregarem-se à proposta em epígrafe, por se tratar de matéria justa e de relevante interesse da Segurança Pública do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 051/2006

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominada de Prefeito Laurival Kwiatkowski Mayer, a Rodovia PR-364, ligando o município de São Mateus do Sul a Irati.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.02.2006.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a iniciativa deste projeto de lei, pretendemos homenagear um homem que escreveu muito a his-

tória do Paraná, especialmente no município de São Mateus do Sul.

A lúcida observação de que o homem é, por natureza, um ser político, resistiu ao passar do tempo e atravessou anos demonstrando sempre o seu acerto. Sem dúvida, a política está presente em quase todos os momentos de nossa vida, como por exemplo nos relacionamentos familiares e de amizade.

A política é definida ora como ciência, ora como arte de governar. Não importa, entretanto, o sentido da palavra mas sim sua finalidade de promover o bem-comum. O desenvolvimento de uma coletividade depende de vários fatores. Entre eles estão o grau de participação de seus membros na discussão dos assuntos que lhes dizem respeito e a qualidade de seus representantes.

Se tomarmos todas as dificuldades que se impõem no curso da atividade política, podemos afirmar sem susto que a homenagem que pretendemos prestar ao saudoso Prefeito Laurival Kwiatkowski Mayer, do município de São Mateus do Sul, é sem dúvida a pedra angular da sociedade. O Sr. Laurival Kwiatkowski Mayer, ex-Vereador, ex-Vice-Prefeito Municipal e Prefeito Municipal de São Mateus do Sul, deixou uma história muito linda no Paraná, e especialmente no município de São Mateus do Sul. Faleceu no dia 24 de novembro de 2005, na cidade de São Mateus do Sul, aos 66 anos de idade, deixando viúva a Sra. Idalina Mayer e filhos: Jussara, Izolde, Cleri, Cleide, Álvaro, Aramis, Elaine e dez netos.

Foi Vereador no período de 1977-1982, Prefeito Municipal no período de 1983-1988, Vice-Prefeito no período de 1993-1996 no município de São Mateus do Sul.

A intenção do presente projeto de lei é de prestar uma singela homenagem ao bravo homem público, considerado o desbravador da região Sul do Estado do Paraná, especialmente no grande município de São Mateus do Sul, sendo um dos políticos mais destacados. Participante ativo em momentos decisivos para a comunidade paranaense.

É esse campeoníssimo homem público que sempre subiu e alcançou seus mandatos através do voto livre do povo de São Mateus do Sul, que pretendemos homenagear com a modesta designação de seu nome à Rodovia PR-364, que liga o município de São Mateus do Sul a Irati.

Consultamos o Departamento de Estradas de Rodagem - DER - onde fomos informados que a mencionada Rodovia PR-364, que liga o município de São Mateus do Sul a Irati, não possui denominação alguma. Certamente outras homenagens virão, muitas mais, pela gratidão das gerações futuras que jamais se esquecerão.

PROJETO DE LEI Nº 052/2006

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, a S. Exa. Revma. Dom Agostinho José Sartori.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.02.2006.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dom Agostinho José Sartori - Bispo de Palmas - Francisco Beltrão. Nascimento: 20.05.1929 - Linha Bonito Capinzal - Santa Catarina.

Profissão Religiosa: 15.08.1951.

Ordenação Sacerdotal: 15.08.1952.

Nomeação Episcopal: 16.02.1970.

Sagração Episcopal: 26.04.1970.

Posse: 1ª Diocese - Palmas - 14.06.70

Filiação: Antônio Sartori e Dosolina Rech Sartori.

Estudos: Ingressou no Seminário de Botiatuba-Paraná em 13.04.1939. Realizou seus estudos filosóficos e teológicos em Curitiba-PR, de 1945 a 1952. cursou Direito Canônico na Universidade Gregoriana-Roma entre 09.10.1958 a 28.02.1961.

Ministérios: Assistente e Professor no Seminário Menor de Riozinho-PR, de 1953 a 1955, Presidente da Conf. dos Religiosos. Professor no Instituto Filosófico e Teológico - Mercês-Curitiba-PR. - 1955 a 1958. Diretor dos Estudantes Capuchinhos de Teologia-Mercês-Curitiba - 1961 a 1965. Presidente da Conf. dos Religiosos - Sul 2-PR. 1964 a 1967. Sub-Secretário Regional da Conferência dos Bispos da Província Eclesiástica do Paraná - 1964 a 1967. Ministro Provincial dos Padres Capuchinhos do Paraná e Santa Catarina - 1967 a 1970. Reeleito em 20.10.70. Presidente do C.P.E.A. "Dom Carlos" - Mantenedora das Faculdades de Palmas-PR.

Dom Agostinho criou a Escola de Integração Social (EISPAL) de Palmas que atende atualmente 240 crianças carentes em horário integral. Criou também o Asilo Lar dos Velhinhos Nossa Senhora das Graças de Palmas. Aposentou-se em dezembro de 2005 tornando-se emérito da Diocese de Palmas - Francisco Beltrão.

É para nós um dia de gala, este dia em que procuramos elaborar este projeto de lei, para conceder o título de Cidadão Honorário a S. Exa. Revma. Dom Agostinho Sartori. É grande a satisfação que sentimos ao homenagear um prelado da estirpe de Dom Agostinho José Sartori. Honra-nos sobremaneira, pois, nossa amizade vem de longa data, e, a nós ovelhas submissas do seu imenso rebanho, pois sempre estivemos prontos para receber a sua bênção paternal.

Sucessor dos apóstolos aqui nos achamos para venerar aquela honrosa pessoa, aquele que Cristo elegeu para lançar os alicerces da sua Igreja. É, S. Exa. Revma, o portador não só da palavra divina, mas o exemplo vivo das virtudes cristãs.

A fama de sua piedade e de sua abnegação ecoou até nós, não nos sendo portanto, desconhecida a auréola da santidade que nimba a sua frente. A ação de S. Exa. Revma. Dom Agostinho José Sartori, tanto na esfera religiosa como no campo do amparo social, sempre foi um penhor seguro de conforto para as almas que sempre esti-

veram sob sua jurisdição eclesiástica. Estaremos sempre prontos para continuarmos a ouvir sua palavra apostolar, a imitar seus exemplos, a seguir os seus passos por mais árduo que seja o caminho a trilhar.

Ao ilustre príncipe da Santa Madre Igreja estaremos sempre prontos e ansiosos para lhe demonstrar nosso apreço e afetuoso amor filial.

A história da humanidade é a história da própria religião. Em todos os tempos o homem reverenciou o Ser Supremo.

Bem compreendemos quão árduo foi o sacerdócio e de quantos sacrifícios e incompreensões sua vida foi semeada. Nosso Senhor, porém que lhe deu o múnus divino, proporcionou-lhe também, a coragem para suportar os percalços inerentes ao seu apostolado.

Para de algum modo externar nossa gratidão e nosso apreço não vimos outro meio que oferecer através deste projeto de lei, um pequeno mimo que será o penhor que lhe dedicamos com o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

Estamos certos de que todos os Senhores Deputados colegas da nossa Assembléia Legislativa compreenderão este modesto e humilde gesto, com a aprovação por unanimidade do título de Cidadão Honorário dos paranaenses a S. Exa. Revma. Dom Agostinho José Sartori.

PROJETO DE LEI Nº 053/2006

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Revmo. Frei Policarpo Berri.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.02.2006.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Inácio Berri, como religioso Frei Policarpo Berri, nasceu dia 13 de julho de 1924 em Rodeio-Santa Catarina. É o décimo entre onze irmãos. Da família foram estudar para padre quatro irmãos. Três ficaram sacerdotes franciscanos: Frei Ermínio, Frei Silvio e Frei Policarpo.

Inácio (Frei Policarpo) foi para o Seminário de Rio Negro-PR, aos 11 anos onde estudou oito anos. Fez o noviciado em Rodeio-Santa Catarina, em 1943. Coursou filosofia em Curitiba-PR. Fez os estudos teológicos em Petrópolis-RJ.

Sua primeira transferência foi para Niterói-RJ, onde trabalhou durante quatro anos. Em princípio de 1956 foi transferido para Pato Branco-PR, onde ficou até hoje, completando cinquenta anos de vida patobranquense. Naquela época a cidade de Pato Branco contava com 4.000 habitantes. As casas eram todas de madeira; não havia luz elétrica, nem calçamento. As viagens pelo interior eram feitas a cavalo (durante cinco anos). A paró-

quia abrangia os atuais municípios de Pato Branco, Vitorino, Bom Sucesso do Sul e Itapejara.

Frei Policarpo, durante dez anos lecionou canto orfeônico e música no Colégio Nossa Senhora das Graças. Conseguiu importar da Alemanha um órgão de tubos, da maior fábrica de órgãos da Alemanha, a Walker. Ajudou na construção da Igreja Matriz São Pedro, durante cinco anos. No segundo ano de estadia em Pato Branco, junto com Frei Honorato e Frei Inocêncio, adquiriram a estação da Rádio Colméia, que mais tarde se tornou Rádio Celinauta, hoje com 25.000 watts e ainda a Rádio Pato Branco com 10.000 watts e a FM e Televisão TV Sudoeste. Para isso Frei Policarpo fez inúmeras viagens ao Rio e Brasília. Durante vinte anos mantiveram as Escolas Radiofônicas em todo o sudoeste. Viajou também para todos os países da Europa Ocidental e a Terra Santa. Recebeu vários títulos: cidadão patobranquense, homenagem da AERP e da ANSOP.

Durante cinco anos trabalhou como capelão nos dois hospitais de Pato Branco. Também muitas vezes atendeu paróquias vizinhas nas confissões, etc.

O homem possui inato o sentimento religioso. Ante as forças imensas da natureza, ante os mistérios insondáveis da criação, seu espírito se curva reverente e submisso à procura de uma explicação. Um ente superior se impõe, então, à sua inteligência. Esse ente que ele sente palpitar em tudo o que existe, que ele sente renovar-se no seu próprio eu, é Deus.

Curva-se diante desse ser Todo-Poderoso e presta-lhe a sua homenagem de criatura ao Criador. Esse ato de submissão, essa confiança de humildade e dependência é na sua essência o que se denomina religião. A religião é o meio de o homem entrar em contato com Deus, daí nascendo as relações que caracterizam o comportamento do ente criado para ser criador. A história da humanidade é história da própria religião. Em todos os tempos o homem reverenciou o Ser Supremo. Cristo é o modelo que sempre nos servirá de guia. Como Deus é onisciente nos Seus conselhos, como homem é exemplo seguro a nos mostrar o caminho que devemos seguir.

Frei Policarpo, que vem dedicando sua carreira na Igreja para auxiliar os movimentos sociais é sempre com aquele mesmo sentido de simplicidade e pobreza que caracteriza sua vida sacerdotal. Não temos palavras entretanto, que traduzam o sentimento que tumultua nossa alma.

Saudar um prelado, um ministro de Deus é qualquer coisa tão sublime que só aos anjos deveria ser dada a incumbência dessa tarefa. Curvamo-nos todavia, ante a injunção que nos foi imposta e aqui estamos para saudá-lo com muita alegria pela passagem dos 50 anos vividos em Pato Branco.

Como representantes e Ministros de Cristo, o Revmo. Frei Policarpo Berri está entre a população de Pato Branco para pregar a religião do bem e da verdade, trazendo por armas sempre com fé em Cristo e ao Evangelho. E nós que pertencemos ao imenso rebanho do

meio sábio da Galiléia, aqui estamos, quais ovelhas juntamente com o pastor que continuará a guiar a população sudoestina do Paraná, através das campinas da vida para levar todos ao redil celeste.

Revmo. Frei Policarpo, bem compreendemos quão árduo é o seu sacerdócio e de quantos sacrifícios e incompreensões sua vida é semeada. Nosso Senhor porém, que lhe deu o múnus divino, também proporcionou a coragem para suportar os percalços inerentes ao seu trabalho. Rogamos que continue sendo conduzido pelo caminho da verdade e da fé.

Padre Policarpo veio em nome de Jesus Cristo para trazer sua bênção para a população de Pato Branco. Bendito aquele que vem em nome do Senhor. Renovou a fé em Jesus Cristo. Reafirmou a luz deste amor à dignidade e o destino transcendente de toda a pessoa carente. Sua figura evangélica e profundamente humana fez renascer uma fonte de alegria, de esperança e benquerença que fluirá para sempre entre os irmãos daquela região.

O amor que dedica ao sagrado Ministério criou uma frente austera, uma aura de prestígio que o tempo não apagará. Pastor dedicado que não conhece descanso nem repouso, enquanto souber que ali está uma ovelha necessitando de seu amparo quer espiritual quer material.

Nada o detém no cumprimento do dever. Sacrifica o seu bem-estar, pelo bem dos outros, e isso, com um desinteresse apostólico elevado ao nível do sacrifício. A missão do Padre Policarpo inspirada nas lições do Evangelho produziu frutos imarascíveis. Pato Branco e todo o sudoeste do Paraná se revestem em graças e orações de agradecimentos, pois, todos os corações se unem no mais estrito complexo de fraternidade.

Entendemos que a homenagem que pretendemos seja concedida, como Cidadão Honorário paranaense ao Revmo. Padre Policarpo Berri, a quem mantemos profundo respeito e admiração, obedece os anseios de todos os segmentos da sociedade sudoestina, e por que não dizer de todo o paraná, motivo porque apresentamos à consideração desta augusta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, este projeto de lei fulcrado sob o manto de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil.

PROJETO DE LEI Nº 054/2006

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1 A Educação Superior, nos termos a que se referem os artigos da Lei Nacional n 9.394/96, oferecida pelas Instituições de Educação Superior do Sistema Privado de Educação do Paraná, obedece ao disposto na legislação específica federal, nesta legislação estadual e nos demais atos normativos pertinentes.

Art. 2º Quanto a sua organização acadêmica, as Instituições de Educação Superior integrantes ou vinculadas ao Sistema Estadual de Educação classificam-se em:

I - Universidades;

II - Centros Universitários;

III - Faculdades Integradas ou Centros de Educação Superior;

IV - Faculdades, Institutos Superiores de Educação ou Escolas Superiores.

Art. 3 Universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I - indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

II - produção intelectual institucionalizada;

III - pelo menos um terço do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; e,

IV - pelo menos um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber.

Art. 4 Poderão ser credenciadas como Centros Universitários as Instituições de Educação Superior que, abrangendo uma ou mais áreas de conhecimento, se caracterizam pela excelência nas atividades de ensino, comprovada pela qualificação do corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar, com grau de autonomia definido no ato do credenciamento, sendo-lhes asseguradas, no mínimo, as seguintes possibilidades:

I - oferecer, fora da sede, seus cursos de graduação reconhecidos, criando vagas em número nunca superior ao curso reconhecido, salvo para atender situações emergenciais mediante convênio com o poder público;

II - criar novas habilitações na área dos seus cursos reconhecidos, promovendo a necessária expansão do número de vagas;

III - aumentar o número de vagas de cursos reconhecidos, para oferecê-los em novos turnos ou permitir até 2(dois) ingressos anuais.

Art. 5 Poderão ser credenciadas como Faculdades Integradas ou Centros de Educação Superior as Instituições de Educação Superior originadas da reunião de faculdades, institutos superiores de educação ou escolas superiores com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento que não atendam às condições para serem credenciadas como Centros Universitários.

Art. 6 Poderão ser credenciadas como Faculdades, Institutos Superiores de Educação ou Escolas Superiores as Instituições de Educação Superior que ofereçam pelo menos um curso de graduação na mesma área de conhecimento.

Parágrafo único. Os Institutos Superiores de Educação manterão:

I - cursos formadores de profissionais para a Educação Básica, incluído o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a Educação Infantil e para as primeiras quatro séries do Ensino Fundamental;

II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de Educação Superior que queiram se dedicar à Educação Básica;

III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Art. 7º O credenciamento de Instituições de Educação Superior, integrantes do Sistema Estadual de Educação, organizadas sob quaisquer das formas previstas do artigo 2 desta lei, bem como o reconhecimento de cursos e programas de Educação Superior serão renovados periodicamente, conforme o parecer aprovado pelo Plenário deste Conselho Estadual de Educação, após processo regular de avaliação.

Art. 8º Todo e qualquer encaminhamento da Instituição de Educação Superior ao Conselho Estadual de Educação, deverá ser firmado pelo seu dirigente máximo à Presidência.

Art. 9º A estrutura e a organização do currículo pleno dos cursos é competência das Instituições de Educação Superior, de acordo com legislação própria, projeto pedagógico do curso com o perfil do profissional a ser formado.

TÍTULO II

DO CREDENCIAMENTO, DA AVALIAÇÃO E DA RENOVAÇÃO DO CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Capítulo I

Do Conceito De Credenciamento

Art. 10. Credenciamento consiste no ato administrativo pelo qual o poder público estadual declara em que modalidade da tipologia acadêmico-institucional se enquadra a Instituição de Educação Superior e, no caso de campus, declara a sua integração institucional, nos termos dos artigos 13 a 19 da presente lei.

Capítulo II

Do Conceito De Avaliação

Art. 11. Avaliação é o processo de diagnóstico e análise de Instituição de Educação Superior que permite conhecer e aferir as condições e a relevância dos objetivos e metas definidas pela instituição, sua implementação, eficiência, impacto social e eficácia dos resultados, nos termos do artigo 20 da presente legislação.

Parágrafo único. A avaliação tem por foco a globalidade da instituição, dos setores e programas e visa analisar as funções substantivas e adjetivas e será feita a qualquer tempo, servindo de suporte para tomadas de decisões oficiais e institucionais.

Capítulo III

Do Conceito De Renovação Do Credenciamento

Art. 12. Renovação do credenciamento consiste no ato administrativo pelo qual o poder público estadual ratifica, altera ou suspende a modalidade da tipologia acadêmico-institucional em que se enquadra a Instituição de Educação Superior e no caso de campus, declara a sua integração institucional, nos termos do artigo 21 da presente lei.

Capítulo IV

Do Credenciamento De Universidades

Art. 13. Os processos que visam ao credenciamento de Universidade serão protocolados no Conselho Estadual de Educação a qualquer tempo, contendo informações sobre:

I - condições jurídicas, econômico-financeiras e organizacionais da mantenedora, incluindo cópia do Estatuto;

II - concepção da universidade pretendida, na qual deverão ser especificados: a história, os objetivos, a organização e a localização da sede com os respectivos cursos e cursos fora de sede;

III - estrutura organizacional da universidade pretendida, incluindo o Estatuto e seu Regimento Geral e os atos que os aprovaram;

IV - estrutura física, equipamentos, biblioteca, laboratórios, com previsão de expansão;

V - descrição das atividades acadêmicas, explicitando, no que couber:

a) cursos de graduação;

b) cursos e programas de pós-graduação;

c) cursos de Educação Básica;

VI - descrição do corpo docente com: formas de admissão, titulação, disciplinas, cursos e campi em que atua, carga horária semanal e declaração de disponibilidade;

VII - demonstração de pelo menos um terço do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

VIII - demonstração de pelo menos um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

IX - descrição do corpo técnico-administrativo com formas de admissão, titulação e respectiva carga horária semanal;

X - plano de cargos, remuneração e de carreira dos docentes e técnico-administrativo;

XI - demonstração do plano de capacitação docente;

XII - demonstração das formas de monitoria, de assistência ao estudante, de bolsas de pesquisa e extensão e de outros serviços;

XIII - plano global de expansão;

XIV - organização curricular dos cursos e programas de Educação Superior, explicitando o número de vagas por curso e por programa, forma e local de funcionamento;

XV - descrição das formas de registro e controle acadêmico do corpo discente;

XVI - descrição das diretrizes e principais atividades de extensão, desenvolvidas no último quadriênio;

XVII - descrição das diretrizes e principais programas com respectivas linhas de pesquisa, desenvolvidas no último quadriênio;

XVIII - demonstração das condições econômico-financeiras para a manutenção do ensino, da pesquisa e da extensão;

XIX - descrição das condições para o desenvolvimento de atividades culturais e de lazer;

XX - demonstração da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, evidenciando as conexões que envolvam o corpo docente e discente na tríplice finalidade da universidade;

XXI - demonstração da produção artística, cultural e científica institucionalizada, bem como de sua publicidade;

XXII - descrição das normas e formas de acesso à Educação Superior;

XXIII - programa interno de avaliação institucional, contemplando os tópicos previstos nos incisos anteriores e seus resultados no último quadriênio.

§ 1º As universidades poderão organizar-se na forma de “*multicampi*”.

§ 2º Os campi situados fora da sede da Universidade serão especificados no ato de credenciamento e passarão a ter condição de sede desde que apresentem condições e estrutura física, de desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão, do atendimento administrativo e da docência, iguais ou assemelhados ao da sede e com funcionamento permanente.

Capítulo V

Do Credenciamento De Centros Universitários

Art.14. Os processos que visam ao credenciamento de Centros Universitários poderão dar entrada no Conselho Estadual de Educação a qualquer tempo, devendo ser instruídos com informações sobre:

I - condições jurídicas, econômico-financeiras e organizacionais da mantenedora, incluindo cópia do Estatuto;

II - concepção do Centro Universitário pretendido, no qual deverão ser especificados a história, os objetivos, a organização e a localização da sede

jurídica com os respectivos cursos e cursos fora de sede;

III - estrutura organizacional do Centro Universitário pretendido, incluindo seu Estatuto e Regimento Geral e os atos que o aprovaram, que deverão contemplar, no mínimo:

a) definição de seu modelo de gestão institucional com respectivo organograma;

b) formas de acesso e mandato dos cargos diretivos ou de coordenação e suas atribuições;

c) composição e atribuições dos órgãos colegiados acadêmicos, bem como forma de escolha e mandato de seus membros.

IV - estrutura física, biblioteca, laboratórios, equipamentos, com previsão de expansão;

V - descrição das atividades acadêmicas, explicitando, no que couber:

a) cursos de graduação;

b) cursos e programas de pós-graduação;

c) cursos de Educação Básica;

VI - descrição do corpo docente com: formas de admissão, titulação, disciplinas, cursos e campi em que atua, carga horária semanal e declaração de disponibilidade;

VII - descrição do corpo técnico-administrativo com formas de admissão, titulação e respectiva carga horária semanal;

VIII - plano de cargos, remuneração e de carreira dos corpos docentes e técnico-administrativo;

IX - demonstração do plano de capacitação docente;

X - demonstração das formas de monitoria, de assistência ao estudante, de bolsas de pesquisa e extensão e de outros serviços;

XI - plano global de expansão;

XII - organização curricular dos cursos e programas de Educação Superior, explicitando o número de vagas por curso e por programa, forma e local de funcionamento;

XIII - descrição das formas de registro e controle acadêmico do corpo discente;

XIV - demonstração das condições econômico-financeiras para a manutenção do ensino, da pesquisa e da extensão;

XV - descrição das condições para o desenvolvimento de atividades culturais e de lazer;

XVI - demonstração da produção artística, cultural e científica institucionalizada, bem como de sua publicidade;

XVII - descrição das normas e formas de acesso à Educação Superior;

XVIII - programa interno de avaliação institucional, contemplando os tópicos previstos nos incisos anteriores e seus resultados no último quadriênio;

XIX - descrição da autonomia pretendida para o desenvolvimento das suas atividades.

Capítulo VI

Da Tramitação

Art. 15. Os processos de credenciamento de Universidade e de Centro Universitário, protocolados no Conselho Estadual de Educação, terão a seguinte tramitação:

I - após autuados, a Presidência do Conselho Estadual de Educação encaminhará à Comissão de Educação Superior que designará um Conselheiro Relator do processo, o qual será o coordenador nato da Comissão de Acompanhamento;

II - a Presidência do Conselho Estadual de Educação designará Comissão de Acompanhamento para avaliação da qualidade e do desempenho das atividades didático-pedagógicas e administrativas, por indicação da Presidência da Comissão de Educação Superior, ouvido o Relator;

III - a Comissão de Acompanhamento, além do Relator que, obrigatoriamente, será membro do Conselho Estadual de Educação, será composta por consultores e um técnico do Conselho Estadual de Educação;

IV - o Relator terá o prazo máximo de 4 (quatro) anos, após sua designação, para emitir parecer conclusivo;

V - na hipótese de o Relator constatar a inexistência de condições para o credenciamento, poderá propor prazo de 1 (um) ano, no mínimo, e de 3 (três), no máximo, para que a instituição demonstre as condições necessárias;

VI - o parecer do Relator deverá estar acompanhado do Relatório Final da Comissão de Acompanhamento;

VII - o parecer final do Relator, após ser submetido e apreciado pela Comissão de Educação Superior, será objeto de deliberação final do Plenário do Conselho Estadual de Educação;

VIII - aprovado o parecer de credenciamento pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação, será o mesmo encaminhado à autoridade competente para a emissão do ato oficial.

Parágrafo único. Em caso de decisão final desfavorável do Plenário do Conselho Estadual de Educação, facultar-se-á à Instituição requerente, o direito de pedido de reconsideração no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da comunicação oficial.

Art. 16. Somente após o credenciamento, com a publicação do ato no Diário Oficial, a Instituição poderá utilizar-se de suas prerrogativas, não podendo, em nenhuma hipótese, utilizar o título do credenciamento antes do respectivo ato legal.

Capítulo VII

Do Credenciamento De Faculdades Integradas Ou Centros De Educação Superior, Faculdades, Institutos Superiores De Educação Ou Escolas Superiores

Art. 17. Os processos que visam ao credenciamento de Faculdades Integradas ou Centros de Educação Superior, Faculdades, Institutos Superiores de Educação ou Escolas Superiores poderão dar entrada no Conselho Estadual de Educação a qualquer tempo, devendo ser instruídos com informações sobre:

I - condições jurídicas, econômico-financeiras e organizacionais da mantenedora, incluindo cópia do Estatuto;

II - concepção da Instituição de Educação Superior pretendida, na qual deverão ser especificados: a história, os objetivos, a organização e a localização da sede jurídica com os respectivos cursos e cursos fora de sede;

III - estrutura organizacional da Instituição de Educação Superior pretendida, incluindo seu Regimento Geral e os atos que o aprovaram e que deverá contemplar, no mínimo:

a) definição de seu modelo de gestão institucional com respectivo organograma;

b) formas de acesso e mandato dos cargos diretivos ou de coordenação e suas atribuições;

c) composição e atribuições dos órgãos colegiados acadêmicos, bem como forma de escolha e mandato de seus membros;

IV - estrutura física, equipamentos, biblioteca, laboratórios, com previsão de expansão;

V - descrição das atividades acadêmicas, explicitando, no que couber:

a) cursos de graduação;

b) cursos e programas de pós-graduação;

c) cursos de Educação Básica;

VI - descrição do corpo docente com: formas de admissão, titulação, disciplinas, cursos e locais em que atua, carga horária semanal e declaração de disponibilidade;

VII - descrição do corpo técnico-administrativo com formas de admissão, titulação e respectiva carga horária semanal;

VIII - plano de cargos, remuneração e de carreira dos corpos docente e técnico-administrativo;

IX - demonstração do plano de capacitação docente;

X - demonstração das formas de monitoria, de assistência ao estudante, de bolsas de pesquisa e extensão e de outros serviços;

XI - plano global de expansão;

XII - organização curricular dos cursos e programas de educação superior, explicitando o número de vagas por curso e por programa, forma e local de funcionamento;

XIII - descrição das formas de registro e controle acadêmico do corpo discente;

XIV - descrição das normas e formas de acesso à Educação Superior;

XV - programa interno de avaliação institucional, contemplando os tópicos previstos nos incisos anteriores e seus resultados no último quadriênio.

Art. 18. Os processos de credenciamento de Faculdades Integradas ou Centros de Educação Superior, Faculdades, Institutos Superiores de Educação ou Escolas Superiores protocolados no Conselho Estadual de Educação, terão a seguinte tramitação:

I - informação instrutiva do setor competente do Conselho, contendo indicativos claros dos elementos eventualmente faltantes no processo, de acordo com a legislação vigente, devendo a Presidência da Comissão de Educação Superior determinar as providências para complementação do processo;

II - cumprido o inciso anterior, a Presidência do Conselho Estadual de Educação designará Comissão de Verificação composta por consultores que elaborarão relatório conclusivo de verificação *in loco*, constituída por indicação da Presidência da Comissão de Educação Superior, ouvida a Comissão de Educação Superior;

III - recebido o relatório conclusivo, será designado Relator pela Presidência da Comissão de Educação Superior;

IV - nos termos regimentais, será emitido parecer do Relator, preliminarmente submetido à consideração dos membros da Comissão de Educação Superior;

V - havendo decisão sobre o parecer na Comissão de Educação Superior, o mesmo será encaminhado ao Plenário do Conselho Estadual de Educação, para decisão final.

Parágrafo único. Das decisões do Plenário do Conselho Estadual de Educação, caberá pedido de reconsideração no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da comunicação oficial.

Art. 19. Somente após o credenciamento com a Publicação do ato no Diário Oficial a Instituição poderá utilizar-se de suas prerrogativas, não podendo, em nenhuma hipótese, utilizar o título do credenciamento antes do respectivo ato legal.

Capítulo VIII

Da Avaliação

Art. 20. As Instituições de Educação Superior, integrantes do Sistema Estadual de Educação, serão objeto de avaliação permanente pelo Conselho Estadual de Educação, tendo em vista as normas emanadas por este Conselho e os seguintes aspectos:

I - administração geral: garantia de liberdade operacional oferecida pela entidade mantenedora, efetividade do funcionamento dos órgãos singulares e colegiados e eficiência das atividades-meio em relação aos objetivos finalísticos;

II - regime acadêmico: adequação à realidade local ou regional e, quando exigido, nacional, dos currículos dos cursos de graduação, e formas de controle de sua execução e do rendimento escolar;

III - integração sócio-econômica: significado do relacionamento da instituição com a comunidade local e

regional por meio de programas de extensão e de prestação de serviços;

IV - produção cultural, científica e tecnológica: produtividade em relação à disponibilidade de docentes e técnicos qualificados, considerados em seus regimes de trabalho.

§ 1º A avaliação levará em consideração a auto-avaliação realizada pela instituição e os resultados de avaliações externas promovidas pelos órgãos pertinentes aos respectivos cursos.

§ 2º Identificadas deficiências ou irregularidades no processo de avaliação e esgotado o prazo fixado para saneamento, nunca inferior a 6 (seis) meses, haverá reavaliação, constatada a permanência das mesmas resultará na suspensão temporária ou desativação de cursos ou habilitações ou na suspensão temporária de atributos da autonomia didático-pedagógica ou na reclassificação acadêmica da instituição.

Capítulo IX

Da Renovação Do Credenciamento

Art. 21. A renovação do credenciamento de Instituições de Educação Superior será precedida por análise realizada por uma Comissão de Verificação integrada pelo conselheiro relator e por consultores, designada pela Presidência do Conselho Estadual de Educação.

I - Na elaboração do parecer final, o Relator levará em consideração as avaliações já efetuadas ou em andamento por parte do Conselho Estadual de Educação, e após submetido e apreciado pela Comissão de Educação Superior, com deliberação final do Plenário do Conselho Estadual de Educação.

II - Aprovado o parecer do relator pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação, será o mesmo encaminhado à autoridade competente para a emissão do ato oficial.

§ 1º Para o cumprimento deste artigo serão aplicadas, no que couberem, as disposições constantes na presente lei, nos seus artigos 13 a 19.

§ 2º Identificadas deficiências ou irregularidades no processo de avaliação e esgotado o prazo fixado para saneamento, nunca inferior a 6 (seis) meses, haverá reavaliação, constatada a permanência das mesmas resultará na suspensão temporária ou desativação de cursos e habilitações ou na suspensão temporária de atributos da autonomia didático-pedagógica ou na reclassificação acadêmica da instituição.

TÍTULO III

DO CREDENCIAMENTO DE NOVOS CAMPI E DA AUTORIZAÇÃO DE CURSOS FORA DE SEDE

Capítulo I

Do Credenciamento De Novos Campi

Art. 22. A solicitação para o credenciamento de novos campi por Universidade, em localidades diferentes da sua sede definida no ato de credenciamento, será enca-

minhada, através de projeto no qual deverão constar, no mínimo, os seguintes tópicos:

I - demonstração de que o processo de expansão não prejudicará os princípios de unidade e organicidade da Universidade;

II - situação atual da Universidade proponente com relação ao ensino, pesquisa e extensão, corpo docente, situação econômico-financeira e necessidade de sua expansão;

III - caracterização da localidade e da área de influência do novo campus especialmente com relação à oferta de cursos superiores na região;

IV - estrutura física, incluindo equipamentos, laboratórios, salas de aula, biblioteca e outros recursos de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão no novo campus;

V - planejamento administrativo e financeiro do processo de implantação do novo campus;

VI - descrição do corpo docente com respectiva titulação, formas de admissão, disciplinas, cursos e locais em que atua e carga horária semanal no campus;

VI - caracterização dos cursos a serem oferecidos;

VII - definição das áreas de pesquisa e programas de extensão a serem desenvolvidas no novo campus;

VIII - atos legais internos que aprovaram a criação do campus.

Parágrafo único. Os campi criados pelas universidades e ainda não implantados na data da publicação desta lei deverão obedecer ao prescrito nesta Lei.

Capítulo II

Da Autorização De Cursos Fora De Sede

Art. 23. O curso fora de sede se caracterizará pela excepcionalidade e pelo caráter emergencial e temporário.

Art. 24. A instalação de cursos superiores fora de sede por Instituição de Educação Superior integrante do Sistema Estadual de Educação depende de autorização do Conselho Estadual de Educação, observadas as diretrizes do artigo 32 desta lei para elaboração do projeto.

Capítulo III

Dos Procedimentos Da Tramitação

Art. 25. Os projetos a que se referem os Capítulos I e II deste Título, uma vez protocolados no Conselho Estadual de Educação, terão a seguinte tramitação:

I - informação instrutiva do setor competente do Conselho, contendo indicativos claros dos elementos eventualmente faltantes no processo, de acordo com a legislação vigente, devendo a Presidência da Comissão de Educação Superior determinar as providências para complementação do processo;

II - cumprido o inciso anterior, a Presidência do Conselho Estadual de Educação designará Comissão de Verificação composta por consultores que elaborarão

relatório conclusivo de verificação *in loco*, constituída por indicação da Presidência da Comissão de Educação Superior, ouvida a Comissão de Educação Superior;

III - recebido o relatório conclusivo, será designado Relator pela Presidência da Comissão de Educação Superior;

IV - nos termos regimentais, será emitido parecer do Relator, preliminarmente submetido à consideração dos membros da Comissão de Educação Superior;

V - havendo decisão sobre o parecer na Comissão de Educação Superior, será encaminhado ao Plenário do Conselho Estadual de Educação, para decisão final.

Parágrafo único. Das decisões do Plenário do Conselho Estadual de Educação, caberá pedido de reconsideração no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da comunicação oficial.

TÍTULO IV

DOS CURSOS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Capítulo I

Das Disposições Gerais

Art. 26. As universidades, no exercício de sua autonomia, poderão criar, autorizar e organizar, em sua sede, cursos e programas de Educação Superior, devendo comunicar, no prazo de 60 (sessenta) dias, o ato autorizatório ao Conselho Estadual de Educação.

Capítulo II

Dos Cursos Sequenciais

Art. 27. Os cursos sequenciais de Educação Superior, nos termos da legislação vigente, são de duas modalidades:

I - cursos superiores de formação específica, com destinação coletiva, conduzindo a diploma;

II - cursos superiores de complementação de estudos, com destinação coletiva ou individual, conduzindo a certificado.

Parágrafo único. Os cursos superiores de formação específica estão sujeitos à autorização e ao reconhecimento, ressalvada, quanto à autorização, a autonomia das universidades, aplicando-se, no previsto, as disposições dos artigos 32 a 36.

Seção I

Da Autorização

Art. 28. A instituição, que não se constitui em Universidade e que desejar oferecer curso superior de formação específica, deverá submeter, previamente, ao Conselho Estadual de Educação, projeto contendo informações sobre:

I - projeto pedagógico do curso, caracterizando o perfil do profissional a ser formado;

II - condições de infra-estrutura, tais como salas de aula disponíveis, discriminação dos laboratórios a serem utilizados pelo curso, recursos bibliográficos e outras que julgar conveniente;

III - regime escolar, número de vagas, turnos de funcionamento e dimensão das turmas;

IV - perfil do corpo docente, quanto ao número, à qualificação, à experiência profissional docente e não docente;

Art. 29. Os projetos a que se refere o artigo anterior, uma vez protocolados no Conselho Estadual de Educação, terão a seguinte tramitação:

I - informação instrutiva do setor competente do Conselho, contendo indicativos claros dos elementos eventualmente faltantes no processo, de acordo com a legislação vigente, devendo a Presidência da Comissão de Educação Superior determinar as providências para complementação do processo;

II - cumprido o inciso anterior, a Presidência do Conselho Estadual de Educação designará Comissão de Verificação composta por consultores que elaborarão relatório conclusivo de verificação *in loco*, constituída por indicação da Presidência da Comissão de Educação Superior, ouvida a Comissão de Educação Superior;

III - recebido o relatório conclusivo, será designado Relator pela Presidência da Comissão de Educação Superior;

IV - nos termos regimentais, será emitido parecer do Relator, preliminarmente submetido à consideração dos membros da Comissão de Educação Superior;

V - havendo decisão sobre o parecer na Comissão de Educação Superior, será encaminhado ao Plenário do Conselho Estadual de Educação, para decisão final.

Parágrafo único. Das decisões do Plenário do Conselho Estadual de Educação, caberá pedido de reconsideração no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da comunicação oficial.

Seção II

Do Reconhecimento

Art. 30. As instituições, ao solicitarem o reconhecimento de curso superior de formação específica, deverão, após transcorridos 2/3 (dois terços) de integralização do currículo do curso, enviar pedido ao Conselho Estadual de Educação.

Parágrafo único. As instituições, que não se constituem em Universidade, ao solicitarem o reconhecimento de que trata o *caput* deste artigo, deverão anexar informações que descrevam a evolução do projeto originalmente aprovado pelo Conselho Estadual de Educação.

Art. 31. Os processos encaminhados ao Conselho Estadual de Educação serão protocolados, autuados e dirigidos à Comissão de Educação Superior e terão a seguinte tramitação:

I - informação instrutiva do setor competente do Conselho, contendo indicativos claros dos elementos eventualmente faltantes no processo, de acordo com a legislação vigente, devendo a Presidência da Comissão de Educação Superior determinar as providências para complementação do processo;

II - cumprido o inciso anterior, a Presidência do Conselho Estadual de Educação designará Comissão de Verificação composta por consultores que elaborarão relatório conclusivo de verificação *in loco*, constituída por indicação da Presidência da Comissão de Educação Superior, ouvida a Comissão de Educação Superior;

III - recebido o relatório conclusivo, será designado Relator pela Presidência da Comissão de Educação Superior;

IV - nos termos regimentais, será emitido parecer do Relator, preliminarmente submetido à consideração dos membros da Comissão de Educação Superior;

V - havendo decisão sobre o parecer na Comissão de Educação Superior, será encaminhado ao Plenário do Conselho Estadual de Educação, para decisão final.

Parágrafo único. Das decisões do Plenário do Conselho Estadual de Educação, caberá pedido de reconsideração no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da comunicação oficial.

Capítulo III

Dos Cursos De Graduação

Seção I

Da Autorização

Art. 32. Os projetos que visem à autorização de cursos de graduação ou de novas habilitações em Faculdades Integradas ou Centros de Educação Superior, Faculdades, Institutos Superiores de Educação ou Escolas Superiores deverão conter as seguintes informações:

I - justificativa da necessidade social;

II - organização curricular, regime e duração do curso, habilitação(ões) oferecida(s), ementário e bibliografia das disciplinas;

III - qualificação e regime de trabalho do corpo docente;

IV - número de vagas e divisão de turmas e turnos;

V - descrição das instalações físicas disponíveis;

VI - demonstração das condições de laboratórios e equipamentos didáticos;

VII - demonstração das condições de biblioteca;

VIII - planejamento econômico-financeiro onde fiquem evidenciadas as condições de manutenção do curso;

IX - descrição de como será efetuado, supervisionado e avaliado o estágio;

X - demonstração da regularidade fiscal e parafiscal da instituição mantenedora;

XI - parecer do Órgão Colegiado competente sobre aprovação do projeto do curso.

Parágrafo único. O projeto deverá ser acompanhado do Regimento Interno da Instituição de Educação Superior com as adaptações necessárias para o novo curso ou habilitação, quando for o caso.

Art. 33. Os projetos a que se refere o artigo anterior, uma vez protocolados no Conselho Estadual de Educação, terão a seguinte tramitação:

I - informação instrutiva do setor competente do Conselho, contendo indicativos claros dos elementos eventualmente faltantes no processo, de acordo com a legislação vigente, devendo a Presidência da Comissão de Educação Superior determinar as providências para complementação do processo;

II - cumprido o inciso anterior, a Presidência do Conselho Estadual de Educação designará Comissão de Verificação composta por consultores que elaborarão relatório conclusivo de verificação *in loco*, constituída por indicação da Presidência da Comissão de Educação Superior, ouvida a Comissão de Educação Superior;

III - recebido o relatório conclusivo, será designado Relator pela Presidência da Comissão de Educação Superior;

IV - nos termos regimentais, será emitido parecer do Relator, preliminarmente submetido à consideração dos membros da Comissão de Educação Superior;

V - havendo decisão sobre o parecer na Comissão de Educação Superior, será encaminhado ao Plenário do Conselho Estadual de Educação, para decisão final.

Parágrafo único. Das decisões do Plenário do Conselho Estadual de Educação, caberá pedido de reconsideração no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da comunicação oficial.

Seção II

Do Reconhecimento

Art. 34. Os projetos que se destinam ao reconhecimento de cursos de graduação e de novas habilitações deverão dar entrada no protocolo do Conselho Estadual de Educação, instruídos com os seguintes documentos:

I - projeto pedagógico do curso ou da habilitação;

II - atos oficiais e específicos que autorizaram o funcionamento do respectivo curso de graduação ou da habilitação;

III - formas de ingresso, relação candidato/vaga, número de vagas, divisão de turmas e turnos;

IV - organização curricular e devidas alterações, regime e duração do curso, habilitação(ões) oferecida(s), ementário e bibliografia das disciplinas;

V - cópia do regimento geral da Instituição de Educação Superior, acompanhada dos atos oficiais de sua aprovação e, quando for o caso, das alterações introduzidas após sua aprovação;

VI - relação, com titulação e carga horária dedicada ao curso, do corpo docente inicial e eventuais substitutos com os respectivos atos de credenciamento;

VII - informações sobre a frequência, evasão, repetência e rendimento escolar dos alunos;

VIII - estrutura física, materiais e demonstração das condições laboratoriais e de biblioteca relativos ao curso;

IX - resultado da avaliação do curso.

Art. 35. Os pedidos de reconhecimento de cursos de graduação e de novas habilitações deverão dar entrada no Conselho Estadual de Educação imediatamente após transcorridos 2/3 (dois terços) da integralização curricular do curso.

Art. 36. Os processos encaminhados ao Conselho Estadual de Educação serão protocolados, autuados e dirigidos à Comissão de Educação Superior e terão a seguinte tramitação:

I - informação instrutiva do setor competente do Conselho, contendo indicativos claros dos elementos eventualmente faltantes no processo, de acordo com a legislação vigente, devendo a Presidência da Comissão de Educação Superior determinar as providências para complementação do processo;

II - cumprido o inciso anterior, a Presidência do Conselho Estadual de Educação designará Comissão de Verificação composta por consultores que elaborarão relatório conclusivo de verificação *in loco*, constituída por indicação da Presidência da Comissão de Educação Superior, ouvida a Comissão de Educação Superior;

III - recebido o relatório conclusivo, será designado Relator pela Presidência da Comissão de Educação Superior;

IV - nos termos regimentais, será emitido parecer do Relator, preliminarmente submetido à consideração dos membros da Comissão de Educação Superior;

V - havendo decisão sobre o parecer na Comissão de Educação Superior, será encaminhado ao Plenário do Conselho Estadual de Educação, para decisão final.

Parágrafo único. Das decisões do Plenário do Conselho Estadual de Educação, caberá pedido de reconsideração no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da comunicação oficial.

Seção III

Da Avaliação e da Renovação do Reconhecimento de Cursos

Art. 37. Os cursos autorizados ou reconhecidos serão objeto de avaliação permanente pelo Conselho Estadual de Educação, observados os seguintes aspectos:

I - projeto pedagógico;

II - suficiência de bases físicas;

III - adequação de laboratórios, oficinas e demais equipamentos indispensáveis à execução do currículo;

IV - qualificação do corpo docente;

V - acervo e regime de funcionamento de bibliotecas.

Art. 38. Os processos de *renovação de reconhecimento* de cursos, uma vez protocolados no Conselho Estadual de Educação, terão a seguinte tramitação:

I - informação instrutiva do setor competente do Conselho, contendo indicativos claros dos elementos eventualmente faltantes no processo, de acordo com a legislação vigente, devendo a Presidência da Comissão de Educação Superior determinar as providências para complementação do processo;

II - cumprido o inciso anterior, a Presidência do Conselho Estadual de Educação designará Comissão de Verificação composta por consultores que elaborarão relatório conclusivo de verificação *in loco*, constituída por indicação da Presidência da Comissão de Educação Superior, ouvida a Comissão de Educação Superior;

III - recebido o relatório conclusivo, será designado Relator pela Presidência da Comissão de Educação Superior;

IV - nos termos regimentais, será emitido parecer do Relator, preliminarmente submetido à consideração dos membros da Comissão de Educação Superior;

V - havendo decisão sobre o parecer na Comissão de Educação Superior, será encaminhado ao Plenário do Conselho Estadual de Educação, para decisão final.

§ 1º Identificadas deficiências ou irregularidades no processo de avaliação e esgotado o prazo fixado para saneamento, nunca inferior a 6 (seis) meses, haverá reavaliação, que poderá resultar em suspensão temporária ou desativação de cursos e habilitações.

§ 2º Os alunos de curso cujo reconhecimento não seja renovado terão assegurado o direito à transferência para curso idêntico, em série ou período correspondente, em outra instituição, a qual, se integrar o Sistema Estadual de Educação, ouvido o Conselho Estadual de Educação.

Seção IV

Da Alteração de Vagas: do Aumento, Diminuição e Redistribuição de Vagas

Art. 39. As Universidades e os Centros Universitários credenciados exercerão sua autonomia nos termos do seu credenciamento, com relação à alteração de vagas.

Art. 40. As Faculdades Integradas ou Centros de Educação Superior, Faculdades, Institutos Superiores de Educação ou Escolas Superiores, no tocante à possibilidade de alteração de vagas, deverão encaminhar ao Conselho Estadual de Educação projeto próprio, contendo, pelo menos, as seguintes informações:

I - justificativa da necessidade social;

II - a documentação da autorização de funcionamento e/ou reconhecimento do respectivo curso ou habilitação;

III - qualificação e regime de trabalho do corpo docente quando houver aumento e/ou redistribuição de vagas;

IV - a comprovação da estrutura física e das condições econômicas que garantam e viabilizem o aumento ou redistribuição de vagas.

Art. 41. Os pareceres relacionados com os projetos de pedidos de alteração de vagas têm sua tramitação limitada à própria Comissão de Educação Superior.

Parágrafo único. Os pedidos de reconsideração e de recurso terão, respectivamente, o prazo de 60 (sessenta) dias cada um, a contar da data da comunicação oficial.

Seção V

Da Extinção de Cursos

Art. 42. As Instituições de Educação Superior, integrantes do Sistema Estadual de Educação, deverão comunicar, oficialmente, ao Conselho Estadual de Educação a extinção de cursos e/ou habilitações com a devida justificativa.

Capítulo IV

Dos Cursos E Programas De Pós-graduação

Art. 43. O ensino de pós-graduação compreende programas de Mestrado e Doutorado e cursos de especialização, aperfeiçoamento ou atualização, abertos à matrícula de candidatos diplomados em curso de graduação que atendam às exigências das Instituições de Educação Superior.

Seção I

Dos Cursos de Especialização

Art. 44. Quando e se a Instituição de Educação Superior ofertar cursos de especialização exclusivamente para a modalidade de “formação para o magistério superior”, para que tenham validade, deverão ser organizados em obediência às normas e disposições desta lei.

Parágrafo único. Este tipo de curso de especialização terá carga horária mínima de 360h/a (trezentas e sessenta horas/aula), integralmente cumpridas, em até 30 (trinta) meses consecutivos, incluídas as 90h/a (noventa horas/aula) dedicadas à formação didático-pedagógica e metodológica, bem como à elaboração e apreciação da monografia.

Art. 45. Quando e se a Instituição de Educação Superior ofertar curso de especialização, concomitantemente nas modalidades “mercado de trabalho” e “formação para o magistério superior”, deverá:

I - especificar carga horária mínima básica de 360h/a (trezentas e sessenta horas/aula), dedicadas a conteúdo específico da área temática, objeto do curso ofertado, e que constituirá etapa única e obrigatória na modalidade de “mercado de trabalho” e será a 1ª etapa

obrigatória para a modalidade “formação para o magistério superior”;

II - acrescentar à 2ª etapa, para a modalidade de “formação para o magistério superior”, obedecendo ao disposto no inciso I deste artigo, a carga horária mínima de 90h/a (noventa horas/aula) dedicadas à formação didático-pedagógica e metodológica, além da obrigatoriedade de elaboração de monografia a ser apreciada por docentes qualificados;

III - cumprir a integralidade dos créditos previstos, em até 30 (trinta) meses consecutivos.

§ 1º Ao concluinte da 1ª etapa será conferido certificado de conclusão de especialização na modalidade “mercado de trabalho”, com menção explícita a sua não validade para o exercício do magistério superior.

§ 2º Em caso de retorno de portadores de certificado da modalidade de “mercado de trabalho” e após o efetivo cumprimento da 2ª etapa, a emissão do certificado de especialização para o exercício de magistério superior somente ocorrerá mediante a devolução do certificado de especialização da 1ª etapa.

Art. 46. A Instituição de Educação Superior que ofertar curso de especialização em “formação para o magistério superior” ou em dupla modalidade e não possuir curso de graduação em funcionamento e reconhecido, e/ou curso de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento na área, deverá encaminhar, para ciência do Conselho Estadual de Educação, o projeto contendo as seguintes informações:

I - proposta pedagógica do curso;

II - os elementos curriculares fundamentais da respectiva área de especialização, com explicitação da grade curricular e carga horária e acervo bibliográfico;

III - o corpo docente e sua qualificação;

IV - processo de avaliação;

V - especificação da clientela e cronograma de execução do curso;

VI - critérios de seleção dos alunos.

Art. 47. As instituições responsáveis pelos cursos de especialização expedirão os competentes certificados, na forma da legislação vigente, respeitado o previsto na presente Lei.

§ 1º A conclusão do curso ocorrerá quando cumprida a carga horária prevista, e os certificados poderão ser expedidos somente aos alunos com frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) por disciplina, além do aproveitamento aferido em processo final de avaliação, equivalente a, no mínimo, 70% (setenta por cento) da escala de notas ou conceitos por disciplina e monografia.

§ 2º Os certificados expedidos deverão conter, no verso, o respectivo histórico com as seguintes informações:

a) relação das disciplinas com respectiva carga horária, nome do professor com sua titulação e nota ou conceito;

b) período em que o curso foi ministrado e sua duração total;

c) título da monografia, com o respectivo orientador, data de conclusão e conceito;

d) assinaturas dos representantes da instituição na forma legal.

Seção II

Dos Programas de Mestrado e Doutorado

Art. 48. Os programas de Mestrado e Doutorado, oferecidos por Instituições de Educação Superior integrantes do Sistema Estadual de Educação, têm por objetivo a formação e qualificação para o exercício do magistério, para a pesquisa, para atividades técnico – científicas.

Art. 49. Os programas de Mestrado e Doutorado, oferecidos por Instituições de Educação Superior do Sistema Estadual de Educação, para que tenham validade nacional, serão acompanhados, reconhecidos e avaliados pelo Conselho Estadual de Educação, nos termos desta lei.

Art. 50. Os programas de Mestrado e Doutorado somente poderão ser oferecidos por Instituições de Educação Superior que ministrem, na mesma área, cursos de graduação devidamente reconhecidos.

Art. 51. Os programas de Mestrado e Doutorado, disciplinados pela presente lei, somente poderão ser divulgados e iniciados após a conclusão dos trâmites legais de criação e autorização pelos órgãos competentes da respectiva Instituição de Educação Superior credenciada e a devida comunicação oficial ao Conselho Estadual de Educação.

§ 1º O ingresso nos programas de Mestrado e Doutorado está condicionado à apresentação de diploma de graduação, nos termos do artigo 44, inciso III da Lei Nacional nº 9.394/96.

§ 2º Os alunos admitidos no programa, nos termos da legislação nacional vigente, deverão ser formalmente informados de que a validade nacional de seus diplomas estará condicionada ao reconhecimento do programa pelo Conselho Estadual de Educação.

Art. 52. Os pedidos de reconhecimento de programas de Mestrado e Doutorado somente poderão dar entrada no Conselho Estadual de Educação após transcorridos, no mínimo, 2/3 (dois terços) da primeira integralização curricular em disciplinas do programa.

Parágrafo único. Os cursos já existentes, com mais de 2/3 (dois terços) de integralização curricular cumprida pelo primeiro grupo de alunos admitidos, até a data de entrada em vigência da presente lei, serão analisados caso a caso mediante requerimento da Instituição interessada.

Art. 53. Os pedidos de reconhecimento deverão conter:

I - justificativa de programas, demonstrando a relevância e perspectivas futuras;

II - estrutura curricular, período de realização, critérios de seleção, regimento, linhas de pesquisa, relação do corpo docente, com *Curriculum Vitae* individual, contendo a formação acadêmica, a produção intelectual, o regime de trabalho na Instituição e a forma de atuação no programa;

III - organização administrativa e acadêmica, acompanhada das normas regimentais e regulamentos vigentes;

IV - recursos materiais destinados ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem como as condições de laboratórios e de biblioteca;

V - demonstração de que o programa possui capacidade de orientação das dissertações ou teses, comprovada através da existência de orientadores para as respectivas linhas de pesquisa.

Art. 54. Os processos encaminhados ao Conselho Estadual de Educação serão protocolados, autuados e dirigidos à Comissão de Educação Superior e terão a seguinte tramitação:

I - informação instrutiva do setor competente do Conselho, contendo indicativos claros dos elementos eventualmente faltantes no processo, de acordo com a legislação vigente, devendo a Presidência da Comissão de Educação Superior determinar as providências para complementação do processo;

II - cumprido o inciso anterior, a Presidência do Conselho Estadual de Educação designará Comissão de Verificação e Avaliação composta por consultores que elaborarão relatório conclusivo de verificação *in loco*, constituída por indicação da Presidência da Comissão de Educação Superior, ouvida a Comissão de Educação Superior;

III - recebido o relatório conclusivo, será designado Relator pela Presidência da Comissão de Educação Superior;

IV - nos termos regimentais, será emitido parecer do Relator, preliminarmente submetido à consideração dos membros da Comissão de Educação Superior;

V - havendo decisão sobre o parecer na Comissão de Educação Superior, será encaminhado ao Plenário do Conselho Estadual de Educação, para decisão final.

Parágrafo único. Das decisões do Plenário do Conselho Estadual de Educação, caberá pedido de reconsideração no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da comunicação oficial.

Art. 55. O reconhecimento dos programas de Mestrado e Doutorado será concedido por Lei do Conselho Estadual de Educação, e terá validade após a publicação do ato oficial pela autoridade competente.

Art. 56. Durante o período de vigência do reconhecimento, a Instituição de Educação Superior poderá, sob sua responsabilidade, introduzir alterações que julgar pertinentes e necessárias ao bom andamento do programa, dando ciência ao Conselho Estadual de Educação.

Art. 57. O pedido de renovação do reconhecimento do programa deverá dar entrada no Conselho Estadual de Educação, em até 3 (três) meses antes do término do prazo concedido, sendo que a falta do requerimento implicará, automaticamente, no seu cancelamento.

Art. 58. O processo de renovação do reconhecimento será idêntico, no que couber, ao processo de reconhecimento original.

Art. 59. O tempo máximo para conclusão do programa pelo aluno será de 4 (quatro) anos para o Mestrado e de 6 (seis) anos para o Doutorado.

Art. 60. Os programas de Mestrado e Doutorado compreendem 2 (dois) níveis independentes e terminais, podendo o Mestrado constituir-se em etapa inicial para o Doutorado.

§ 1º Para a obtenção do grau de Mestre, serão exigidos exames de qualificação e defesa de dissertação, de acordo com os critérios estabelecidos pela Instituição de Educação Superior, no Regimento do programa, compatível com as características da área de conhecimento.

§ 2º Para a obtenção do grau de Doutor, serão exigidos exames de qualificação e defesa de tese que represente trabalho original, fruto de atividade de pesquisa e, que importe em contribuição para o desenvolvimento da área do conhecimento, de acordo com os critérios estabelecidos no Regimento do curso.

§ 3º Ao aluno do programa de Mestrado que cumprir somente os créditos em disciplinas sem a defesa da dissertação dentro do prazo regimental, será atribuído o Certificado de Especialização para o “mercado de trabalho”. Caso o aluno cumpra, também, o previsto no inciso II do artigo 45 desta lei, poderá obter o título de Especialização para fins do “Magistério Superior”.

Art. 61. Os diplomas de Mestrado e Doutorado expedidos deverão informar a área de concentração realizada e, no verso, o respectivo histórico com as seguintes informações:

a) relação das disciplinas com respectiva carga horária, nome do professor com sua titulação e nota ou conceito;

b) período em que o programa foi cumprido pelo titulado e sua duração total;

c) título da dissertação ou tese, com o respectivo orientador, data de conclusão e conceito;

d) assinaturas dos representantes da instituição na forma legal.

Art. 62. Os programas de Mestrado e Doutorado deverão ter, respectivamente, no mínimo, 24 (vinte e quatro) e 48 (quarenta e oito) créditos em atividades de ensino e pesquisa aos quais devem ser acrescidos 06 (seis) créditos pela dissertação e 12 (doze) créditos pela tese.

§ 1º Os detentores do título de Mestre, ao ingressarem no programa de Doutorado da mesma área de conhecimento, poderão ter validados, até 32 (trinta e dois) créditos, a critério da instituição de ensino.

§ 2º Cada crédito corresponde a, no mínimo, 15h/a (quinze horas/aula).

§ 3º É permitida a celebração de convênios entre Instituições de Educação Superior para que o estudante possa ser autorizado a realizar atividades de ensino e/ou pesquisa fora da sede do programa, no país ou no exterior, desde que seja garantida a existência de orientadores individuais qualificados.

Capítulo V

Do Credenciamento De Docentes

Art. 63. O credenciamento de docentes para o exercício do magistério superior é feito pelas Instituições de Educação Superior de acordo com as exigências e os critérios estabelecidos em seus estatutos e regimentos, observado o seguinte:

I - a titulação mínima para o exercício do magistério em cursos de graduação é a de ser o docente graduado na área da disciplina ou afim e comprovar experiência profissional ou produção intelectual, técnica ou científica relacionadas com a disciplina;

II - a titulação mínima para o exercício do magistério em cursos de especialização ou de aperfeiçoamento é a de ser o docente portador do título de Mestre, admitida a presença no corpo docente do curso de até 30% (trinta por cento) de portadores do título de especialista que comprovem experiência profissional ou produção intelectual, técnica ou científica relacionadas com a disciplina;

III - a titulação mínima para o exercício do magistério em programa de Mestrado é o título de Doutor, admitida a presença, no corpo docente de cada programa, de até 20% (vinte por cento) de Mestres que comprovem experiência profissional ou produção intelectual, técnica ou científica relacionadas com a disciplina;

IV - a titulação mínima para o exercício do magistério em programa de Doutorado é o título de Doutor, podendo integrar o corpo docente do programa, em caráter excepcional, não portadores do título, que comprovem alta qualificação, experiência profissional e produção intelectual, técnica ou científica relacionadas com a disciplina.

Parágrafo único. O descumprimento do presente artigo poderá implicar em descredenciamento do docente e ou reposição das aulas.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 64. A Presidência do Conselho Estadual de Educação baixará, quando se fizerem necessárias, as instruções complementares ao pleno cumprimento desta Lei.

Art. 65. As alterações estatutárias das Instituições de Educação Superior deverão ser encaminhadas ao Conselho Estadual de Educação, para conhecimento, exceto o prescrito no artigo 22 desta Lei.

Art. 66. Ficarão na dependência de parecer do Conselho Estadual de Educação as medidas relativas à:

I – desativação ou reativação de cursos e de habilitações quando ocorrer em Instituições de Educação Superior não Universidades;

II – transferência de uma para outra entidade mantenedora;

III – alteração regimental quando ocorrer em Instituições de Educação Superior não Universidades.

Art. 67. Tratando-se de desativação das atividades escolares, o registro acadêmico deverá ser arquivado:

I – na própria Instituição de Educação Superior quando for desativação de curso;

II – no caso de Instituição de Educação Superior, em outra Instituição de Educação Superior indicada pela Presidência do Conselho Estadual de Educação, observado o critério da proximidade geográfica.

Art. 68. É vedada a realização de qualquer processo seletivo e de outro ato escolar antes da autorização legal do funcionamento do programa de curso superior.

Parágrafo único. Em consequência do disposto no caput deste artigo, são nulos os atos praticados com infração do ora prescrito.

Art. 69. Das decisões dos órgãos máximos das Instituições de Educação Superior em matéria de ensino, caberá recurso ao Conselho Estadual de Educação, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação do respectivo ato.

Parágrafo único. A aplicação do prazo fixado neste artigo ocorrerá, somente, na hipótese da ausência de prazo, nos Estatutos correspondentes.

Art. 70. Os diplomas de cursos superiores serão registrados pela Universidade que os expedir, e os expedidos por instituições não-universitárias, por universidades para tanto credenciadas.

Art. 71. As universidades deverão atender ao disposto no artigo 3, incisos III e IV, desta Lei, no prazo limite de até 120 dias.

Art. 72. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Estadual de Educação.

Art. 73. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, sala das sessões, em 22.02.2006.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

1. Introdução

A teoria política nos ensina que a vida democrática de uma nação depende, em boa parte, de seu nível de descentralização, política e administrativa, obtida, com a autonomia objetiva dos entes federados.

O federalismo foi o modelo que se desenvolveu historicamente no Brasil para a realização de um Estado politicamente descentralizado e, portanto, assegurado de liberdades públicas e individuais. A estrutura federal não é só cláusula pétrea em nosso regime constitucional, mas também um dos valores nacionais permanentes devidamente consagrados.

Os Estados federados, dentro de suas competências consignadas pela Constituição Federal, devem agir, para atuar junto com a União, no sentido de trazer melhorias à população.

Assim o é com a Educação – que é direito de todos. A Lei n 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, traz em seu art. 8 que a organização dos sistemas de ensino cabe às pessoas políticas de direito público nos seguintes termos:

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação as demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Traz também em seu artigo 10:

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

Vê-se, portanto, que é concedida aos Estados a possibilidade de legislar sobre seus próprios sistemas educacionais, desde que, obedecidos os princípios constitucionais e hierárquicos de normas.

2- A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Educação Superior (Lei Federal nº 9394/96)

Veja-se a Lei nº 9394/96, que assim assenta:

“Art. 17. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem:

I - as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público Estadual e pelo Distrito Federal;

II - as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público Municipal;

III - as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;

IV - os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.

Parágrafo único. No Distrito Federal, as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram seu sistema de ensino.”

Em uma Federação, para a funcionalidade e a harmonia do sistema político-administrativo, é fundamental que a Constituição Federal distribua as competências que devem nortear os órgãos públicos das diferentes esferas de poder, na realização de suas funções. Estas, quando decorrentes de competência constitucional privativa, são irrenunciáveis e indelegáveis, mas também com sua completude devidamente definida e delimitada.

O Diploma Constitucional de 1988 estabelece, em seu art. 22, item XXIV, que é competência privativa da União legislar sobre Diretrizes e bases da educação nacional. Esse mandamento foi cumprido através da Lei nº 9.394 publicada a 20 de dezembro de 1996.

Aos Estados, exercendo sua competência concorrente, determinada pelo artigo 24, inciso IX, da CF/88 também é dado a possibilidade de legislar sobre a educação em nosso país.

Nessa tocada visa a presente lei trazer para perto da população paranaense um contato maior com as universidades particulares de nosso Estado, resultando em uma troca de experiência mais valorosa entre a sociedade paranaense e as universidades privadas.

PROJETO DE LEI Nº 055/2006

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comercial e Empresarial de Missal, com sede naquele município e foro na Comarca de Medianeira.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.02.2006.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial e Empresarial de Missal, é pessoa jurídica de direito privado, de fins não econômicos, tendo por finalidade promover estudos dos assuntos que possam interessar à vida econômica e social; resolver divergências entre sócios de sociedades empresariais ou entre empresas associadas, ou não, por meio de arbitramento; promover conferências sobre assuntos de interesse econômico, financeiro, científico e social; manter

departamentos ou diretorias de serviços em defesa dos interesses das classes dos associados; manter biblioteca especializada em assuntos diversos; publicar assuntos atinentes ao objetivo da sociedade, e organizar sedes distritais.

A documentação anexa ao presente demonstra que a instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6994/78, e demais dispositivos aplicados à matéria, merecendo o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 056/2006
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado General Mário Carneiro Portes, o trecho da rodovia PR-151, que liga São Mateus do Sul a Três Barras/SC.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.02.2006.
(aa) NATÁLIO STICA
ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

O General Mário Carneiro Portes, filho de José Cypriano Portes e de Lydia Carneiro Portes, nasceu em São Mateus do Sul no dia 06 de junho de 1911. Foi declarado Aspirante a Oficial em 25 de janeiro de 1934, na Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro. Algum tempo depois, em junho de 1936, foi transferido para o Quinto RCD em Curitiba, paralelamente à sua sempre elogiada atuação no desempenho de suas funções militares, inclusive como membro de relevantes comissões. Consolidou sua fama como cavaleiro vitorioso em diversas provas hípicas. Em setembro do mesmo ano foi promovido a 1º Tenente, tendo, nos anos seguintes, passagem pelos municípios de Castro, Quaraí e Guarapuava. Em 1953 foi nomeado Tenente-Coronel, sendo, em seguida, transferido para o Recife.

Nessa época, especializou-se em Organização e Funcionamento do Sistema de Transportes Militares e recebeu a Medalha de Mérito Militar no grau de Cavaleiro, ascendendo, em 1972, ao grau de Oficial.

Em seu retorno a Curitiba, em 1960, foi promovido a Coronel e no ano seguinte recebeu a Medalha Militar de Ouro. Em meados de 1962, foi promovido ao posto de General-de-Brigada e posteriormente, a pedido, por razões de saúde, foi transferido para a Reserva como General de Divisão. Como Oficial de Reserva continuou a desenvolver trabalhos militares, principalmente vinculados a sistema de transporte.

Assim é que, em dezembro de 1971, assumiu a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, a convite do Governador Pedro Viriato Parigot de Souza,

onde permaneceu, com o Governador Emílio Hoffman Gomes, até 1975.

Deixando a Secretaria de Segurança Pública, passou a dedicar-se à administração de sua propriedade rural em São Mateus do Sul. Em 1993, por razões de saúde, foi para o Rio de Janeiro, onde faleceu no dia 14 de julho de 1994. Seu corpo encontra-se no Cemitério de São Miguel, em São Mateus do Sul. Sua história como cumpridor da lei e da ordem pública justifica a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 057/2006
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Izrail Cat.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.02. 2006.
(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Izrail Cat nasceu na Romênia, chegando ao Brasil em 12 de outubro de 1929, naturalizando-se brasileiro em 31 de janeiro de 1950.

É professor titular da Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Saúde.

Recebeu o título de Livre-Docência em 1963, na UFPR, com o trabalho sob o título “Contribuição ao Estudo da Atividade Respiratória das Hemácias. Sua Aplicação à Pediatria”.

Conforme pode se observar dos dados anexos, a produção científica e a vida do Dr. Izrail Cat é dedicada à Medicina e à Pediatria.

O trabalho desse profissional já atravessou fronteiras, é conhecido dentro e fora do Brasil e já com idade avançada não deixa um só dia de trabalhar no Hospital das Clínicas em Curitiba.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Natálio Stica.

Deputado Natálio Stica (PT)

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Sinto-me um pouco prejudicado em falar por primeiro, porque queria fazê-lo na presença do Líder Dobrandino da Silva e espero que ele esteja na Liderança e venha até o plenário para que eu possa, como amigo que sou, falar olhando de preferência no olho do Depu-

tado Dobrandino, que o assunto dessa minha vinda à tribuna.

Antes, porém, quero registrar aqui que acabo de receber uma correspondência que me deixa muito feliz e a todos nós Deputados, com certeza. Correios do Paraná é o primeiro do Brasil. Crescimento da confiança nos Correios, segundo a *Vox Populis*, de 89,7 passou para 90,2, ficando atrás apenas da instituição Família. Portanto, 90,2% é a aceitação dos Correios pelo povo brasileiro. Falarei sobre isso talvez depois do Carnaval, já que hoje tenho outros assuntos para falar.

Srs. Deputados, ontem estava no Rio de Janeiro junto com a Secretaria do Meio Ambiente, junto com o Darcy Deitos da Suderhsa, a Dra. Ana, do Ibama, buscando recursos para o Paraná junto à Petrobras, na área do meio ambiente, e dois grandes projetos já assumidos pela Petrobras que também, depois do carnaval, voltamos a falar. E hoje pela manhã, ao ouvir a CBN, causou-me uma certa estranheza o bate-boca entre o Líder do Governo, Deputado Dobrandino da Silva, e o Deputado Presidente do meu Partido, André Vargas, e o Líder do meu Partido, Deputado Tadeu Veneri. Queria poder falar olhando para o Líder Dobrandino, porque tenho uma consideração por ele.

Quando deixei a Liderança do Governo Requião, o Dobrandino era meu Vice-Líder e eu disse ao Governador Requião que o Dobrandino, com certeza, até que tivesse uma indicação, seria a pessoa apta a fazer a liderança, já que é uma pessoa conceituada, respeitada e com um grande conhecimento do Parlamento. E hoje, fiquei muito triste quando escutei esse bate-boca, porque vejo que o Deputado Dobrandino traz uma questão local, uma questão paroquial em uma briga particular sua para dentro deste plenário e para a imprensa, ele que exerce a Liderança do Governo.

Líder do Governo têm ônus e bônus. Os ônus do Líder do Governo são vários e quando fui Líder, lembro-me que tive que enfrentar galerias com companheiros meus, sindicalistas, para defender o Governo em causa que eu acreditava - é o ônus de ser Líder. Também é ônus de ser Líder do Governo quando tive que defender veto do Governador Requião, inclusive em projetos de Deputados da Base de Apoio e Deputados, inclusive do meu Partido, do PT. É também o ônus de ser Líder, não ficar como Líder do Governo, fazendo a defesa particular dos seus interesses em detrimento do Governo que ele lidera, porque essa briga de ontem, tenho certeza, vai respingar no Governo Requião. Quero que o Deputado Dobrandino não esqueça que a Base Aliada conta com vários partidos, entre eles o Partido dos Trabalhadores. E se não conta com 100%, tem aqui, quatro, cinco votos da Bancada do PT quando são assuntos de interesse do Paraná que o Governo Requião tem trazido.

Portanto, como ex-Líder do Governo e como um requianista assumido que sou, aqui, pela maneira como este Governo faz, o Governo do Paraná, fico triste em saber que o Líder Dobrandino está pondo a perder um

trabalho feito, aqui, quando o Ângelo Vanhoni foi Líder e quando eu fui Líder.

O Governador Requião não merece o que está acontecendo neste plenário. Quero que seja ponderado, e está chegando o Líder Dobrandino que eu fazia questão que aqui estivesse, não é possível trazer questões particulares, paroquiais, para que desintegre uma base que chegamos a ter quarenta Deputados na base de apoio ao Governador Requião. Espero que não esqueçam que vamos ter agora mais um processo eleitoral, o PT vai ter candidato próprio. Agora, toda eleição tem uma probabilidade muito grande de ter 2º turno. E quero que não esqueçam, como o Requião não esquece, que em 2002 no 2º turno foi o Partido dos Trabalhadores que deu a vitória ao Requião, sem sombra de dúvidas, em algumas cidades tirando-o de 4º lugar para 1º. E foi 100% do Partido que veio. E se nós, com a nossa candidatura não estivermos - espero que estejamos - no segundo turno, tenho certeza que poderemos discutir.

Vou usar o Horário da Liderança do PT.

Passa a usar o Horário da Liderança do PT

Tenho certeza que se o nosso candidato não for ao 2º turno poderemos ser o grande aliado do Governador Requião. Agora, para que isso aconteça, precisamos agir, aqui, com a maior ética possível na política e transparência. Não pode, Deputado Dobrandino, o senhor, para fazer uma defesa particular sua, acusar o Partido dos Trabalhadores, como V. Exa. acusou. Erra, e erra duas vezes, no mínimo. Uma por pegar um Partido aliado com quatro, cinco Deputados, aqui, dentro da base de apoio, entre eles este que vos fala neste momento. Errou no alvo e errou no tempo do alvo. Exatamente no momento em que o Presidente Lula recupera-se nas pesquisas.

Acabo de ver no jornal do meio-dia Lula com 56 e o pré-candidato Garotinho, do PMDB, com 28. Portanto, o dobro da intenção de votos. Se o Lula está recuperando essa imagem depois de um período que foi nefasto para o Partido dos Trabalhadores, pelos episódios que aconteceram, não podemos negar, mas mostra que a população tem um entendimento do que faz o Presidente neste momento.

V. Exa. vem e ataca. E pior, chama o Partido dos Trabalhadores de partido de bandidos, colocando companheiros e pessoas sérias no meio da sua acusação. Não é bom. Não é prudente. Repito, o Governador Requião, tenho certeza que não faria nenhum discurso desta natureza.

Espero, porque sou seu amigo, repito, e falei antes de V. Exa. chegar, que disse que quando deixei a liderança e V. Exa. era um nome dos melhores para continuar na posição, já que era o Vice-Líder. Tenho certeza que poderá fazê-lo. Precisa uma autocrítica por parte de V. Exa. para que, no papel de Líder, assumindo os ônus que têm uma liderança, poder fazer o papel de aglutinador.

Líder cisca para dentro. Líder não joga na divisão. Liderança é difícil de fazer, mas esse é o papel e este é o ônus que V. Exa. vai ter que carregar.

E quero lhe ajudar, porque tenho certeza que estarei ajudando o Governador Requião a fazer o mandato que se propôs e que somos parceiros. E repito, aqui, em bom som: mesmo que nós do PT - e vamos ter candidatura própria, Flávio Arns vai ser o nosso candidato - eu e outros Deputado do PT vamos ajudar o Governo até o último dia do seu mandato, porque está imbuído de bons propósitos para o Paraná e a nossa gente.

Portanto, Deputado Dobrandino, faço esse pronunciamento no sentido de ajudar e me coloco à sua disposição para que V. Exa. quando usar o Horário do PMDB para fazer a defesa do seu mandato, não misture com a Liderança do Governo, porque senão vamos ter problemas. É o que não esperamos que aconteça nesta Casa e vai acontecer, fatalmente, a continuar essa verdadeira guerra que se instala neste momento.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB) (Aparte)

Obrigado, Deputado Stica.

Quero iniciar agradecendo a contribuição que V. Exa. tem dado ao nosso Governo, no sentido de reconhecer o grande trabalho que o Governador vem fazendo e apoiá-lo, aqui na Assembléia, e amigo pessoal do Governador, como eu também sou.

Reconhecendo essa qualidade em V. Exa. dessa questão e deixar gravado aqui na Casa, obedecerei com certeza o seu pedido, mas faço um pedido: controle o seu partido começando pela Presidência dele pelo Paraná, que eu controlarei o meu.

Agora, não podemos admitir enquanto o Presidente do seu Partido vem desconjuntando o nosso Partido e querer que fiquemos calados. Eu já disse, respeito-o, é um grande Deputado, mas é um só, não dois.

Muito obrigado.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

No nosso Partido, não usamos o termo controlar, porque discutimos amplamente, até às vezes excessivamente para, se não tiver consenso, acatar o que é decisão da maioria. Mas, com certeza, conversa franca faz bons amigos.

Deputado Dobrandino, mais um assunto que não posso deixar de falar, não porque sou amigo pessoal do Deputado Jorge Samek, hoje Presidente da Itaipu Binacional. Conheço Samek de muitos anos, fui Vereador com Samek na Câmara Municipal Curitiba, por três mandatos, conheço a sua formação familiar, e tenho certeza da sua índole.

Portanto, não posso aceitar - não me lembro os termos usados - as acusações de que a Itaipu estaria fazendo algum tipo de esquema com o dinheiro público, de corrupção.

Aliás, corrupção foi a acusação que Itaipu recebeu dias atrás, do maior marginal que este Estado tem, do

maior gangster. Eu tenho em minhas mãos o resumo do dossiê dizendo quando começaram aquelas acusações. Aqui tem tudo, desde 94, das primeiras cartas fraudadas, dos primeiros carimbos de cartório que foram fraudados que aqui têm cópias, de empresas que dão notas mostrando que não deram nenhum documento, que foram usados os seus nomes, por um fraudador aqui de Curitiba, que é o maior do Brasil, um estelionatário, que vai ser preso qualquer dia desses. Não tenho dúvida disso.

Aqui tem o dossiê, depois os Deputados que quiserem vir discutir comigo, para mostrar o quanto tem de barbaridade, de coisas que aconteceram desde 94, por esse falsário, por este gangster chamado Laércio Pedroso, que é o "cara" que inventou inclusive carimbos.

Tem aqui carimbos de dois cartórios de Curitiba que depois os próprios cartórios reconheceram que não são seus e que foram fraudados.

Portanto, existe uma acusação que já vai dar cadeia para quem está acusando essa empresa. E a V. Exa. trazer aqui uma acusação como trouxe da Itaipu, V. Exa., eu pediria que revisse. Até porque tenho certeza que o Jorge Samek, pela índole que tem, esse moço não deixaria um rastro desse para deixar manchado a sua história política até hoje, e amigo que também é do Governador Requião, só teve transparência.

Portanto, quero fazer aqui a defesa do Samek e da sua equipe que estão aqui na direção da Itaipu Binacional.

O Sr. Nelson Justus (PFL) (Aparte)

Ontem não tive oportunidade de me manifestar quando vi que a discussão estava ficando um pouco acalorada.

Ninguém pode negar as qualidades do Deputado Dobrandino, um homem que tem uma história nesta Casa, uma história em Foz do Iguaçu, não só com sua família, não só com a sua liderança, não só como um homem probo, indiscutível isso. E todos nós, que estamos a mais tempo, conhecemos o Dobrandino. Claro que lamentamos muitas vezes. Que tudo o que sai do equilíbrio, passa do exagero perde-se a razão.

Quando se começa entrar na questão particular, familiar, perde-se a razão. Não vou admitir nunca que ninguém vá chamar aqui a Deputada Luciana Rafagnin de quadrilheira, nem o Deputado Elton Welter. V. Exa. ou qualquer um outro! Não me passa pela cabeça o Deputado Ângelo Vanhoni fazendo parte de uma quadrilha ou coisa parecida.

Mas, usar o episódio paroquial, nem mesmo o Jorge Samek que é meu amigo, meu companheiro de camarote, usar esse episódio para dizer que o PT não montou uma quadrilha nesse episódio todo, aí é subestimar a nossa inteligência, desculpe-me Deputado Natálio Stica. V. Exa. sabe bem do que estou falando. Não é possível. Dizer que no PFL tem ladrão, no PMDB também tem, no PT, meu Deus do céu, no PP, nós trouxemos, alguém trouxe para cá, uma loucura.

Agora, se fizer um concurso na história da República, acho que o PT ganha o campeonato Municipal, Estadual, Federal, ganha a Taça Libertadores, vai para a Taça das Américas e ganha o campeonato do mundo. Mas não é nossa questão aqui, ninguém vai ofender jamais aqui o Deputado Pedro Ivo que estava presidindo a Sessão ontem, que é um homem que chegou na Casa aqui ontem, um homem de bem. Não é bom entrarmos nessa questão particular. Por isso, ontem não pude fazer a defesa do Deputado Dobrandino, que estava nervoso, o Deputado José Vargas também. E quando se perde as estribeiras, perde-se a razão, perde-se o equilíbrio.

Nós não devemos entrar em particularidades. Por isso, faço este aparte e agradeço a gentileza de me conceder este espaço, porque não é bom para a Casa, num ano eleitoral, e nós vamos ver muito disso aqui, vai ser a moda. Ninguém vai esconder nada. Vai ser o prato preferido, o prato do dia é esse. Quem tem rabo de palha, tome cuidado. Quem tem rabo preso, também. O Ministério Público que se ocupe valendo daqueles que realmente cometeram alguma coisa. Agora dizer que o PT está sendo injustiçado, não é verdade. V. Exa. não tem culpa alguma de pertencer ao Partido.

Ontem o Deputado Dobrandino disse - mas o PT montou uma quadrilha. Meu Deus do céu! Se a gente disser que não é verdade, então eu não sei o que é uma quadrilha mais. Daí dizer que V. Exa. faz parte dessa quadrilha, a diferença é muito grande e o Deputado Dobrandino não chegou a esse desplante, não disse isso.

Muito obrigado, Deputado Stica. Não quero fazer as vezes de bombeiro aqui, nem me interessa isso. Acho que é de bom tom para esta Casa e que nós evitemos essas particularidades quando as pessoas saem do equilíbrio e perdem a razão.

Obrigado!

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Agradeço. Só para dizer ao Deputado Nelson Justus que os Parlamentares ou não Parlamentares, os petistas que acabaram cometendo os erros, nós estamos pagando por isso. Eles já estão pagando, alguns já expulsos do Partido, alguns já expulsos do Parlamento, e outros ainda o serão.

Agora, não posso concordar com V. Exa. que ganhariam as medalhas todas, não. Os petistas que erraram são amadores, são tão amadores que não conseguiram seguir o exemplo dos mestres do passado e dos outros Partidos, tanto é que deixaram CPF e RG. Então, são pequenos ainda. Não dá para ninguém atirar a primeira pedra falando partidariamente hoje dessas questões.

Sr. Presidente, muito obrigado. Precisava fazer este posicionamento hoje porque sou do Partido dos Trabalhadores sim, com muito orgulho, e quero ajudar a manter esta base de apoio ao Governo Requião.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pequeno Expediente, Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Infelizmente, o motivo que me traz à tribuna hoje, não é no sentido de apartear a briga paroquial, mas dizer que é um assunto da nossa paróquia do Oeste do Paraná, mas que interessa ao Estado do Paraná.

Hoje pela manhã, Polícia Federal, Ibama, Secretaria da Agricultura, e mais vários carros com placas oficiais, percorreram, chegaram a prender um agricultor no Oeste do Paraná como se tivesse cometido um crime. E de fato parece que acharam, nas entrelinhas, um crime que ele teria cometido. Ele não está só, porque segundo o noticiário, existem mais dezoito produtores que também são criminosos. E esta lista vai ser ampliada, porque o critério subjetivo que estão utilizando para perseguir, aprender e praticamente já embargar essas lavouras que estão prestes a ser colhidas, é que esses agricultores plantaram soja transgênica.

Infelizmente a Presidente da Comissão de Agricultura não está aqui senão iria perguntar a ela e existe exceção de qual área que não pode ser plantado transgênico aqui no Paraná. Porque a Lei de Biossegurança, a Lei nº 11.105, que foi invocada para haver esse bloqueio e toda essa operação cinematográfica, diz, no seu artigo 35, que ficam autorizadas a produção e a comercialização de sementes cultivadas de soja geneticamente modificadas, tolerantes aos glifosatos, registrados no Registro Nacional de Cultivares, do Ministério da Agricultura.

Pois bem, esse primeiro agricultor que teve a sua área, em que pese ser uma área arrendada, hoje cercada pela polícia, esse primeiro agricultor financiou, pagou *royalties* à Monsanto, financiou pelo Banco do Brasil. E eu, depois do noticiário, fui comunicado, ainda pela manhã, que estava ocorrendo isso, peguei a Lei de Biossegurança e não encontrei, em nenhum momento, a que exceção de áreas que não podia.

Pois bem, uma ONG aqui do Estado do Paraná, que não conheço, mas respeito, deve ter algum interesse na preservação, mas nós precisamos antes de mais nada, preservar também os interesses da agricultura, e acho que os interesses da agricultura, em que pese a questão de se aceitar ou não o cultivo de soja geneticamente modificada, já foi aprovado, já é lei e hoje a minoria acata a vontade da maioria lá no Congresso, e é lei nacional.

Mas, essa ONG, denominada Terra de Direitos, fez um levantamento de várias propriedades da região Oeste, baseados em imagem de satélite, e denunciou para que essa operação fosse desencadeada, e prenderam porque estão próximas, três quilômetros, essas plantações, do Parque Nacional. E prenderam com base na Lei de Biossegurança, mas não encontrei, em nenhum momento na Lei de Biossegurança, a vedação de plantio próximo, dez quilômetros, como não tem.

Agora, o agricultor, e eu ia fazer essa pergunta para a Presidente da Comissão de Agricultura dessa Casa, se

ela sabia dessa exceção. Provavelmente ela não sabia, como eu não sabia, e como muitos que deveriam entender da lei não sabem, no Estado do Paraná.

Como querem que o agricultor que foi lá, comprou, pagou royalties, financiou no Banco do Brasil, soubesse dessa lei? Aliás não encontrei na entrelinha, nem na letra miúda na Lei de Biossegurança. Não sei com base no quê.

O apoio que ontem o Deputado Ângelo Vanhoni fez para que o Deputado Dobrandino usasse o bom senso e parasse com ataques ao PT, eu apelo para o bom senso do superintendente do Ibama no Estado do Paraná e ao PT, que tem bons Deputados nesta Casa, que defendem a agricultura familiar. Faço esse apelo, porque sei que a Bancada do PT tem responsabilidade com as coisas do Paraná. E a agricultura não vai bem no Paraná. Ela está capengando. E mais esse golpe pode fazer com que mais uma categoria se volte contra a classe política. A classe política que tem a obrigação de, se não contribuir, pelo menos não atrapalhar aqueles que já contribuíram muito para o Paraná e para o país.

Faço esse apelo, principalmente ao PT, para que através do Ibama, utilize o bom senso na liberação dessas áreas que vão ser embargadas. E se existir alguma votação nessa lei, que se utilize o critério educativo, tanto por parte da Emater, como por parte do Ibama.

Não adianta nada entender que os agricultores têm que ter uma bola de cristal para adivinhar centenas de lei que interferem na sua atividade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A moda vai pegando! Não se cumpre lei. Não se respeita o direito de propriedade. Vai se formando, ao arrepio das tradições, da vontade de determinados grupos que, como esse vai lá no entorno do Parque Nacional do Iguaçu, onde tem que se preservar a natureza, mas tem que se respeitar a lei e fazer a preservação das leis.

Vimos há pouco o Deputado falando sobre a questão do PT. Invadem as fazendas com as bandeiras do PT, do MST, matam o gado. São despejados e o Governador não cumpre os mandatos de despejos. E essa gente não quer ser chamada de quadrilheiros.

Aí, para não serem denunciados, vêm à tribuna, e já tentando se arraigar para o segundo turno da eleição de Governador no Estado do Paraná, começam a mostrar os quadris para o jogo das eleições que vão chegar, lá em frente. Mostrando que são capazes de reeditar a vitória que deram ao Governador Roberto Requião.

Vimos o lançamento de uma obra, a Rodovia do Cerne, os primeiros quinze quilômetros, foi lançado ontem, assinado aqui o contrato, a ordem de serviço, dizendo ser alternativo para o pedágio no Paraná.

Isso é querer gozar com a cara do povo do Paraná. É querer brincar com a inteligência das pessoas. Falar um absurdo desse no final de mandato. Quando assumiram e disseram que iam começar a obra já era uma coisa descabida, porque na eleição, eu ouvi bem e o povo ouviu, ele era o desatador de nós e tinha a solução para o problema do pedágio: “ou o pedágio baixa ou acaba!”

E não acabou, não baixou, subiu de preço, criaram mais pedágios no Paraná e, agora, começa uma obra na Rodovia do Cerne (quinze quilômetros só de contrato), e tem coragem de dizer que vai acabar, que isso aí é uma alternativa para resolver o problema do pedágio. É querer gozar da inteligência do povo paranaense.

Chorar na televisão como chorou, ontem, o Governador, na escolinha do Professor Raimundo, dizendo “Professoras, vocês vieram aqui prestar solidariedade a mim e ao Maurício, meu irmão, Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário da Educação!”

Lenhador canadense com aquele suspensório, uma vantajosa barriga, se impondo como uma grande autoridade, varrendo o chão da Gazeta do Povo.

Ora, precisavam, sim, lavar a Gazeta do Povo depois que eles saíram de lá, porque eles levaram para lá um entulho, uma sujeira que estão trazendo por dentro e estão deixando por onde passam: é no Porto de Paranguá, é na Secretaria da Educação. O Provopar não funciona, nada funciona neste Estado. Não temos uma obra, não temos uma grande realização.

Ora, e querer, em uma hora difícil como essa que passa o Dr. Francisco...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Consulto V. Exa. se fará uso do Horário da Liderança do seu Partido.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Vou concluir, Sr. Presidente.

Então, em uma hora difícil como essa, nós vemos todo dia batendo quem não merecia apanhar, mas vai ter o dia do retorno. É o chicote no lombo de quem mandou bater, como diz a música. É o cipó da aroeira que ainda vai doer nas costas dessas mãos que estão tentando castigar o povo do Paraná.

Se alguém está mentindo não é a Gazeta do Povo. A Gazeta do Povo não é por si só, também, a dona da verdade, porque ninguém é dono da verdade absoluta. Acredito que só o Criador o seja. Depois que toma posse e assume um Governo a pessoa acha que é o rei. Acho que é mesmo, é o “Reiquião”!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Elton Welter, no Pequeno Expediente.

Deputado Elton Carlos Welter (PT)

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria, antes de iniciar o meu pronunciamento, ressaltar a presença do Presidente da Câmara Municipal de Toledo, Winfried Mossinger e do seu assessor do Distrito de São Luís do Oeste, nosso companheiro e amigo advogado que tanto defende a causa dos trabalhadores.

Sr. Presidente, quem sou eu, como Líder partidário, neste horário que me cabe, falar ou querer aconselhar alguém? Quando o André Vargas se pronuncia aqui, Deputado Dobrandino, bem como V. Exa., são Deputados como nós, só que tem uma diferença: o André Vargas é Presidente do PT e V. Exa. é Presidente do PMDB. Repercuta de forma diferente, inclusive a própria imprensa divulga com mais ênfase, muitas vezes, a fala de um dirigente que representa todo seu coletivo.

Ficamos avaliando porque, muitas vezes, ocorrem decisões por cima que ficamos sabendo e nos surpreendemos depois. É natural essa diferença local da casa do dirigente, no caso o Dobrandino mora em Foz do Iguaçu. O André em Londrina. Tem grandes diferenças lá com o PMDB local. E lá em Foz a mesma coisa com o PT.

Mas, aqui a maioria da Bancada, até por uma questão histórica, tem identidade e proximidade com o PMDB. Não queria colocar mais tinta aqui, não é do meu interesse nem do meu perfil, mas infelizmente, a postura do Líder do Governo nos colocou numa situação complicada. Espero que isso passe. Que não é uma postura acreditada, da vontade do Governo, porque senão só tenho que fazer a seguinte análise aqui: que deve ter um entendimento lá por cima e aí não sei como vai ficar o Rossoni e outras lideranças. Onde o PSDB já está junto com o PMDB quem sabe, no primeiro turno, até com o nosso Presidente da Casa como Vice-Governador.

Chego a essas análises porque um Líder do Governo fazer esse tipo de acusação a um Partido aliado, que tem votado, acompanhado, tem que chegar a essas conclusões. Ou está enganado. E o Pessuti é candidato ao Tribunal de Contas e já elegeram o PT de adversário. Espero que isso não seja. Estou divagando aqui, de repente. Mas, nós temos claro, eu como Parlamentar, tenho um lado claro na política. Agimos na boa fé. A nossa conduta de vida pública desde o primeiro mandato de Vereador. Aliás reputo a este mandato que estou aqui, a minha eficiência no sentido de fiscal do povo na cidade de Toledo, como fiscalizador. Sinto que aqui o Parlamento teria que ser mais eficiente nisso. É uma crítica para mim e para todos aqui, vamos assim dizer. Nós, como Deputados, temos que ser mais eficientes na fiscalização. Temos que fazer o possível e o impossível para que o dinheiro público cada vez seja melhor aplicado.

Fiz essa fala aqui, Dobrandino, e serve para o meu Presidente que é o André Vargas, que muitas vezes as colocações ásperas na tribuna são posições pessoais. Muitas vezes não é posição de Presidente do Partido, não

é posição de Liderança de Governo. Isso acaba comprometendo toda uma articulação política que é o que interessa à maioria.

Fora isso, pode ser que esteja sendo costurado aquilo que eu disse antes, quem sabe já nos elegeram como adversários.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Artagão Júnior, no Pequeno Expediente.

Deputado Artagão Júnior (PMDB)

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

A nossa satisfação de estar aqui mais uma vez ocupando a tribuna da nossa Assembléia. A nossa saudação ao nosso Presidente, aos Deputados, Deputadas, aos nossos amigos da imprensa em mais um ano de trabalho e evidentemente que um ano de trabalho bastante diferenciado dos demais. Temos aí um ano de eleição onde a legislação determina uma série de regras especiais e onde, sem dúvida alguma, definições e composições de coligações vão fazer com que muitos debates surjam nesta Casa.

No entanto, a nossa presença na tribuna, nesta tarde, busca objetivamente comentar e divulgar a vinda do nosso pré-candidato a Presidente da República, Antony Garotinho, que estará chegando hoje à noite em Curitiba para uma programação oficial com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro durante esta quinta-feira. A partir de amanhã às 08h30 estará se reunindo com o Deputados, conversando com a Bancada estadual e a Executiva federal do Partido, demonstrando as suas intenções, falando sobre os seus projetos e programas, a fim de que possamos buscar a unidade e a movimentação total e plena, pela candidatura própria do PMDB.

Na sequência, às dez horas da manhã, uma reunião com os diretórios municipais de Curitiba e de toda a nossa região. Quando falamos de toda a nossa região, não resumimos isso à Região Metropolitana de Curitiba. Municípios a 150, 200 quilômetros de Curitiba também estarão participando dessa reunião, com o nosso pré-candidato, a fim de que possamos apresentar aos nossos eleitores do Partido, aos nossos prefeitos, vereadores e delegados, as propostas que temos do nosso candidato, para que, eventualmente, quaisquer dúvidas que existam possam ser esclarecidas, apontando as suas idéias e projetos, demonstrando mais do que já tem demonstrado sua vontade e interesse em ser candidato pelo PMDB, em ser Presidente da República do nosso país, porque sem dúvida alguma, todos nós sabemos que na vida pública a vontade é essencial para que as coisas aconteçam de forma positiva. E isso ele tem demonstrado em uma, duas, dez ligações, correspondência para cada representante do Partido e agora com sua visita aqui em Curitiba.

Às onze e quarenta e cinco uma coletiva com a nossa imprensa, onde ele estará à disposição, para conversar com todos os nossos veículos de imprensa. Ele não

se restringirá a visitar a nossa Capital, estará visitando, após o período de Carnaval, também as cidades do nosso interior, a fim de que as nossas cidades-pólo do interior possam reunir também os nossos diretórios e conversar com o ex-Governador Antony Garotinho e o nosso pré-candidato à Presidência da República, pelo PMDB.

O crescimento tem acontecido naturalmente e a nossa confiança é plena, que a candidatura própria do PMDB, uma vez homologada, tende a crescer a largos passos, porque a publicidade e o trabalho que se fará em cima da transparência, vontade e dedicação, será sem dúvida alguma um diferencial nesse processo.

Agradecemos a oportunidade que temos de estar ajudando na coordenação desse processo, assim como alguns companheiros Deputados que também nos ajudarão nesse trabalho. A presença do nosso candidato, aqui, demonstrando o seu respeito e a sua preocupação com as coisas do nosso Paraná e que junto conosco desenvolve um trabalho, respeitando todos os outros posicionamentos e todas as outras candidaturas, mas defendendo, sim, o interesse da coletividade e da maioria da população do Paraná e do nosso país.

A programação e o convite estão feitos. Esperamos que todos que têm condições e interesse possam participar junto conosco. Estaremos com os demais companheiros de Partido e demais amigos, que estarão apoiando esta nossa empreitada, mantendo sempre a informação dos trabalhos realizados, das agendas programadas e daquilo que se pretende fazer pelo nosso pré-candidato Antony Garotinho.

Muito obrigado. Um abraço a todos.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

Abro mão, porque eu iria falar sobre assédio moral, que é um projeto que protocolamos hoje, Eu falei o uso da tribuna na próxima Sessão.

Então, o Deputado Neivo Beraldin poderá fazer uso da tribuna.

Obrigado, Sra. Presidente.

Grande Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Obrigada, pela sua compreensão.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Deputados.

Venho a tribuna nesta tarde, falar sobre um tema que interessa exatamente ao povo do Paraná, mais precisamente ao povo usuário de transporte coletivo intermunicipal. Acontece que recebemos do DER uma informação que setecentos e trinta e dois contratos com as empresas que exploram o transporte coletivo intermunicipal estão vencidos. Na verdade, há uma triangulação entre o DER e o DSTC para renovar os contratos das empresas privadas, participando o DER como intermediário da cessão de uma linha particular para outra linha particular.

Na verdade, o DER deu a concessão, convocou uma empresa privada para executar um determinado trecho e em um determinado dia a empresa diz que não tem mais interesse na linha e dá a concessão para uma terceira empresa, com a anuência do DER.

Ora, a Lei nº 8.666 suspendeu o Decreto de 1950, porque há quase cinquenta anos não se faz uma concorrência pública para a exploração do transporte intermunicipal do Estado do Paraná. A Constituição de 88 virou “letra morta” no Estado do Paraná. As pessoas usuárias do transporte, quando enxergam lá a Garcia, a Sulamericana, a Princesa dos Campos ou mesmo a Graciosa, pensam que é um serviço do Estado e não sabem que é um serviço privado e que não tem aí estabelecida a concorrência com o objetivo de que melhore a qualidade dos serviços. E quem é que sabe, quem é que conhece a planilha de custo que compõe o preço final de cada passagem, que basicamente hoje, se formos de ônibus a Cascavel, equivale ao preço do avião? Sem contarmos, Sras. e Srs. Deputados, com o alto ganho das empresas com o transporte da bagagem - que ganham talvez mais do que na passagem -, sem contar a sonegação fiscal do transporte da mercadoria, que não vai aí o recolhimento de ICMS, tanto é que os ônibus, hoje, têm uma altura extraordinária.

E vejam como funcionam, então, esses casos. Eles continuam em 1989, contrato feito, em 1973, contrato feito sem licitação pública, aumentos em cima de aumentos para as empresas privadas, sem uma devida licitação para este ou aquele trecho.

Então, o que proponho é que a Assembléia Legislativa, através de um Decreto Legislativo, possa sustar todos esses contratos, agindo em nome do povo, fazendo valer o mandato popular e colocando o dedo na ferida.

E desde já, disponibilizando ao Ministério Público estadual e federal, para que possam ter acesso a esses contratos, para que possam ingressar com as ações cíveis cabíveis ou as ações penais. Se houve conluio, como que uma empresa particular... antes vou suspender o meu pronunciamento por alguns minutos para que os Deputados recebam um ilustre visitante que eu não sei quem é.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Sr. Presidente, se me permite estamos recebendo o Deputado pelo Rio de Janeiro, Hugo Leal, representando também a pré-candidatura do ex-Governador do Rio de Janeiro, Antony Garotinho.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Por favor, Sra. Presidente, conceda-lhe o direito de o ilustre Deputado sentar-se no banco dos visitantes a fim de que não haja conversas paralelas com quem está tratando de assuntos de interesse do Estado do Paraná e não de candidatura a Presidente da República.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

É sempre bom a boa educação, Presidente.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Sras. e Srs. Deputados. Quase sempre, quando se fala de um assunto tão importante, parece que este Plenário faz de conta que não quer ouvir. Quero lembrar a V. Exas. que quando o Governador Requião era Deputado Estadual, de 82 a 86, ele fez no seu gabinete uma decoração de roda de ônibus já alertando para esse grande espetáculo do transporte coletivo. Hoje o Prefeito de Curitiba, Beto Richa, está estudando com sua equipe uma concorrência pública para Curitiba. E quero crer que o exemplo de Curitiba pode ser o exemplo para o Estado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Não entendi bem as colocações que V. Exa. fez com relação ao Governador Requião quando ela era Deputado. Porque depois nós tivemos a Constituição de 88, que foi promulgada no dia 08 de outubro de 1988. Depois ele tomou posse em 1991, foi Governador uma vez, já está sendo pela segunda.

Antes quando era Deputado, defendia uma coisa e agora ele não faz aquilo que defendia. Está no Governo já pela segunda vez.

Não era, então, de se criar, Deputado Neivo Berardin, um dispositivo responsabilizando o Governador pela não abertura de concorrências públicas para licitação do transporte público estadual? E faço essa colocação, porque fui Secretário Especial de Governo do Governador Requião no Governo anterior. O transporte coletivo nacional, que é aquele que passa por vários Estados. Trouxe, aqui na Assembleia, um ano atrás, uma passagem lá de Montes Claros, Minas Gerais, que custou 84 reais. De Montes Claros até São Paulo.

A mesma passagem, aqui no Paraná, no valor de oitenta e quatro reais dava daqui de Curitiba a Foz do Iguaçu, que é menos da metade do trecho de Montes Claros a São Paulo. Então, para V. Exa. ver como a passagem intermunicipal, no Paraná, é caríssima.

Não quero falar muita coisa sobre isso, porque senão vamos ter que entrar numa situação de rota de colisão. Mas, existe um interesse muito grande, quem cuidava das passagens no mandato passado do Governador, era o Dr. Beloniel, juntamente com o Dr. Eduardo Requião de Mello e Silva; cuidavam dos aumentos de tarifas, analisavam as planilhas. É relativamente desagradável ter que entrar nesse campo, onde envolvia a Viação Garcia. O senhor falou em malas que são transportadas? Já naquele tempo haviam as malas também!

O SR. NEIVO BERARDON (PDT)

Eu me referi à bagagem.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB) (Aparte)

Mas entendi que fossem malas. Então, relativamente esses aumentos no preço das tarifas das passagens intermunicipais do Paraná, são maiores que os aumentos dados nas passagens interestaduais que são os ônibus que percorrem as linhas nacionais e as malas já se faziam presentes também naquela época.

Agradeço e parabeno V. Exa. por essa posição. O Rubens Bueno começou a bater nisso quando era Deputado Estadual também, depois parou e não se viu mais falar nem naquela empresa de transporte coletivo de Campo Mourão, no Garcia de Londrina.

Ora! É um milagre, um verdadeiro milagre o esquecimento que as pessoas têm sobre determinadas coisas. Mas, não deixe o Governador, o senhor que é um aliado dele aqui na Assembleia, não o deixe esquecer da sua luta de 83, 84, 85 e 86.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

A minha luta de 88, na Constituinte.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Faça uma luz a ele, que é uma luta que ele pode voltar a passagem aqui num preço mais normal, sem essas malas que aqui a gente sabe.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Olha, em 88 na Constituinte Estadual, tivemos nesta Casa o grande debate sobre esse tema, quando alguém colocou na Constituição do Estado: "Fica assegurado o direito das empresas que exploram o transporte coletivo já há trinta, quarenta anos, dar continuidade aos mesmos sem licitação".

Tivemos aqui um debate de dois dias, aonde o então Governador na época, o Senador Álvaro Dias, mobilizou toda a sua bancada, disponibilizou avião para buscar Deputados no interior do Estado e aqui tivemos um embate muito forte, e simplesmente por dois votos perdemos aquela batalha.

Aí o que fez o Governo da época? Recorreu da decisão no Supremo Tribunal Federal, que acabou caindo esse artigo da Constituição do Estado que estava assegurando o direito de as empresas darem continuidade aos mesmos.

Deputado Jocelito Canto, Ponta Grossa é a mesma coisa, daqui para lá é caretada. Como exemplo da forma como eram chamadas as empresas para prestarem serviços de transporte, temos a Ordem de Requisição de Serviço nº 57/89, de 05/05/89 onde o Chefe do Núcleo de serviço de Transporte Comercial, DSTC e do DER, requisita bens e serviços da Empresa Auto Viação Comercial Ltda., em caráter provisório até a efetivação do processo licitatório, executar a linha Curitiba/Tanguá

de acordo com a tabela de horários e preços determinados pelo DSTC e DER.

Ainda temos termos de concessão de contratos, de concessão firmados entre as concessionárias e DER e outras empresas para concessão de título gratuito de linha de ônibus. Ora! Jamais se poderia admitir uma cessão onerosa de uma concessionária, numa concessão pública, sem licitação entre as duas empresas privadas.

O DER participava como interveniente da concedente, autorizante de uma concessão gratuita. Mas como isso acontecia? Qual o procedimento dessa cessão? Uma das concessões de linha da minha cidade Curitiba/Castro, estrada do Cerne, será que essa linha não dava nenhum lucro? Como saber se não houve pagamento, não era mais fácil a empresa não interessada em devolver a linha para o DER e depois transferi-la para outra empresa, ao invés de fazer uma cessão de direito teoricamente gratuita?

O que se passa entre as empresas que fizeram as concessões entre elas com anuência do Estado? Por que isso aconteceu? Onde estão as garantias dos cidadãos, onde está a transparência pública? Veja aqui: 1975 contratos elaborados. Como era: “Termo de Cessão nº 012/90”. Será que o Ministério Público não está vendo isso? Ou será que está acontecendo a mesma coisa que aconteceu com o Banestado? Será que o Tribunal de Contas é um órgão de “faz de conta” ou não vê isso que estamos vendo aqui? “Termo 012/90 - Termo de Cessão de Contrato de Concessão de Serviço de Transporte de Passageiros nº 1349/85, que entre si fazem o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná e as empresas Viação Graciosa Ltda. e Viação Marumbi Ltda”.

A mesma história, uma concede para a outra e essa naturalmente assim “segue o baile”. Onde está o cidadão que não sabe que isto é um concessão pública, que deveria ser fiscalizada e não está sendo? Não há fiscais suficientes para fiscalizar os ônibus: de que maneira tratam os seus passageiros com a limpeza regular dos ônibus; se há seguro para esses passageiros. Onde está a responsabilidade do Estado nesse tema tão importante?

Esta Casa, este Poder tem, sim, o direito suficientemente garantido no Regimento Interno e na Constituição, de baixar um Decreto Legislativo tornando nulos todos esses contratos e obrigando o Governo a fazer uma concorrência pública.

Não quero ver eliminadas todas as empresas que prestaram serviços no Estado do Paraná e ainda prestam. Mas, quero que pelo menos uma concorra com a outra no mesmo trecho, a fim de dar o direito sagrado ao cidadão de escolher a empresa que deseja viajar, assim como acontece nos aeroportos deste país e no mundo inteiro.

Hoje não temos esse direito. Se quisermos ir ao litoral, naturalmente teremos que embarcar na Graciosa ao preço que está na ordem do dia. Como são feitos esses aumentos se não há fiscalização suficiente, se o DSTC é extremamente fraco? Onde está? Essa é uma grande questão que fica para o Governo, que tenho certeza que

vai tomar essas providências. Sobre tudo porque após este pronunciamento eu não quero acreditar que o Ministério Público Estadual vai fazer de conta que viu, mas ficou calado. Hoje, o que estou fazendo aqui, é tornando pública uma omissão que paira no Estado do Paraná sobre essa questão. E desde já reafirmo mais uma vez, os contratos que possuo aqui são oriundos da própria Secretaria dos Transportes, que conhece o tema mas não faz nada. Aonde está o Secretário Waldyr Pugliesi? Homem forjado das urnas de batalhas na luta dos menos favorecidos pela sorte, ele já está lá há três anos e pouco, aonde está que não revelou isso para o Paraná e não tomou nenhuma providência?

Meu caro Waldyr, velho amigo, ex-Prefeito de Arapongas, ex-colega Deputado Estadual, V. Exa. foi galgado a Secretário dos Transportes, que justamente tem como órgão auxiliar o DER e o DSTC. A palavra está com V. Exa., Sr. Waldyr Pugliesi; a palavra está com a Assembléia Legislativa que deve ter essa determinação; a Mesa Executiva de propor esse decreto legislativo; e com a palavra o Tribunal de Contas, que nesse caso “fez de conta” que viu, mas que não revelou.

Mesma coisa o Ministério Público. Não sei se conhece os meandros, mas agora está sabendo que temos aqui uma revelação pública, e portanto, cabe a eles agora em nome da lei, em nome do cidadão, para propor as ações cíveis cabíveis. E se houver omissão por parte daqueles que administraram ao longo desse tempo, se couber as ações criminais, que faça então o Ministério Público Federal a sua ação imediata, porque assim o fez a nível de Brasil, espero que faça também a nível de Estado do Paraná.

Eu, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há muitos anos, ou desde 1988, tenho procurado levantar este tema na Casa, mas não tenho logrado êxito. Espero que agora o momento seja outro, sobretudo que o momento seja de respeito à Constituição, sobretudo que o respeito seja da lei que determina a licitação pública em todo o serviço público deste país.

Para encerrar, quero pedir escusas ao ilustre visitante do Rio de Janeiro dizendo que eu não sabia que ele era um Deputado Estadual do Rio de Janeiro, só sabia que estava um grupo de Deputados conversando, e naturalmente fazendo a recepção no plenário, e fez com que o meu pronunciamento fosse, até certo ponto, perturbado, ou tenha naturalmente desviado o curso do pronunciamento.

Aliás, essa questão de mudar o curso do pronunciamento deve merecer uma preocupação mais profunda de todos nós aqui, porque quando alguém ocupa a tribuna, vem, naturalmente, preparado para fazer um pronunciamento, uma revelação de interesse público. Não podemos permitir que se tenha muitas conversas paralelas.

Então, acho que isso serve como reflexão, porque vejo as vezes um Deputado, ou outro, tentando se concentrar para um pronunciamento, e as vezes acaba sofrendo um prejuízo por essa conversa paralela.

Temos essa oportunidade de lembrar mais uma vez como isso é importante.

Peço desculpas ao ilustre colega do Rio de Janeiro e dizer a ele que faça a sua campanha em paz para o ex-Governador do Rio de Janeiro, e seja bem-vindo do Paraná.

Muito obrigado!

Horário das Lideranças:

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PP/PSB, com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estou vendo o clamor do Deputado Neivo Beraldin em encaminhar ao Ministério Público para providências, aquilo que é ofício do Ministério Público na sua fiscalização, na essência do seu dever. Que não deveria estar aguardando comunicação de Deputado para tomar alguma providência.

Isso me deixa triste! E deveras chateado de ver uma situação dessas!

Lá em Apucarana encaminhamos uma ação popular ao Meritíssimo Juiz de Direito da Comarca, denunciando um fato de um advogado que foi trazido para Apucarana por ser amigo da família do Promotor, foi indicado pelo Promotor em dois municípios para ser Procurador Jurídico dos municípios de Cambira e Novo Itacolomi.

O juiz de plano viu os decretos de nomeação, mandou afastar o advogado e responsabilizar o Prefeito pela nomeação por acúmulo de cargo.

Pasmem, isso já tinha sido motivo de uma denúncia encaminhada ao Promotor e ele não tinha tomado nenhuma providência!

Certamente a Associação Paranaense de Defesa dos Promotores do Paraná amanhã deverá emitir uma nota contra minha pessoa por ter feito essa denúncia. Que é um dever de ofício do Deputado estadual.

Vamos encaminhar mais algumas coisas também para as providências que deveriam ser tomadas de ofício, mas não. Quando é contra Vereador, Prefeito, vai numa velocidade a toda prova.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pedimos ontem a formação de uma comissão, foi aprovada e até hoje não foi designado ainda quem serão os Deputados que irão formar a comissão para participar da Agência Nacional de Transportes Terrestres sobre as rodovias que

irão ser pedagiadas no Paraná, por delegação do Governo Federal.

Querem colocar um pedágio aqui entre Curitiba e a entrada da Graciosa para deixar o povo de Curitiba sem alternativa para o litoral.

Ontem falamos com o Presidente desta Casa. Fomos hoje ao Prefeito Beto Richa tratarmos desse assunto, porque ele, na qualidade de Prefeito de Curitiba, Liderando os municípios e os interesses da capital, também se posicionou contrário.

O Ministro Paulo Bernardo ligou e disse que estavam estudando uma alternativa para tirar essa ratoeira armada aqui entre Curitiba e a entrada da estrada da Graciosa.

No entanto, amanhã irá ter uma audiência que deveria ter uma divulgação muito grande da Agência Nacional de Transporte Terrestres. No entanto, essa audiência está muito mal divulgada.

O Governo Federal e a Agência não queriam fazer em audiência aqui em Curitiba. O Ministério Público Federal exigiu a vinda e a feitura dessa audiência pela Agência Nacional para ouvir a comunidade paranaense. O Deputado Luiz Carlos Martins vai estar no plantão da comunicação para divulgar o que lá vai estar ocorrendo.

Querendo fazer um apelo aos jornais, às rádios e à televisão para que possamos defender o interesse do povo que vive neste Paraná, porque senão, daqui a pouco, vamos ter aí mais Delúbios e Marcos Valérios da vida pegando licitações e ganhando concorrências para fazer pedágio aqui no Paraná. O Governador não está se posicionando; o Secretário dos Transportes está quieto; esse trecho da estrada que vai de Curitiba a Garuva quem fez foi o Governo do Paraná e aí vão pôr um pedágio agora. Não é concebível isso! É só no bolso do povo que eles metem a mão! Nunca vi coisa desse jeito!

As empresas de telefonia estão querendo editar a cobrança das tarifas pelos minutos gastos. Não vai ser mais dos pulsos porque já viram que vai dar mais lucro fazendo a cobrança por minutos.

Cobram determinado serviço do povo brasileiro como se fôssemos assalariados em países do primeiro mundo. Ora, o pedágio na Europa custa dois euros; nos Estados Unidos custa dois euros; e aqui no Brasil tem que custar dois euros, mas o povo brasileiro tem outro poder de compra, pois tem um poder de ganho muito menor!

É necessário adaptar essas coisas à nossa realidade. Como é que vamos cobrar pulsos mais caros do que na Europa ou nos Estados Unidos se lá um assalariado tem um salário-mínimo que, muitas vezes, ultrapassam mil e quinhentos, dois mil reais?

Isso é uma verdadeira afronta aos interesses do povo trabalhador e das classes que carregam nas costas esses encargos todos. Gasolina no preço que está; o álcool que era uma alternativa passou a ser, agora, uma tormenta na vida de cada cidadão. O álcool combustível, já não é mais álcool que é bebido pelo povo, porque este

é um vício desgraçado que tem levado milhares de brasileiros e pessoas no mundo à morte.

O álcool que era o combustível alternativo, não poluente, que veio em 75, na crise do petróleo, como uma alternativa da inteligência do povo brasileiro que criou esse combustível, passou a ser um tormento pelo preço que está aí sendo praticado, Estamos na mão da Petrobras que vai ser auto-suficiente em petróleo e, no entanto, o nosso petróleo está quatro ou cinco vezes mais caro do que o petróleo da Venezuela.

Já que o Presidente Lula é tão fã do Presidente Hugo Chavez, que tem se demonstrado relativamente um homem capacitado a enfrentar os problemas do seu povo, o Presidente da República do Brasil também deveria ditar, aqui, os mesmos preços do petróleo que tem na Venezuela. Com o dinheiro de um litro aqui, você compra cinco litros de gasolina na Venezuela! Não é possível que isso seja praticado sem que ninguém fale.

Deputado Neivo falou sobre as passagens de ônibus. Não temos alternativas, não temos escolha: quem quer viajar tem que sentar no banco do Garcia ou da Princesa e ir para Apucarana ou para Londrina e pagar a passagem que foi negociada.

Gostaria, Presidente, a senhora assumiu o comando da Casa, criasse a comissão que amanhã vai à Agência Nacional de Transportes Terrestres tratar desse assunto que foi aprovado ontem.

Precisamos definir as indicações para que amanhã cedo, a partir das 07h30, cada um se desloque para lá, para fazer um enfrentamento porque senão, daqui a pouco vamos ter pedágio também para sair daqui e ir para o centro de Curitiba, para o Cabral ou ir para o Champagnat.

Então, amanhã nós temos essa audiência pública, temos aprovado já um requerimento e precisamos constituir esta comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Conversarei com o Presidente da Casa e levarei o assunto.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Ou suspende a Sessão por alguns minutos, para haver a constituição desta Comissão, porque é urgente este assunto.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Bloco PTB/PL/PMRB, Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PL/PMRB: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sra. Presidente, Srs. Deputados.

Somente para tirar uma dúvida, e em função de algumas notícias colocadas pela imprensa nos últimos

dias, referente à presença dos Deputados nesta Casa, Sra. Presidente e Srs. Deputados, a partir de hoje estou adotando a mesma política que a imprensa adota conosco. Um segmento da imprensa que controla a presença dos Srs. Deputados.

Posso ter alguns defeitos como político e certamente todos nós temos. Agora, tenho certeza que na minha vida não cabe a palavra “vadiagem”. Jamais deixei de trabalhar, tanto é que todos os dias levanto às 5h00 da manhã, faço o programa de rádio até as 09h00, faço um programa nos bairros de Ponta Grossa e nas cidades vizinhas. Desloco-me todos os dias para Curitiba, porque entendo que o meu trabalho na base é importante no dia-a-dia. Cada um faz política como entende, eu faço desta forma. Mas, não posso concordar com a colocação do jornal Folha de Londrina, que diz que faltei a um número x de sessões. E, para não ter discussão do passado, que quem sabe tenha sido até uma falha nossa em não controlar, estou fazendo um auto-controle a partir de hoje.

Como diariamente os estagiários da Folha de Londrina, e que não sou contra, não me posiciono contra este levantamento desde que ele seja feito com lealdade para não machucar. Porque senão, pega-se o nosso adversário, e hoje está cheio, é um ano eleitoral, pega um jornal que publica a notícia, e faz uma confusão. E até você conseguir o direito de defesa, até em uma estação de rádio que é de um político adversário ou de outro membro político, você demora muito tempo. Não dá tempo para isso.

Então, a partir de hoje, Sra. Presidente, estou fazendo um controle. Coisa antiga, coisa de presença na escola. Todos os dias vou solicitar ao pessoal da Folha de Londrina, aos brilhantes estagiários, que assinem a minha lista de presença. A partir de hoje, fiz algo bem simples, todo dia vou fazer o registro. Vou guardar para que não haja dúvidas.

Não quero com isso, dizer que o trabalho deles não é bom. É bom. Tudo que for para o bem da transparência é importante. E esse trabalho que eles estão fazendo é bom. Gostaria que, quem sabe neste ano, devido a algumas trocas de alguns estagiários, algumas coisas que ocorreram possam ter confundido alguns números.

E pediria a esse jornal, que é importante principalmente neste ano político, levasse a rigor tudo isso, para não prejudicar as pessoas que estão todo dia aqui.

Sei que há Deputado que às vezes não está aqui, porque está em uma Secretaria, ou viajando com o Governador - é um direito e um dever do Deputado -, ou que fica doente - eu já fiquei, e isso é um direito que cabe ao ser humano -, mas eu gostaria, se houvesse esse controle, que se fizesse com toda a certeza, para não atrapalhar aqueles que vêm todo dia e marcam presença. Respeito a opinião de quem quiser vir ou não. Não estou julgando ninguém. Eu estou presente aqui diariamente e gostaria que esse registro fosse feito, porque temos dificuldades, defeitos, mas que Deus me permita que eu nunca pague por esse dever de estar aqui. Quero estar

sempre aqui e acho que esse é um dever, como Deputado, para representar a região dos Campos Gerais. Hoje, Sra. Presidente, queria fazer um registro e pedir a essa Mesa que nos ajude a controlar isso, para que não paguemos pelo que não devemos.

Cumprimento a Folha de Londrina por fazer esse acompanhamento, mas que seja rigoroso, para dar credibilidade a esse trabalho, que acho importante para a democracia deste Estado e deste País.

Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB) (Pela Ordem)

Gostaria de registrar e agradecer à Presidência da APMI de Sarandi, Rosária e Juliana, que estão aqui conosco.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Sejam bem-vindas a esta Casa.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Gostaria que V. Exa. registrasse a ausência dos Deputados que não estão presentes, hoje, nesta Sessão.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Pela Ordem)

Para justificar ao Deputado Jocelito Canto, que a Liderança do PMDB fez diariamente o controle de todas as Sessões, durante todo o ano passado e este ano o está fazendo. Não é uma coisa oficial, mas quem quiser saber quem faltou e quem está presente, temos de cada Sessão, durante o ano todo, no que não confere e não é aquilo que saiu na Folha de Londrina.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Deputado Neivo, estamos providenciando o seu pedido para registrar os faltosos.

Horário das Lideranças: PPS; PDT; PFL.

Concedo a palavra ao Deputado Plauto.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vimos na eleição de 2002, alianças políticas que deram vitória ao atual Presidente da República.

No primeiro turno, vários partidos com candidatos a Presidente da República. Lula e Zé Serra, PT e PSDB chegaram ao segundo turno. No segundo turno, PMDB aliou-se ao Presidente Lula e deu sustentação à sua eleição. Vitória nas urnas! Uma grande festa! União de partidos, mudança de Deputados, alguns saíram do PSDB, outros saíram do PFL, ingressaram alguns no PT, outra parte no PTB.

Uma grande confusão se montou no mundo político brasileiro, dentro do Congresso Nacional. Senadores mudaram de Partido, todos no sentido de apoio e aproxi-

mação com o Presidente Lula, recém-eleito. Um grande apoio popular!

O PMDB começa a negociar as posições com o Presidente, que é para tomar conta do Senado. O PT, da Câmara dos Deputados. Enfim, uma reunião de partidos ali aconteceu.

Na campanha eleitoral no Estado do Paraná, vimos, no primeiro turno das eleições, o Senador Álvaro Dias disputando com o Beto Richa, com o Padre Roque e com o Governador eleito Roberto Requião. Chegou no segundo turno o Álvaro Dias e o Beto Richa acabou ficando em terceiro e também foi para o segundo turno Roberto Requião, em uma posição um tanto quanto afastada. Começou o segundo turno, o debate na televisão, toda uma campanha eleitoral e o Roberto Requião começou a pedir para o Vanhoni, para o Stica, para o Padre Roque para trazer o Lula para apoiá-lo. O PT seguiu a linha e apoiou o Requião no segundo turno - o Padre Roque não conseguiu, como candidato a Governador pelo PT, chegar no segundo turno das eleições - e convenceram o Lula que o candidato no Paraná se chamava Roberto Requião de Mello e Silva. Um homem de esquerda, um homem com discurso socialista, que se aproximava com o discurso histórico do Partidos dos Trabalhadores.

Venceu as eleições e para mim o grande motor que puxou o Requião para a vitória nas eleições se chama Luiz Inácio Lula da Silva. Deu a vitória para o Requião! No momento em que trouxe o apoio à sua candidatura, a diferença de votos e o crescimento da pesquisa do Requião foi muito grande. Isso é claro para todos os paranaenses: era aquele momento da mudança em cima do Lula e que o Requião acabou tirando proveito sobre aquela situação nacional.

Começaram os governos. Está aí o Presidente Lula governando, começou tentando fazer algumas mudanças, o Requião no seu estilo, brigando com meio mundo e tentando impor as suas condições e batendo e enfrentando aqueles que o criticam e o grande exemplo é o jornal Gazeta do Povo, porque falou uma verdade do que acontece no Litoral e virou “bucha de canhão” do Governador Roberto Requião, do lenhador canadense, seu irmão, que foi varrer as ruas e as calçadas em frente à Gazeta do Povo.

Agora, analisem comigo. Nós estamos em um momento em que o Presidente Lula não vai bem. Tivemos denúncias de corrupção dentro do seu Governo; Ministros foram afastados e esse Ministro que foi afastado, o José Dirceu, foi cassado e apareceu um carequinho lá chamado Marcos Valério, que é o tal do “Valerioduto”, que sacava dinheiro das empresas estatais e abastecia um esquema de corrupção dentro do Governo Federal e também dentro do Poder Legislativo Federal. Muito bem, com isso o Presidente afunda nas pesquisas e tem um sinal vermelho do eleitorado brasileiro. E imediatamente o Governador Roberto Requião começa a dizer: “sai de mim, xô, satanás, afasta-se Lula!” E natural-

mente, começaram as críticas do Governador para com o Presidente da República e, dos aliados do Governador para tentar dizer que o PT é um mal, que o PT tem que ter candidato próprio a Governador, que o PT não deve ser mais um aliado na próxima campanha. E isso estamos assistindo nos últimos meses no Estado do Paraná. Agora, conforme alguns institutos de pesquisa mostram, estamos vendo uma retomada da aceitação pública do Presidente Lula e agora deixo aqui o que é que será feito pelo Requião: será que ele quer mesmo que o PT tenha um candidato a Governador do Estado do Paraná? Ou será que ele quer aguardar para ver se o Lula cresce, aí vamos trazê-lo de novo para o nosso lado e se o Lula continuar mal, vamos dizer NÃO para ele, porque ele pode tirar votos aqui no Estado do Paraná.

Mas, independente do que fizeram, na minha avaliação, no meu conceito e na minha análise, uma coisa é verdade: estiveram juntos na eleição anterior, tem gravações na televisão do Requião pedindo para o povo do Paraná orar por ele e pelo companheiro e irmão Lula; tem o Lula pedindo votos para o Requião; tem o Requião de juras de amor pelo Lula, meu amigo eterno e meu companheiro. E no outro lado temos uma candidatura de um José Serra, de um Geraldo Alckmin, que vai fazer o contraponto para Presidente da República com o Lula e aqui no Estado do Paraná essa mesma corrente política terá um representante para fazer oposição ao Governador Roberto Requião. Parece que estou vendo que aquilo que aconteceu em 2002 vai acontecer de novo, só que do lado contrário. O mesmo remédio que deu a vitória ao Requião, agora vai dar a derrota, porque nós veremos, no ano que vem, Lula e Requião em uma mesma linha política, de onde já seguiram em 2002 e neste ano que estamos vivendo, vemos José Serra ou Geraldo Alckmin com o Senador Osmar Dias ou o Senador Álvaro Dias, enfim com alguém que vai fazer oposição a esses que estão mandando.

Vai ser um embate interessante, o povo do Paraná vai escutar promessas que não foram cumpridas tanto em Brasília, pelo Presidente da República, como aqui do Governador do Estado do Paraná, quando candidato, para com os paranaenses.

Acho que o remédio que deu a vitória ao Governador Roberto Requião no segundo turno das eleições 2002, vai dar a vitória para o candidato que vai disputar contra ele, porque a corrente de oposição a esses homens vai vencer as eleições no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

PSDB, Sr. Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O meu pronunciamento na verdade vai em outra linha. Mas, Deputado Jocelito, concordo com V. Exa. quando se preocupa com a sua presença e quero dar o meu testemunho de que V. Exa. tem sido um dos grandes frequentadores do plenário. Agora, acho que estamos dando uma dimensão para um acontecimento que não há necessidade. O que vai parecer para a opinião pública? Que nós estamos proibindo o trabalho da Folha de Londrina, dos estagiários. Somos homens públicos. Estamos aqui para sermos criticados. O momento em que você decide em ser um homem público, você está sujeito a tudo. E por esta razão, acredito que temos de tratar desta questão com muito cuidado para que a interpretação dos meios de comunicação, da população, não pareça que esta estamos querendo proibir o trabalho da imprensa.

Acho que este fato é muito mais importante do que a lista de presença. Porque quero dizer que eu, na lista, tenho uma boa presença e realmente todos acompanham minha presença, e realmente todo dia estou incomodando o Dobrandino, fazendo meu papel de fiscalizador. E nem por isso deixo de ser amigo do Dobrandino.

Acho que o Deputado é avaliado pela sua atuação. Gostaria de fazer um pedido para a imprensa, já que a imprensa tem até o meu apoio nesta, já que a imprensa está fiscalizando os Deputados, vamos fazer no final do ano uma avaliação da atuação dos Parlamentares. Porque, Deputado Dobrandino, uns dez ou doze Deputados, desculpem a minha sinceridade, porque vivemos num meio político muito falso, nós que estamos aqui no dia-a-dia, com toda a sinceridade e a vontade do mundo, às vezes se engalfinhando num debate que chega até no campo pessoal, na vontade de discutir e defender a sua tese. Somos considerados iguais àqueles que nunca vêm aqui, ou que quando o Governador ou o Prefeito de Curitiba, ou quando sai a lei para diminuir o recesso Parlamentar, são os primeiros a dar à imprensa como moralizadores. E quando você nunca viu esses Parlamentares subirem à tribuna, defenderem um projeto de sua autoria, defenderem uma posição contra ou a favor das medidas que o Governo toma. Acho que o Parlamentar é medido por isso. Por esta razão, disse ao Deputado Hermas Brandão: “vou tirar o chapéu o dia que funcionar a TV Assembléia, que muitos daqueles que nunca abriram a boca para discutir uma Emenda, nem um projeto de utilidade pública, vão estar aqui, como papagaio de pirata”. E quero ver aonde que está a qualificação para o Deputado mostrar para a sua base que ele tem condições de ser um bom Parlamentar. Porque nós estamos aqui por três situações que eu classifico preponderantes: Primeiro, estamos para legislar. Segundo, estamos para fiscalizar, somos fiscalizadores. Apesar de muitas vezes estarmos de joelho à frente do Tribunal de Contas, mas somos o Poder. Terceiro, quando não temos nada para votar, temos que ocupar o nosso espaço para debater os assuntos de interesse do Estado do Paraná.

São essas as três questões. Por essa razão eu vim à tribuna. Concedo o aparte ao Presidente Hermas Bran-

dão, que com muito orgulho, pela primeira vez, posso lhe conceder um aparte.

O Sr. Hermas Brandão (PSDB)

Só para fazer um esclarecimento, que fiz inclusive hoje, para a imprensa.

Durante esta semana, acho que foi no início, o Diretor da área aqui da Assembléia, o jornalista Davi Campos me procurou e falou que tinha recebido uma solicitação dos jornalistas que atuam nesta Casa para restringir a entrada de pessoas estranhas no espaço reservado aos jornalistas.

Concordei imediatamente, é um pedido dos jornalistas, vamos atender. Para surpresa minha, ouvi crítica de alguns órgãos da imprensa, quando o próprio pedido foi feito pela classe.

Estagiário, se nós deixarmos entrar, ocupar o espaço lá por estagiários, se cada órgão de imprensa escrita, falada, televisionada tiver estagiários, o espaço não vai ser suficiente.

Vou até designar uma comissão dos próprios jornalistas para resolver a questão. Porque nós atendemos um pedido da classe e para surpresa minha, volto a afirmar, recebi crítica da própria imprensa.

Outra questão: Amanhã encerra-se o prazo para apresentar as propostas à nossa TV. Mais de 25 empresas compraram o edital. Empresas de todo o país. Espero realmente que seja vencedora aquela com melhores condições de atender ao povo do Paraná, porque vai constar realmente os trabalhos dos Srs. Deputados.

É importante frisar, ficar registrado que nessa Comissão de Licitação, pedimos ao Ministério Público para indicar um membro do seu quadro para participar, para não termos qualquer discussão sobre a legalidade da referida licitação.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o aparte de V. Exa. Cumprimento o Vice-Governador Orlando Pessuti, que está na nossa Casa e agora vou falar sobre um assunto para membros do PSDB, como Presidente do PSDB. Nós na verdade temos que entrar no debate, Deputado Nelson Justus.

Acho que V. Exa. foi brilhante no seu aparte quando o Deputado Stica falava sobre o que o Deputado Dobrandino falou.

Na verdade tem uma coluna aqui hoje, que serve bem para o caso. Tem uma coluna na Folha de São Paulo que reflete a realidade. “A tática do despiste.”

Deputado Welter, com todo o respeito que tenho à Bancada do PT, nós não podemos comparar a Bancada do PT do Paraná, com uma parte do PT deste Brasil.

Não entendo, e aqui está escrito por um jornalista do mais alto conceito da Folha de São Paulo, o despiste.

O que acontece agora no Brasil é o seguinte: não precisa mais se provar que não está roubando. No Brasil existem duas táticas e eu gostaria que os Deputados do

PT, com todo o direito que têm de fazer a defesa do seu Partido, mas existem duas táticas claras do PT a nível nacional. E às vezes, pregava aqui, no caso Dobrandino. Uma tática é do despiste. Está aí o Tribunal de Contas fiscalizando o “tapa-buracos” dizendo que o superfaturamento é de 180%.

Se pegarmos a Rodovia de Curitiba até União da Vitória, gastou-se mais em placa do que em “tapa-buraco”. É uma coisa absurda. Pintaram o verde do sul do Paraná de amarelo. Porque lá está mais uma obra do Estado. Eu pelo menos, lembro-me quando jovem, tinha um Governador que foi o rei da estrada, que foi Jayme Canet. Foi o grande Governador deste Estado na questão rodoviária. Foi pelas obras que realizava que marcou o seu Governo. Agora, o Governo vai ser marcado pelos buracos que tapou. Eu nunca vi colocar placas para tapar buracos. Eu não lembro.

Outra questão, nós que entendemos um pouco de política, é ridículo. Ontem o Presidente da República esteve em Pernambuco inaugurando pela segunda vez a mesma obra. Será que nós brasileiros somos tão trouxas assim? Inaugurar a mesma obra duas vezes. Está valendo a velha máxima. E aí a segunda tática. Primeira tática do despiste: “Eu não sei de nada, não vi nada, o José Dirceu não conheço, o Delúbio e o Silvinho que iam tomar cachaça no Planalto toda semana não conheço também”. Agora não podiam ir mais, porque faz quarenta dias que essa questão não está acontecendo.

A primeira é do despiste e a segunda é da máxima do Maluf. “Roubar e roubar”. Essa é a grande verdade.

Outra questão, uma vergonha o que está acontecendo com o Ministro da Justiça, um homem conceituado deste país, para ver se uma assinatura é válida ou é assinatura real da pessoa. Faz mais de 60/90 dias. Não posso dizer com isso que não tenha corruptos no PSDB, porque quem tem um Partido grande como nós temos, o PFL, o PMDB... Agora companheiros, na reunião do PMDB em Brasília foram todos os presidentes do PMDB. Sabe quem não mandou representante? O Sarney, o Calheiros e o Jader Barbalho. O grande aliado do Lula hoje é o Jader Barbalho; “Diga-me com quem andas que te direi quem és”. Um velho ditado que é dito onde a gente passa. Não é possível que queiram desmascarar a quadrilha. Deputado Dobrandino, entendi perfeitamente o que V. Exa. quis dizer. O senhor não quis, e quem sou eu para fazer a sua defesa, V. Exa. é um político que tem todas as condições de se defender sozinho. V. Exa. não agrediu o PT do Paraná, V. Exa. não se dirigiu ao PT. É só querer compreender o que está acontecendo na nossa Nação, é a grande verdade, para quem, oferecia ao Brasil uma honestidade acima da média, porque todos nós éramos corruptos e o PT era o honesto na praça.

Agora, não podemos mais sair às ruas porque estão desmoralizando o Congresso Nacional, estão desmoralizando as Assembléias Legislativas para salvar o homem que não sabe de nada, o Lula, ele não sabe de nada, ele inaugura duas vezes e não lembra que inaugurou.

Eu sei que há certos problemas de saúde que faz com que a pessoa esqueça, mas ainda acredito que nós, brasileiros, que entramos nessa aventura, vamos encerrar essa etapa este ano, seja lá o PMDB, seja o PSDB, seja o PPS. Porque veja, Deputado Welter, quando você vê Roberto Freire se afastando do Lula, e você vê o Jader Barbalho se aproximando, é a pergunta que eu faço: será que são essas pessoas indicadas para acompanhar um Presidente da República? Não quer dizer que o Presidente da República não tenha inconveniências, mas não aliados fraternos.

Veja o caso do mensalão aonde foi explodir, na ante-sala do Presidente da República, no homem que todas as vezes dizia: “Eu não faço nada sem conhecimento do Lula”.

Agora, há quem acredite que do mensalão, o Presidente Lula não sabia. Nós, que vivemos no meio político, nem os próprios petistas acreditam, porque não há como uma falcatrua deste tamanho, e diga-se de passagem, são na verdade uns verdadeiros artistas, muitos desses que estão sendo caçados poderiam ser contratados para as novelas da Globo, porque eles acharam uma desculpa impecável, tudo é caixa dois, tudo é caixa dois: e nós temos que acreditar. Porque às vezes nos não queremos agredir, não queremos causar constrangimentos aos Deputados desta Casa, que merecem o nosso respeito, mas não há mais como admitir de que nós vamos engolir esta situação, porque somos responsáveis! Acho que o grande erro do PSDB foi ter cautela, pensou na Nação, pensou no Brasil, e deixou essa situação perdurar. Agora, gastar-se uma fortuna, inaugura-se obras duas vezes.

Eu só gostaria, Deputado Welter, antes de lhe conceder o aparte, que fosse avisado ao Presidente Lula, porque nós tivemos uma campanha de Prefeito em Curitiba, milagrosamente fomos vitoriosos, milagrosamente, porque o nosso candidato era acima da média, era bom mesmo, tinha todas as qualidades, e vai ser a grande liderança deste Estado, já está sendo, avisa ao Presidente Lula que o laboratório que ele inaugurou ali, que desce para Paranaguá, está no meio do mato, de repente ele resolve inaugurar pela segunda vez e vai estar lá sem roçar. Então, se ele vier inaugurar, diga que o Presidente do PSDB paga a faxina, porque eu não quero que o meu Presidente venha passar vergonha no Paraná.

Veja o seguinte, que vergonha, emprestaram equipamentos para colocar dentro do laboratório para tentar ganhar uma eleição em Curitiba. Então, o problema do PT é o seguinte: tudo se justifica para ganhar as eleições, até assaltar os cofres públicos

E foi isso, o dinheiro não veio do céu, minha gente!

Deputado Welter, vamos nos pegar na próxima Sessão e vamos para o debate.

Faço esse pronunciamento para dizer ao Deputado Dobrandino, o PMDB está sendo sábio em dizer ao PT que nada fez.

Encerro meu pronunciamento pensando da mesma forma que pensa o Deputado Dobrandino: “Deus nos salve da quadrilha”.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Liderança do PMDB.

(**Declina**).

Liderança do Governo.

(**Declina**).

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à ORDEM DO DIA, com a presença de 41 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 330, subscrito pelo Sr. Procurador-Geral de Justiça em exercício do Ministério Público, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que visa reajustar os níveis de vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Natálio Stica e Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 172, de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 23 de fevereiro (quinta-feira) para logo após o término da presente Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 300/2005, de autoria do Deputado Nelson Garcia, declarando de Utilidade Pública a Associação Cristã Filadélfia, com sede e foro no município de Cioanorte. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 544/2005, de autoria do Deputado Ademir Bier, autorizando a estadualização de via asfáltica que liga a BR-277 de Tatu Judy à Comunidade de Nova União, trecho asfáltico que liga o município de Céu Azul ao município de São Pedro do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Apreciar o Substitutivo Geral da CCJ.
Em votação o Substitutivo Geral.
Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 618/2005, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, autorizando o Poder Executivo Estadual a incluir a rapadura na merenda da rede escolar estadual paranaense. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01,
NOS TERMOS DO ARTIGO 136,
PARÁGRAFO 7º, I DO REIASLEP, AO
PROJETO DE LEI Nº 618/2005

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 618/2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir a rapadura e açúcar mascavo na merenda das escolas públicas estaduais do Paraná.”

Sala das Sessões, em 22.02.2006.

(a) RATINHO JÚNIOR

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Ailton Araújo, Reni Pereira, Waldir Leite, Jocelito Canto e Nereu Moura.

JUSTIFICATIVA:

Inclusão do açúcar mascavo, além de contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar, é fator de relevância para a saúde humana, trazendo-lhe benefícios e elevados níveis de qualidade de vida.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Verificação de votação, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Verificação de votação.

Pediria aos Srs. Deputados que permanecessem nas suas bancadas para que fosse feita a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputados que aprovam queiram levantar-se.

A Mesa informa que acabou de receber uma Emenda, devidamente aprovada.

O referido projeto retornará à CCJ.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 677/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Professora Cleide Maria Zamprônio - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro em Ubatã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 690/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Porto dos Santos, com sede e foro em Ubatã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 712/2005, de autoria do Deputado Durval Amaral, autorizando o Poder Executivo a denominar João Bolonheis o viaduto saída para Mandaguari, município de Marialva. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 717/2005, de autoria do Deputado Elton Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação de Produtores de Leite do Alto Ribeira - APL, com sede em Adrianópolis e foro em Bocaiúva do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 770/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, declarando de Utilidade Pública a Associação das Donas de Casa de Curitiba - ADCC, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 195/2004, de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores, concedendo título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Ladislau Biernaski. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 044/2004, de 19/05/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 195/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Bancada do Partido dos Trabalhadores, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado ao Dom Ladislau Biernaski.

Fundamentação

Chamada a opinar sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça entende que a proposição está de acordo com o disposto da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de título de cidadão honorário e benemérito do Estado do Paraná. O partido do autor, também, já oficiou que a proposição faz parte da cota da agremiação partidária.

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 195/2004, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.10.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Em votação.

Vamos determinar a chamada nominal dos Srs. Deputados. O voto é secreto.

Projeto de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores que concede título de cidadão benemérito do Estado do Paraná ao Rvmo. Sr. Ladislau Biernaski.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB) (Pela Ordem)

Em meu nome e da Deputada Cida Borghetti, gostaria de agradecer e registrar a presença do nobre Vereador de Maringá, Altamir dos Santos e do Valter Viana.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrada a visita dos ilustres Vereadores à nossa Casa.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Quero também registrar, Sr. Presidente, a presença do Vereador de Guarapuava Gilson Amaral, Vereador mais votado e pré-candidato a Deputado Estadual pelo PFL.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está registrado. Como também fazemos questão de registrar a visita do nosso companheiro, ex-colega, Deputado Estadual e Vice-Governador Orlando Pessuti.

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Ratinho Júnior, que proceda à Chamada Nominal dos Srs. Parlamentares para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Ratinho Júnior)

(Procede à Chamada Nominal dos Srs. Parlamentares).

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)

Gostaria de registrar a presença de dois Vereadores de Rolândia, José de Paula e Milton Alves, que se encontram aqui presentes. E de pedir um pronto restabelecimento também ao Toninho da Farmácia que é um Vereador lá, que foi acidentado, está se restabelecendo no hospital lá em Rolândia.

Muito obrigado.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Ratinho Júnior)

Trinta e quatro Srs. Deputados votaram.

Sr. Presidente, encerrada a contagem dos votos: dezenove votos SIM. Onze votos NÃO. Quatro votos em BRANCO.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Está rejeitado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Não entendi o seu veredicto final. Não foi aprovado o título?

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Foi rejeitado.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Por quê? Quantos votos tiveram SIM?

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Não alcançou vinte e oito votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Ratinho Júnior)

Dezenove votos SIM; onze NÃO; e quatro votos em BRANCO.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (Pela Ordem)

Quero lamentar profundamente, porque o Bispo é reconhecido no Estado do Paraná pelos seus relevantes serviços prestados à Igreja Católica e não só à Igreja Católica, mas à sociedade do Paraná como um todo. É certo que o voto é secreto e, evidentemente, cabe a esta Casa manifestar-se secretamente.

Mas, na condição de Deputado Estadual do Paraná, lamento muito essa votação e, sinceramente, gostaria que, se pudéssemos, rever essa posição, porque afinal de contas trata-se de um cidadão que presta, como já disse, um grande serviço e é profundamente triste ver rejeitado um título a um religioso, a alguém que tanto fez e tanto faz pelo nosso Paraná.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (Pela Ordem)

Sra. Presidente, não discordando, mas apenas questionando V. Exa., não se trata de veto, não estamos apreciando veto. Parece-me que o título de Cidadão Honorário, salvo melhor juízo, é maioria simples. Houve dezenove votos a favor, automaticamente está aprovado o título de Cidadão Honorário.

Não sei qual é o entendimento da Mesa, mas consulto V. Exa., até para que o anúncio final seja suspenso até que esteja esclarecida essa dúvida. Essa era a Questão de Ordem.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT) (Pela Ordem)

A Assembléia Legislativa tem um método de apresentar o projeto, passa nas Comissões e é votado o título de Cidadão Honorário e não se rejeitou nenhum aqui, desde que estou aqui. Na Câmara Municipal de Toledo, lá se abria Sessão Secreta, reunia-se todos os líderes e se alguém se manifestasse contrariamente, manifestava-se ali e daí, sim, se submetia ao Plenário.

Infelizmente, pode ser que houveram Deputados que votaram contrário a essa proposição, achando que seria, de repente, até um veto de um projeto do Governador. Então, não acredito que em função da praxe desta Casa, foi votado contrário porque é proposição do PT. Não acredito nisso! Conheço os Parlamentares de Oposição desta Casa, que sabem da postura, do perfil, da luta social desse Bispo e acho que houve um equívoco de interpretação da votação, que talvez votaram pensando que era um veto.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)

Sra. Presidente, lamento a rejeição do projeto, porque o Bispo é quem vai pagar por uma briga acontecida na Assembléia do Estado do Paraná entre duas facções políticas que se abriram.

Então, lamentavelmente isso ocorreu e se for possível fazer uma revisão, acredito que seja maioria simples a aprovação do título de Cidadão Honorário, porque senão o Bispo é quem vai pagar por uma coisa que inde-

vidamente é jogada sobre ele e de uma maneira até triste esse episódio aqui ocorrido.

Obrigado!

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Pela Ordem)

Queria dizer que acho que a questão do voto secreto, nós votamos uma reforma no Regimento, mas o Regimento ainda, na minha avaliação, é falho. Acho que realmente é um constrangimento em determinados momentos termos que discutir e acho a proposta do Elton Welter até interessante, porque nós discutimos secretamente e aí é anunciado o resultado depois de uma discussão entre os Deputados, porque acho constrangedor.

Mas, na minha avaliação o Regimento Interno diz que é maioria simples. Se for isso, houve voto suficiente para que esse título seja aprovado. A Mesa deveria consultar o Regimento. Foram dezenove votos SIM. Então, na minha avaliação a rejeição é incorreta. Se é maioria simples, há votos suficientes para aprovarmos essa proposição.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Sra. Presidente, tenho convicção de que trata de maioria simples, o resultado foram 19 favoráveis. Entendo que a questão é pacífica, há 19 votos favoráveis, a questão está aprovada, o título de Cidadão. Se houver dúvida, sugiro que se suspenda a Sessão por cinco minutos até que a Mesa possa chegar a uma conclusão. E efetivamente, o resultado seja o anúncio pela aprovação do título de Cidadão Honorário.

Seria extremamente desagradável para a Assembléia Legislativa do Paraná, neste momento, rejeitar um voto dessa natureza, um título de Cidadão Honorário.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Sra. Presidente, pedi a Questão de Ordem exatamente na esteira do que disse o Deputado Durval Amaral, que se suspenda a Sessão por cinco minutos, a fim de que os Deputados tenham noção exata do que aconteceu.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Suspendemos a Sessão por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Está reaberta a Sessão.

Esta Presidência decide diante da consulta, que por maioria simples está **aprovado** o título de Cidadão Honorário do Dom Ladislau.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 632/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, incluindo o Teste da Visão nas ações de Saúde Pública (Teste do reflexo vermelho). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E

CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (Publ. no DA n 112/2005, de 17.10.2005).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 632/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de autoria do Deputado Ratinho Júnior, institui o Teste da Visão nas ações da Saúde Pública.

Atentos à leitura do projeto, o nobre Deputado fundamenta sua justificativa com dados do IBGE retratando uma situação preocupante, um caso de saúde pública. O Teste de Visão ou Teste do Reflexo Vermelho será, com o advento desta lei, procedimento obrigatório em todas as maternidades do Estado.

A Constituição Federal, em seu artigo 196, qualifica a saúde pública como direito de todos e dever do Estado. Assim, tem-se a saúde pública como elemento da dignidade da pessoa humana que é o princípio fundamental da República Federativa do Brasil. Ainda o artigo 197 da nossa Carta Magna, estabelece como sendo de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou por meio de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Ademais, a competência para cuidar da saúde pública é concorrente entre União, Estados e Distrito Federal, conforme estabelece o artigo 24 inciso XII, cabendo-lhes o dever de atuação em uma das áreas mais sensíveis ao Estado Moderno.

Assim, o renomado jurista Alexandre de Moraes, em sua obra Constituição do Brasil Comentada, faz alusão ao tema, a saber:

...todos os entes federativos possuem competência para assegurar a efetividade e plenitude da saúde pública, devendo o exercício dessa competência, porém para evitar desnecessários embates entre os diversos entes federativos, pautar-se pelo princípio da predominância do interesse.

Analisando o projeto à luz da Lei Complementar 101, verificou-se que se omitiu a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e a adequação a lei orçamentária anual, fato que pretendemos corrigir com um substitutivo geral.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Assim, ante ao que determina o Regimento Interno desta Casa, e chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável à sua tramitação através de Substitutivo Geral anexo.

Sala das Comissões, em 23.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 632/2005

Art. 1º Fica incluído o Teste do Reflexo Vermelho, ou Teste de Visão, nos procedimentos obrigatórios da saúde pública e em todas as maternidades do Estado do Paraná.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a aplicar recursos do Fundo Estadual de Saúde - FES - para o cumprimento desta lei, perante a rede pública hospitalar.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Apoio: Hermes Fonseca.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 632/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de iniciativa do nobre Deputado Ratinho Júnior, inclui o Teste da Visão nas ações de Saúde Pública.

A finalidade desta medida é alterar os atuais índices de deficiências visuais sofridas pela população brasileira.

Voto do Relator e Fundamentação

O objetivo deste projeto de lei é dar melhores condições à população do Estado do Paraná estabelecendo que entre os procedimentos já existentes nas maternidades, seja incluído o Teste de Visão.

A proposta do nobre Deputado Ratinho Júnior, sem dúvida irá diminuir os casos de alteração na visão em crianças, pois serão detectados casos de doenças, referentes à visão, no início. O Teste de Visão ou Teste do Reflexo Vermelho será, com advento desta lei, procedimento obrigatório em todas as maternidades do Estado.

Conclusão

Pelo exposto, opino de parecer favorável ao Projeto de lei Lei nº 632/2005, de iniciativa do Deputado Ratinho Júnior, no que se refere à Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, em 14.11.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 632/2005

P A R E C E R :

O presente plano de lei é de autoria do ilustre Deputado Ratinho Júnior, que objetiva incluir o Teste da Visão nas ações de Saúde Pública.

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável, com substitutivo geral, bem como da Comissão de Finanças, que emitiu parecer favorável.

Esta Comissão de Saúde Pública, chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 10, do artigo 33 do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão, é altamente meritório, pois visa dar melhores condições à população do Estado estabelecendo que entre os procedimentos já existentes no âmbito da saúde pública e nas ações das maternidades seja incluído o Teste da Visão.

Os resultados advindos desta proposta, conforme consta da justificativa, serão fantásticos e só trarão benefícios. Além do que é de um procedimento fácil, de baixo custo e é de grande alcance social.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.12.2005.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 181, de autoria do Sr. Deputado Delegado Bradock, constante do expediente, solicitando a retirada e o arquivamento. **Aprovado.** Fica portanto, retirado e arquivado o Projeto de Lei nº 632/2005.

Existe já uma lei idêntica aprovada em 2004. Automaticamente, está arquivada a proposição do Deputado Ratinho.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 676/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Professor Furusato Tomio - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro em Ubiratã. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 122/2005, de 07/11/2005)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 676/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Professor Furusato Tomio - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Ubiratã, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 691/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal João Bertoldi - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro em Ubiratã. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 123/2005, de 08/11/2005)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 691/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal João Bertoldi - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Ubiratã.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 716/2005, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação de Defesa Ambiental, Terra, Água, Vida, com sede e foro no município de Terra Roxa. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 129/2005, de 22/11/2005)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 716/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declara de Utilidade Pública Esta-

dual a Associação de Defesa Ambiental, Terra, Água, Vida, com sede e foro no município de Terra Roxa, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Antes de lermos os requerimentos, esta Presidência deseja anunciar o recebimento de uma Mensagem do Ministério Público que damos por lida e encaminha-se à CCJ.

Conforme requerimento aprovado ontem, que requeria a formação de uma Comissão Especial que foi aprovada, composta por cinco Deputados, para participar da reunião no dia 23 de fevereiro da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Designo para audiência pública de amanhã os Deputados: José Domingos Scarpellini, Neivo Beraldin, Tadeu Veneri, Plauto Miró Guimarães e Francisco Bühner.

Amanhã haverá uma audiência pública, que vai ser realizada na FIEP, às 09h00, para decidir sobre a privatização do trecho São Paulo/Curitiba, Curitiba/Florianópolis.

Solicito também aos líderes do PMDB, PFL, PT, PDT, PSDB para indicarem os nomes para compor a Comissão Especial para analisar a indicação do Conselho do Tribunal de Contas do Estado. Essa Comissão terá até o dia 7 de março, para análises. Encerram-se amanhã as inscrições.

O PT indicou o Deputado André Vargas como seu membro. O PFL indica o Deputado Elio Rusch como seu membro. O PMDB indica o Deputado Alexandre Curi como seu membro. O PDT indica o Deputado Neivo Beraldin como seu membro. O PSDB indica o Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro como seu membro.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 168, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 169, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 170 e 177, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 175, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 176, de autoria dos Deputados Cesar Seleme e José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 178, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 182, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 183, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 187 e 188, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 191, de autoria do Deputado Hermas Brandão e da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 276, 540, 735, 748 e 768/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 707, 727, 783, 785 e 798/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portaria DAT

PORTARIA Nº 007/2006-DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005

ACRÉSCIMO DE DESPESA

Código	P/A	Fonte	Valor
3390 4100	2000	100	150.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 22.02.2006.

Código	P/A	Fonte	Valor
3390 3600	2000	100	150.000,00

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto:

Deputado NEREU MOURA
1º Secretário

X X X X X X X X X X X X X X X X X X X X

DIÁRIO Nº 007**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	56
Presenças	56
Abertura da Sessão	56
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
Redação Final.....	56
1ª Discussão	57
Encerramento da Sessão.....	58

005ª SESSÃO ORDINÁRIA

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 005ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
22 DE FEVEREIRO DE 2006**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Chico Noroeste.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühler, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (41). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Geraldo Cartário, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Hermes Fonseca, Luiz

Accorsi, Mauro Moraes e Miltinho Pupio (09); e em viagem representativa os Srs. Deputados Pedro Ivo Ilkiv, André Vargas, Luciana Rafagnin e Rafael Greca (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme artigo 88, parágrafo 1º do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo Expediente a ser lido, nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes, nem no Horário das Lideranças.

Ordem do Dia:

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 41 Srs. Deputados.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforma avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 276/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, dispondo sobre o Programa de Incentivo ao Esporte, no âmbito do Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/2005, de 16.05.2005).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 540/2005, de autoria do Deputado Ademir Bier, declarando de Utilidade Pública a AMLS - Associação de Moradores de Linha Salete, com sede e foro no município de Medianeira. **Aprovado. (Publ. no DA nº 093/2005, de 06.09.2005).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 735/2005, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, declarando de Utilidade Pública Associação de Moradores Cultura e Lazer e Turismo do Bairro Novo "A", com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 130/2005, de 23.11.2005).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 748/2005, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, tornando obrigatória a reposição do peixe curimatã, anualmente, no Programa de Tanques-Redes, do Governo do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 133/2005, de 29.11.2005).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 768/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública o Centro de Excelência à Atenção Geriátrica e Gerontológica, com sede e foro no município de Cornélio Procopio. **Aprovado. (Publ. no DA nº 138/2005, de 06.12.2005).**

1ª Discussão**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 707/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública o Provopar - Ação Social - LS - Programa Voluntariado Paranaense de Laranjeiras do Sul, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 129/2005, de 22.11.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 707/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública o Provopar - Ação Social - LS - Programa Voluntariado de Laranjeiras do Sul, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul.

Fundamentação

Não existem obstáculos quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto. Ainda, encontra-se de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87.

Portanto, em sede de parecer, opinamos pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 21.02.2006.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 727/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, declarando de Utilidade Pública a Associação Internacional Pro-Yoga, com sede e foro no município de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 129/2005, de 22.11.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 727/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, declara de Utilidade Pública a Associação Internacional Pro-Yoga, com sede e foro no município de Curitiba, Paraná.

Fundamentação

Não existem obstáculos quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto. Ainda, encontra-se de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87.

Portanto, em sede de parecer, opinamos pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 21.02.2006.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 783/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declarando de Utilidade Pública a Ação Social São Marcos, com sede e foro na cidade de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 143/2005, de 12/12/2005)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 783/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declara de Utilidade Pública a Ação Social São Marcos, com sede e foro na cidade de Curitiba, Paraná.

Fundamentação

Não existem obstáculos quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto. Ainda, encontra-se de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87.

Quanto à técnica legislativa, verifica-se que não foi observada a disposição pertinente ao artigo 9º da Lei Complementar nº 95/98, o qual determina que *a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas*. Assim, torna-se incorreto o uso de cláusula revogatória sem a enumeração expressa das leis ou disposições revogadas, como a constante no artigo 2º do projeto de lei em análise.

Assim, sugerimos a elaboração de emenda supressiva, para a adequação do projeto à técnica legislativa exigida pela Lei Complementar 95/98. Portanto, faz-se necessária a exclusão da cláusula revogatória, na forma da emenda em anexo.

Ante o exposto, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 783/2005.

Sala das Comissões, em 21.02.2006.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 783/2005

Fica suprimida a cláusula revogatória contida no artigo 2º do Projeto de Lei nº 783/2005, passando o referido artigo a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.02.2006.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Apoiamento:

Hermes Fonseca, Reni Pereira e 01 ilegível.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 785/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública a Casa-Lar Infantil Miriã, com sede e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 143/2005, de 12/12/2005)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 785/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Casa-Lar Infantil Miriã, com sede e foro no município de Campo Mourão, Paraná.

Fundamentação

Não existem obstáculos quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto. Ainda, encontra-se de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87.

Portanto, o parecer é pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 21.02.2006.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 798/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, instituindo o reconhecimento de Utilidade Pública ao Centro Comunitário Alto Bela Vista, segundo os critérios que determina, e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 148/2005, de 14/12/2005)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 798/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Rafael Greca, declara de Utilidade Pública o Centro Comunitário Alto Bela Vista.

Fundamentação

Não existem obstáculos quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto. Ainda, encontra-se de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87.

Portanto, em sede de parecer, opinamos pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 21.02.2006.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 554/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 676, 691, 707, 716, 727, 783, 785 e 798/2005.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 728, 776, 794/2005 e 015/2006.

Levanta-se a Sessão.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX